

POSITIVO

**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA**

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 400/2018 - PREGÃO ELETRÔNICO

“DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO”

Positivo Tecnologia S.A.

João Bettega, 5200 | CIC
81350 000 | Curitiba - PR
+55 41 3316 7700
www.positivotecnologia.com.br

Javari, 1255 | Distrito Industrial
69075 110 | Manaus - AM
+55 92 3183 7900

6

POSITIVO

Curitiba, 06 de dezembro de 2018.

AO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA


Ref.: **PROCESSO LICITATÓRIO Nº 400/2018 - PREGÃO ELETRÔNICO**

Prezados Senhores,

POSITIVO TECNOLOGIA S.A. (Matriz), pessoa jurídica de direito privado, estabelecida na Rua João Bettega, 5.200 – CIC, na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, CEP 81.350-000, inscrita sob o CNPJ n.º 81.243.735/0001-48, apresenta seus **DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO** para o pregão em referência, visando o registro de preços para fornecimento de monitores.

Na certeza de estar oferecendo a melhor solução nesta área, está à disposição para maiores esclarecimentos.

Atenciosamente,



Maria Helena Pereira

Gerente de Mercado Governo/Representante Legal

Positivo Tecnologia S.A.

João Bettega, 5200 | CIC
81350 000 | Curitiba - PR
+55 41 3316 7700
www.positivotecnologia.com.br

Javari, 1255 | Distrito Industrial
69075 110 | Manaus - AM
+55 92 3183 7900



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO DE GESTÃO
Sistema Integrado de Administração de Materiais e Serviços - SIAD

CERTIFICADO DE REGISTRO CADASTRAL DO FORNECEDOR - CRC - Lei 8.666/93					
Nº DO CADASTRO:	42771	SITUAÇÃO:	Ativo	VALIDADE:	14/11/2019
LEGISLAÇÃO					
Este cadastro é regido pela Lei 8.666/1993 e Decreto nº 47.524/2018. Demais exigências elencadas no processo de contratação, não contempladas neste cadastro, ou documentos com vigência expirada deverão ser apresentados no ato da licitação/contratação.					
IDENTIFICAÇÃO					
Inscrito no CAFIMP	Não				
CNPJ	81.243.735/0001-48	Data de Abertura	26/10/2016		
Nome Empresarial	POSITIVO INFORMATICA S/A				
Nome Fantasia					
Natureza Jurídica	Sociedade Anônima	Porte da Empresa	Outro		
Contatos					
Telefone(s) do Fornecedor					
Tipo de Telefone		Telefone			
Principal		(41)3316-7500			
Principal		(41)2118-7489			
Página de Internet	www.positivoinformatica.com.br				
E-mail Principal	editais.info@positivo.com.br				
Representante(s) Legal(is)					
CPF	Nome			Tipo de Assinatura	
021.075.919-46	MARIA HELENA PEREIRA			Isoladamente	
450.779.329-72	MARIELVA ANDRADE SILVA DIAS			Isoladamente	
428.804.249-68	HELIO BRUCK ROTENBERG			Isoladamente	
ENDEREÇO					
RUA JOAO BETTEGA, 5200, CIDADE INDUSTRIAL, CURITIBA, PR, CEP: 81.350-000					
CONTRATO SOCIAL					
Objetivo Social	INDUSTRIALIZACAO, COMERCIALIZACAO, LOCACAO E ASSISTENCIA TECNICA DE BENS E EQUIPAMENTOS DE QUALQUER NATUREZA NA AREA DE INFORMATICA E ELETRO-ELETRONICA, DESENVOLVIMENTO, COMERCIALIZACAO E LOCACAO DE SOFTWARES E SISTEMAS DIVERSOS, INDUSTRIALIZACAO, COMERCIALIZACAO E DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS TECNOLOGICOS NA AREA DE INFORMATICA E ELETRO-ELETRONICOS, REPRESENTACAO, COMERCIALIZACAO, PLANEJAMENTOS, IMPLANTACAO, TREINAMENTO, SUPORTE TECNICO, SUPORTE PEDAGOGICO E ASSISTENCIA TECNICA DE EQUIPAMENTOS, LABORATORIOS E MOBILIARIOS DE INFORMATICA, FRANQUIAS, SISTEMAS DE APLICACAO PEDAGOGICAS, SISTEMAS DE ADMINISTRACAO ESCOLAR E SISTEMAS DIDATICOS DE ENSINO, PRESTACAO DE SERVICOS NA AREA DE INFORMATICA, COMERCIALIZACAO OU CESSAO DE DIREITOS AUTORAIS, PROPRIOS E DE TERCEIROS, EDITORACAO E COMERCIALIZACAO DE LIVROS, PARTICIPACAO SOCIETARIA EM EMPRESAS E OU EMPREENDIMENTOS DE QUALQUER NATUREZA, QUE TENHAM OU NAO OBJETO SOCIAL IDENTICO AO DA COMPANHIA.				
LINHA(S) DE FORNECIMENTO					



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO DE GESTÃO
Sistema Integrado de Administração de Materiais e Serviços - SIAD

A Linha de Fornecimento não substitui os atestados de capacidade técnica que devem ser apresentados quando solicitados no processo licitatório.

Código	Descrição
1613	SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO
1618	SERVICO DE CONSULTORIA OU ASSESSORIA
1619	SERVICOS TECNICOS PROFISSIONAIS
310	INSTALACAO E/OU MONTAGEM DE EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA
3213	MAQUINAS, COMPONENTES, SUPRIMENTOS E EQUIPAMENTOS PARA INDUSTRIA ESPECIALIZADA
3325	EQUIPAMENTOS PARA AUTOMACAO
418	MANUTENCAO EM EQUIPAMENTOS E ACESSORIOS FOTOGRAFICOS, CINEMATOGRAFICOS, PROJECAO E SONORIZACAO.
437	MANUTENCAO EM EQUIPAMENTOS, COMPONENTES E SISTEMAS DE SEGURANCA ELETRONICA
5611	MATERIAIS PARA TREINAMENTO DIDATICO
5711	EQUIPAMENTOS, SUPRIMENTOS, COMPONENTES, ACESSORIOS E PERIFERICOS PARA INFORMATICA
6111	LIVROS E PUBLICACOES
616	SERVICOS DE FORNECIMENTO DE SOFTWARE
726	SERVICOS TECNICOS ESPECIALIZADOS NA AREA DE INFORMATICA
729	SERVICOS DE TREINAMENTO E APERFEICOAMENTO DE PESSOAL
733	SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO EXECUTADOS PELA PRODEMGE

DOCUMENTAÇÃO

Credenciamento do Representante	Validade	Situação
CPF do representante do fornecedor	-	Aceito
Identidade do representante do fornecedor	-	Aceito
Procuração para credenciamento do representante do fornecedor	-	Aceito
Habilitação Jurídica	Validade	Situação
Cédula de Identidade do(s) Sócio (s)/Administrador (es)/Representante(s) legal(is)	-	Aceito
Declaração de menores e fatos impeditivos	-	Aceito
Estatuto Social e sua última alteração registrado na Junta Comercial ou estabelecimento competente, na forma da lei	-	Aceito
Última Ata de eleição dos diretores/gerentes/administradores, registrada na Junta Comercial ou estabelecimento competente, na forma da lei	-	Aceito
Regularidade Fiscal Básica	Validade	Situação
Certidão Negativa de Débito - INSS (Fazenda Federal)	13/03/2019	Vigente



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO DE GESTÃO
Sistema Integrado de Administração de Materiais e Serviços - SIAD

Certificado de Regularidade de Situação - CRS (FGTS)	23/12/2018	Vigente					
CPF dos diretores/gerentes/administradores	-	Aceito					
Inscrição no CNPJ	-	Aceito					
Prova de quitação com a Fazenda Estadual (ICMS), do respectivo Estado onde está instalada a pessoa jurídica	07/01/2019	Vigente					
Regularidade Fiscal Complementar e Trabalhista	Validade	Situação					
Certidão de Débitos Tributários - CDT (SEF-MG)	06/01/2019	Vigente					
Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - (CNDT)	08/03/2019	Vigente					
Prova de Inscrição no Cadastro Estadual de Contribuintes, do respectivo Estado onde está instalada a pessoa jurídica	-	Aceito					
Prova de quitação com a Fazenda Federal (Secretaria da Receita Federal e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional-Dívida Ativa)	13/03/2019	Vigente					
Prova de quitação com a Fazenda Municipal, do respectivo município onde está instalada a pessoa jurídica	07/01/2019	Vigente					
Qualificação Econômico-Financeira	Validade	Situação					
Certidão Negativa de Falência, Insolvência Civil ou Recuperação Judicial da Empresa, expedida pelo Distribuidor da sede da empresa	09/04/2019	Vigente					
Balanco Patrimonial e Demonstr. Contábeis registrado na Junta Comercial ou estabelecimento competente, na forma da lei	30/04/2019	Vigente					
BALANÇO PATRIMONIAL							
Ano de Referência	2017	Índice:					
		Liquidez Geral	1.27	Liquidez Corrente	1.29	Solvência Geral	1.27
DADOS DA UNIDADE CADASTRADORA							
Sigla	CAGEF/SEPLAG	Nome	CADASTRO DE FORNECEDORES/SCRLP				
Endereço	AV. AMAZONAS, 500 - CENTRO - UAI PRACA SETE						
Telefone	039150835						
A aceitação deste certificado está condicionada à verificação de sua autenticidade no site www.compras.mg.gov.br							
Código de verificação: 1872522575							

POSITIVO

AO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

Ref.: PROCESSO LICITATÓRIO Nº 400/2018 - PREGÃO ELETRÔNICO

DECLARAÇÃO (NÃO EMPREGA MENOR)

Objeto: Registro de Preços para aquisição de monitores de vídeo.

A empresa **POSITIVO TECNOLOGIA S.A.** (Matriz), inscrita no CNPJ nº 81.243.735/0001-48, por intermédio de sua representante legal a Srta. **Maria Helena Pereira**, portadora da Carteira de Identidade nº 6.110.420-8 e do CPF nº 021.079.919-46, DECLARA, para os fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei Federal nº 8.666/93, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesesseis anos.

(X) Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz.

Curitiba, 06 de dezembro de 2018.



Maria Helena Pereira

Gerente de Mercado Governo/Representante Legal

Positivo Tecnologia S.A.

João Bettega, 5200 | CIC
81350 000 | Curitiba - PR
+55 41 3316 7700
www.positivotecnologia.com.br

Javari, 1255 | Distrito Industrial
69075 110 | Manaus - AM
+55 92 3183 7900



Secretaria de Tecnologia da Informação
STI-3 – Departamento de Apoio aos Usuários
Palácio da Justiça - 3º andar - sala 340
Fone (11) 3241-1506

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

O **Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo**, inscrita no CNPJ n.º 51.174.0001/0001-93, localizado na Rua da Consolação, 1.483 – 8º andar – Consolação - São Paulo/SP., **ATESTA** para devido fins que a empresa **POSITIVO INFORMÁTICA S.A.**, inscrita no CNPJ n.º 81.243.735/0001-48, estabelecida na Rua João Bettega, 5.200, CIC - Curitiba/PR., forneceu os equipamentos de informática no período de *Novembro/2013 à Abril/2014*, com suporte técnico durante a garantia:

Pregão Eletrônico:	Nº 171-13
Contratos:	000.245/13
Processo:	Nº 50689/13
Prazo de Entrega:	30 (trinta) dias
Garantia:	36 (trinta e seis) meses on site

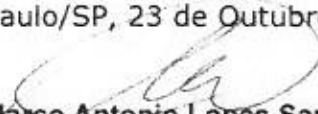
QUANTIDADE	ESPECIFICAÇÃO
47.160 (Quarenta e sete mil cento e sessenta) Unidades	Monitor LED 18.5"

Atestamos, ainda, que os produtos são de boa qualidade, que o desempenho e o desenvolvimento técnico-operacional dos equipamentos é satisfatório, que foram entregues dentro das especificações e prazos pactuados e que a empresa vem cumprindo todas as disposições contratuais.

Atestamos também que os serviços de garantia de manutenção destes equipamentos vêm sendo prestados com excelente qualidade, dentro do previsto em Contrato, de forma satisfatória e a contento.

Certificamos ainda o fiel cumprimento, com pontualidade, das obrigações e compromissos assumidos contratualmente, demonstrando idoneidade comercial e técnica, nada havendo que a desabone até a presente data.

São Paulo/SP, 23 de Outubro de 2014.


Marco Antonio Lopes Samaan
Diretor de Departamento de Apoio a Usuários
STI-3
FONE: 32411506
msamaan@tjsp.jus.br

TABELIONATO DE NOTAS FAZENDA RIO GRANDE Av. Paraná, 1408 - Sala 63 - Fone (41) 3627-1364 A presente cópia é reprodução fiel do documento apresentado neste Tabelionato.
14 NOV. 2014
FAZENDA RIO GRANDE - PR FURNIPEN
M. ACIO RODRIGO MARTINS SILVEIRO Tabelião
Tabelionato de Notas Exclusivo para Autenticação de Cópia FPK01746

POSITIVO TECNOLOGIA S.A.

Companhia Aberta

CNPJ/MF nº 81.243.735/0001-48

NIRE 41.300.071.977

**ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA
REALIZADA EM 27 DE ABRIL DE 2018**

DATA, HORA E LOCAL: em 27 de abril de 2018, às 09h00, na sede administrativa da Companhia, localizada na Rua João Bettge, 5.200, Cidade Industrial de Curitiba, na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná.

PUBLICAÇÕES PRÉVIAS: anúncios de convocação publicados nos termos do §1º do artigo 124 da Lei nº 6.404 de 15.12.1976 ("LSA"), nos jornais "O Diário Oficial do Estado do Paraná" nos dias 13, 16 e 17 de abril de 2018, nas páginas 45, 46 e 55, respectivamente, e "O Estado de São Paulo" e "Metrópole" nos dias 12, 13 e 14 de abril de 2018, nas páginas b12, b15 e b21, 6, 6 e 4, respectivamente. O Relatório da Administração, Balanço Patrimonial, Demonstrações Financeiras e parecer dos Auditores Independentes, todos com relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, foram publicados nos jornais "Metrópole" nas páginas 6 a 11 e "O Estado de São Paulo" na página B3, em 22 de março de 2018, e no "Diário Oficial do Estado do Paraná" em 26 de março de 2018, nas páginas 56 a 70.

Foram igualmente divulgados ao mercado, por meio dos *websites* da Comissão de Valores Mobiliários, da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão e no *website* de relação com os investidores da Companhia, os documentos exigidos nos termos da Instrução CVM nº 481/2009.

PRESENCAS: (i) presentes acionistas representando 77,42% do capital social total e votante da Companhia, conforme assinaturas constantes do Livro de Presença de Acionistas e pelos Boletins de Voto a Distância recebidos nos termos da Instrução CVM nº 481/09; (ii) representante da Administração da Companhia, Sr. Lincon Lopes Ferraz; e (iii) representante da Deloitte Touche Tohmatsu, auditores independentes da Companhia, Sr. Arinei Luis Gebert.



CERTIFICO O REGISTRO EM 24/05/2018 09:13 SOB Nº 20182210120.
PROTOCOLO: 182210120 DE 24/05/2018. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11802003910. NIRE: 41300071977.
POSITIVO TECNOLOGIA S.A.

Libertad Bogus
SECRETÁRIA-GERAL
CURITIBA, 24/05/2018
www.empresafacil.pr.gov.br

MESA: Presidente da Mesa: o Sr. Lincon Lopes Ferraz; Secretária: Sra. Lorenza Martinez Guimarães Gloger.

RECEBIMENTO DE VOTOS: as declarações de voto, protestos e dissidências porventura apresentadas serão numeradas, recebidas e autenticadas pela Mesa e ficarão arquivadas na sede da Companhia, nos termos do disposto no §1º do artigo 130 da LSA.

ORDEM DO DIA: deliberar sobre a (i) aprovação das contas dos administradores e das demonstrações financeiras, acompanhadas do parecer dos auditores independentes referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017; (ii) proposta de remuneração global dos administradores da Companhia para o exercício social de 2018; e (iii) proposta de reeleição dos membros do Conselho de Administração.

DELIBERAÇÕES: Após a dispensa da leitura do mapa de votação consolidado dos votos proferidos por meio de Boletins de Voto a Distância, o qual ficou à disposição para consulta dos acionistas presentes, de acordo com a Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 481/2009, as seguintes deliberações foram tomadas pelos presentes, com abstenção dos legalmente impedidos e daqueles expressamente indicados, quando aplicável:

(i) Aprovar, por unanimidade, a lavratura desta ata em forma de sumário e sua publicação com omissão das assinaturas dos acionistas presentes, conforme autorizam os §§ 1º e 2º do artigo 130 da LSA.

(ii) Aprovar, por unanimidade, e sem ressalvas, tendo sido computados 100% dos votos a favor, 0% de votos contrários e 0% de abstenções, o relatório anual e as contas dos administradores, as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2017, acompanhadas do parecer dos auditores independentes.

(iii) Consignar que, por não ter sido apurado lucro no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, não haverá distribuição aos acionistas a título de dividendos ou a qualquer outro título, relativamente ao período.



CERTIFICO O REGISTRO EM 24/05/2018 09:13 SOB Nº 20182210120.
PROTOCOLO: 182210120 DE 24/05/2018. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11802003910. NIRE: 41300071977.
POSITIVO TECNOLOGIA S.A.

Libertad Bogus
SECRETÁRIA-GERAL
CURITIBA, 24/05/2018
www.empresafacil.pr.gov.br

(iv) Por unanimidade, tendo sido computados 96,2% dos votos a favor, 0% de votos contrários e 3,8% de abstenções, aprovar a eleição da chapa, composta por 6 (seis) membros, na forma contida na Proposta da Administração para a presente Assembleia, para mandato de 01 (um) ano, a se encerrar na assembleia geral que deliberar sobre as contas do exercício a se encerrar em 31.12.2018, da seguinte forma: (i) eleger o Sr. **Giem Raduy Guimarães**, brasileiro, casado, administrador, portador de RG n.º 1.529.538-4/SSP/PR, inscrito no CPF/MF sob o n.º 755.250.039-53, residente e domiciliado na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, com escritório na Avenida Cândido Hartmann, n.º 1400, Bairro Bigorrião, CEP 80710-570, como Presidente do Conselho de Administração; (ii) reeleger o Sr. **Pedro Santos Ripper**, brasileiro, solteiro, engenheiro, portador da Carteira de Identidade RG n.º 08497980-6 SSP/RJ, inscrito no CPF/MF sob o n.º 012.277.917-71, residente e domiciliado na Cidade de Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, com escritório na rua Henrique Dumont 21, apto 202, como Conselheiro Independente; (iii) reeleger o Sr. **Francisco Tosta Valim Filho**, brasileiro, casado, empresário, portador da Carteira de Identidade RG n.º 10.068.552-72 - SSP/RS, inscrito no CPF/MF sob o n.º 355.827.150-53, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com escritório na Av. das Nações Unidas, 14.171, Torre Crystal, 29º andar, Morumbi, como Conselheiro Independente; (iv) reeleger o Sr. **Hélio Bruck Rotenberg**, brasileiro, casado, empresário, portador da Carteira de Identidade RG n.º 1.217.176-5 - SSP/PR, inscrito no CPF/MF sob o n.º 428.804.249-68, residente e domiciliado na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, com escritório na Rua João Bettega, 5.200, Bairro Cidade Industrial de Curitiba, CEP 81350-000, como Conselheiro; (v) reeleger o Sr. **Rodrigo Cesar Formighieri**, brasileiro, solteiro, administrador de empresas, portador de cédula de identidade RG n.º 3.640.858-8 SSP/PR, inscrito no CPF sob o n.º 033.949.989-39, residente e domiciliado na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, com escritório na Rua Buenos Aires n.º 103 apto 904, Bairro Batel, CEP 80250-070, como Conselheiro; e (vi) reeleger o Sr. **Samuel Ferrari Lago**, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da Carteira de Identidade RG n.º 3.668.497-6 - SSP/PR e inscrito no CPF/MF sob o n.º 599.964.209-49, residente e domiciliado na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, com escritório na Avenida Nossa Senhora Aparecida, n.º 174, Bairro Seminário, CEP 80440-120, como Conselheiro.

Consignar que os Srs. **Pedro Santos Ripper** e **Francisco Tosta Valim Filho**, conforme declarações apresentadas à Companhia, enquadram-se na definição de



CERTIFICO O REGISTRO EM 24/05/2018 09:13 SOB Nº 20182210120.
PROTOCOLO: 182210120 DE 24/05/2018. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11802003910. NIRE: 41300071977.
POSITIVO TECNOLOGIA S.A.

Libertad Bogus
SECRETÁRIA-GERAL
CURITIBA, 24/05/2018
www.empresafacil.pr.gov.br

Conselheiros Independentes constante do Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. (Brasil, Bolsa, Balcão).

Os conselheiros tomarão posse assinando os respectivos termos de posse no Livro de Atas de Reunião do Conselho de Administração.

Os acionistas declararam ter obtido a informação dos Conselheiros ora eleitos, de que estão em condições de firmar a declaração de que trata a Instrução CVM nº 367, de 29 de maio de 2002.

(v) A pedido de acionistas titulares de ações representativas de 5,57% do capital social da Companhia, instalar o Conselho Fiscal no presente exercício social, nos termos do artigo 26 do Estatuto Social da Companhia.

(vi) Por unanimidade, tendo sido computados 92,81% dos votos a favor, 0% dos votos contrários e 7,19% de abstenções, eleger para compor o Conselho Fiscal da Companhia, para um mandato que se estenderá até a Assembleia Geral Ordinária que aprovar as contas do exercício social de 2018, (a) como membros efetivos, os Srs. **Irineu Homan**, brasileiro, casado, contador, portador da Cédula de Identidade RG nº 4.910.506-1 SSP/PR e inscrito no CPF/MF nº 834.263.889-87, residente e domiciliado na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, com domicílio profissional à Rua Mateus Leme, 2004, Centro Cívico, **Paulo Sérgio da Silva**, brasileiro, casado, contador, portador da Cédula de Identidade RG nº 4.318.575-6 SSP/PR e inscrito no CPF/MF nº 672.690.529-72, residente e domiciliado na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, com domicílio profissional à Rua Mateus Leme, 2004, Centro Cívico, e **João Raimundo Klein**, brasileiro, casado, contador, portador da Cédula de Identidade RG nº 4.318.575-6 SSP/PR e inscrito no CPF/MF nº 672.690.529-72, residente e domiciliado na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, com domicílio profissional à Rua Mateus Leme, 2004, Centro Cívico, e, como suplentes, os Srs. **Carlos Tortelli**, brasileiro, casado, contador e advogado, portador de RG nº 7.106.859-5, inscrito no CPF/MF sob o nº 274.296.100-30 residente e domiciliado em Curitiba, Estado do Paraná, **Marcos Alcídio de Chaves**, brasileiro, casado, contador, portador de RG nº 3.932.947-6, inscrito no CPF/MF sob o nº 583.682.999-34, residente e domiciliado em Curitiba, Estado do Paraná, e **Marlos Nanoni Reinert**, brasileiro, casado, contador, portador de RG nº 7.139.138-8, inscrito no CPF/MF sob o nº 030.938.369-2, residente e domiciliado em Curitiba, Estado do Paraná.



CERTIFICO O REGISTRO EM 24/05/2018 09:13 SOB Nº 20182210120.
PROTOCOLO: 182210120 DE 24/05/2018. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11802003910. NIRE: 41300071977.
POSITIVO TECNOLOGIA S.A.

Libertad Bogus
SECRETÁRIA-GERAL
CURITIBA, 24/05/2018
www.empresafacil.pr.gov.br

Os membros ora eleitos para o Conselho Fiscal serão investidos nos respectivos cargos mediante assinatura dos termos de posse no livro próprio, oportunidade em que farão a declaração de desimpedimento prevista em lei.

(vii) Fixar, por unanimidade, tendo sido computados 100% dos votos a favor, 0% votos contrários e 0% abstenções, o valor da remuneração global anual dos administradores e dos membros do Conselho Fiscal da Companhia em até R\$ 10.182.877,98 (dez milhões, cento e oitenta e dois mil e oitocentos e setenta e sete reais e noventa e oito centavos), para o exercício social de 2018.

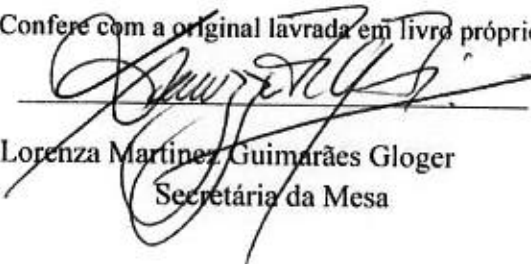
(viii) Fixar, por unanimidade dos votos dos acionistas presentes, tendo sido computados 100% votos a favor, 0% votos contrários e 0% abstenções, a remuneração dos membros em exercício do Conselho Fiscal da Companhia em, nos termos da Proposta da Administração para a presente Assembleia, aproximadamente 10% da remuneração que, em média, for atribuída a cada diretor, não computados os benefícios e outras verbas.

DOCUMENTOS ARQUIVADOS: Todos os documentos aqui mencionados, devidamente rubricados pelos integrantes da Mesa, ficarão arquivados na sede da Companhia.

ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a assembleia e lavrada a presente ata que, lida e achada conforme, foi assinada por todos os presentes, contabilizando-se ainda como presentes e assinantes, na forma do artigo 21-V, parágrafo único, da Instrução CVM nº 481/2009, os acionistas que votaram por meio de boletim de voto a distância.

Curitiba, 27 de abril de 2018.

Confere com a original lavrada em livro próprio.



Lorenza Martinez Guimarães Gloger
Secretária da Mesa

POSITIVO TECNOLOGIA S.A.

Companhia Aberta

CNPJ/MF nº 81.243.735/0001-48 - NIRE 41.300.071.977

Ata da Assembleia Geral Ordinária Realizada em 27 de Abril de 2018

Data, Hora e Local: em 27 de abril de 2018, às 09h00, na sede administrativa da Companhia, localizada na Rua João Bettega, 5.200, Cidade Industrial de Curitiba, na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná. **Publicações prévias:** anúncios de convocação publicados nos termos do §1º do artigo 124 da Lei nº 6.404 de 15.12.1976 ("LSA"), nos jornais "O Diário Oficial do Estado do Paraná" nos dias 13, 16 e 17 de abril de 2018, nas páginas 45, 46 e 55, respectivamente, e "O Estado de São Paulo" e "Metrópole" nos dias 12, 13 e 14 de abril de 2018, nas páginas b12, b15 e b21, 6, 6 e 4, respectivamente. O Relatório da Administração, Balanço Patrimonial, Demonstrações Financeiras e parecer dos Auditores Independentes, todos com relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, foram publicados nos jornais "Metrópole" nas páginas 6 a 11 e "O Estado de São Paulo" na página B3, em 22 de março de 2018, e no "Diário Oficial do Estado do Paraná" em 26 de março de 2018, nas páginas 56 a 70. Foram igualmente divulgados ao mercado, por meio dos websites da Comissão de Valores Mobiliários, da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão e no website de relação com os investidores da Companhia, os documentos exigidos nos termos da Instrução CVM nº 481/2009. **Presenças:** (i) presentes acionistas representando 77,42% do capital social total e votante da Companhia, conforme assinaturas constantes do Livro de Presença de Acionistas e pelos Boletins de Voto a Distância recebidos nos termos da Instrução CVM nº 481/09; (ii) representante da Administração da Companhia, Sr. Lincon Lopes Ferraz; e (iii) representante da Deloitte Touche Tohmatsu, auditores independentes da Companhia, Sr. Arinei Luis Gebert. **Mesa:** Presidente da Mesa: o Sr. Lincon Lopes Ferraz; Secretária: Sra. Lorenza Martinez Guimarães Gloger. **Recebimento de Votos:** as declarações de voto, protestos e dissidências porventura apresentadas serão numeradas, recebidas e autenticadas pela Mesa e ficarão arquivadas na sede da Companhia, nos termos do disposto no §1º do artigo 130 da LSA. **Ordem do Dia:** deliberar sobre a (i) aprovação das contas dos administradores e das demonstrações financeiras, acompanhadas do parecer dos auditores independentes referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017; (ii) proposta de remuneração global dos administradores da Companhia para o exercício social de 2018; e (iii) proposta de reeleição dos membros do Conselho de Administração. **Deliberações:** Após a dispensa da leitura do mapa de votação consolidado dos votos proferidos por meio de Boletins de Voto a Distância, o qual ficou à disposição para consulta dos acionistas presentes, de acordo com a Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 481/2009, as seguintes deliberações foram tomadas pelos presentes, com abstenção dos legalmente impedidos e daqueles expressamente indicados, quando aplicável: (i) Aprovar, por unanimidade, a lavratura desta ata em forma de sumário e sua publicação com omissão das assinaturas dos acionistas presentes, conforme autorizam os §§ 1º e 2º do artigo 130 da LSA. (ii) Aprovar, por unanimidade, e sem ressalvas, tendo sido computados 100% dos votos a favor, 0% de votos contrários e 0% de abstenções, o relatório anual e as contas dos administradores, as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2017, acompanhadas do parecer dos auditores independentes. (iii) Consignar que, por não ter sido apurado lucro no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, não haverá distribuição aos acionistas a título de dividendos ou a qualquer outro título, relativamente ao período. (iv) Por unanimidade, tendo sido computados 96,2% dos votos a favor, 0% de votos contrários e 3,8% de abstenções, aprovar a eleição da chapa, composta por 6 (seis) membros, na forma contida na Proposta da Administração para a presente Assembleia, para mandato de 01 (um) ano, a se encerrar na assembleia geral que deliberar sobre as contas do exercício a se encerrar em 31.12.2018, da seguinte forma: (i) eleger o Sr. **Giem Raduy Guimarães**, brasileiro, casado, administrador, portador de RG nº 1.529.538-4/SSP/PR, inscrito no CPF/MF sob o nº 755.250.039-53, residente e domiciliado na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, com escritório na Avenida Cândido Hartmann, nº 1400, Bairro Bigorilho, CEP 80710-570, como Presidente do Conselho de Administração; (ii) reeleger o Sr. **Pedro Santos Ripper**, brasileiro, solteiro, engenheiro, portador da Carteira de Identidade RG nº 08497980-6 SSP/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 012.277.917-71, residente e domiciliado na Cidade de Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, com escritório na Rua Henrique Dumont 21, apto. 202, como Conselheiro Independente; (iii) reeleger o Sr. **Francisco Tosta Valim Filho**, brasileiro, casado, empresário, portador da Carteira de Identidade RG nº 10.068.552-72 - SSP/RS, inscrito no CPF/MF sob o nº 355.827.150-53, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com escritório na Av. das Nações Unidas, 14.171, Torre Crystal, 29º andar, Morumbi, como Conselheiro Independente; (iv) reeleger o Sr. **Hélio Bruck Rotenberg**, brasileiro, casado, empresário, portador da Carteira de Identidade RG nº 1.217.176-5 - SSP/PR, inscrito no CPF/MF sob o nº 428.804.249-68, residente e domiciliado na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, com escritório na Rua João Bettega, 5.200, Bairro Cidade Industrial de Curitiba, CEP 81350-000, como Conselheiro; (v) reeleger o Sr. **Rodrigo Cesar Formighieri**, brasileiro, solteiro, administrador de empresas, portador de cédula de identidade RG nº 3.640.858-8 SSP/PR, inscrito no CPF sob o nº 033.949.989-39, residente e

domiciliado na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, com escritório na Rua Buenos Aires nº 103 apto. 904, Bairro Batel, CEP 80250-070, como Conselheiro; e (vi) reeleger o Sr. **Samuel Ferrari Lago**, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da Carteira de Identidade RG nº 3.668.497-6 - SSP/PR e inscrito no CPF/MF sob o nº 599.964.209-49, residente e domiciliado na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, com escritório na Avenida Nossa Senhora Aparecida, nº 174, Bairro Seminário, CEP 80440-120, como Conselheiro. Consignar que os Srs. **Pedro Santos Ripper** e **Francisco Tosta Valim Filho**, conforme declarações apresentadas à Companhia, enquadram-se na definição de Conselheiros Independentes constante do Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. (Brasil, Bolsa, Balcão). Os conselheiros tomarão posse assinando os respectivos termos de posse no Livro de Atas de Reunião do Conselho de Administração. Os acionistas declararam ter obtido a informação dos Conselheiros ora eleitos, de que estão em condições de firmar a declaração de que trata a Instrução CVM nº 367, de 29 de maio de 2002. (v) A pedido de acionistas titulares de ações representativas de 5,57% do capital social da Companhia, instalar o Conselho Fiscal no presente exercício social, nos termos do artigo 26 do Estatuto Social da Companhia. (vi) Por unanimidade, tendo sido computados 92,81% dos votos a favor, 0% dos votos contrários e 7,19% de abstenções, eleger para compor o Conselho Fiscal da Companhia, para um mandato que se estenderá até a Assembleia Geral Ordinária que aprovar as contas do exercício social de 2018, (a) como membros efetivos, os Srs. **Irineu Homan**, brasileiro, casado, contador, portador da Cédula de Identidade RG nº 4.910.506-1 SSP/PR e inscrito no CPF/MF nº 834.263.889-87, residente e domiciliado na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, com domicílio profissional à Rua Mateus Leme, 2004, Centro Cívico, **Paulo Sérgio da Silva**, brasileiro, casado, contador, portador da Cédula de Identidade RG nº 4.318.575-6 SSP/PR e inscrito no CPF/MF nº 672.690.529-72, residente e domiciliado na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, com domicílio profissional à Rua Mateus Leme, 2004, Centro Cívico, e **João Raimundo Klein**, brasileiro, casado, contador, portador da Cédula de Identidade RG nº 4.318.575-6 SSP/PR e inscrito no CPF/MF nº 672.690.529-72, residente e domiciliado na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, com domicílio profissional à Rua Mateus Leme, 2004, Centro Cívico, e, como suplentes, os Srs. **Carlos Tortelli**, brasileiro, casado, contador e advogado, portador de RG nº 7.106.859-5, inscrito no CPF/MF sob o nº 274.296.100-30 residente e domiciliado em Curitiba, Estado do Paraná, **Marcos Alcides de Chaves**, brasileiro, casado, contador, portador de RG nº 3.932.947-6, inscrito no CPF/MF sob o nº 583.682.999-34, residente e domiciliado em Curitiba, Estado do Paraná, e **Marlos Nanoni Reinert**, brasileiro, casado, contador, portador de RG nº 7.139.138-8, inscrito no CPF/MF sob o nº 030.938.369-2, residente e domiciliado em Curitiba, Estado do Paraná. Os membros ora eleitos para o Conselho Fiscal serão investidos nos respectivos cargos mediante assinatura dos termos de posse no livro próprio, oportunidade em que farão a declaração de desimpedimento prevista em lei. (vii) Fixar, por unanimidade, tendo sido computados 100% dos votos a favor, 0% votos contrários e 0% abstenções, o valor da remuneração global anual dos administradores e dos membros do Conselho Fiscal da Companhia em até R\$ 10.182.877,98 (dez milhões, cento e oitenta e dois mil e oitocentos e setenta e sete reais e noventa e oito centavos), para o exercício social de 2018. (viii) Fixar, por unanimidade dos votos dos acionistas presentes, tendo sido computados 100% votos a favor, 0% votos contrários e 0% abstenções, a remuneração dos membros em exercício do Conselho Fiscal da Companhia em, nos termos da Proposta da Administração para a presente Assembleia, aproximadamente 10% da remuneração que, em média, for atribuída a cada diretor, não computados os benefícios e outras verbas. **Documentos Arquivados:** Todos os documentos aqui mencionados, devidamente rubricados pelos integrantes da Mesa, ficarão arquivados na sede da Companhia. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a assembleia e lavrada a presente ata que, lida e achada conforme, foi assinada por todos os presentes, contabilizando-se ainda como presentes e assinantes, na forma do artigo 21-V, parágrafo único, da Instrução CVM nº 481/2009, os acionistas que votaram por meio de boletim de voto a distância. Curitiba, 27 de abril de 2018. **Assinaturas:** Mesa: Lincon Lopes Ferraz - Presidente da Mesa; Lorenza Martinez Guimarães Gloger - Secretária da Mesa. Acionistas presentes: **Hélio Bruck Rotenberg**; **Rodrigo Cesar Formighieri**; **Samuel Ferrari Lago**; **Paulo Fernando Ferrari Lago**; **Thais Susana Ferrari Lago**; **Isabela Cesar Formighieri**; **Daniela Cesar Formighieri Rigolino**; **Cixares Libero Vargas**; **Lucas Raduy Guimarães**; **Giem Raduy Guimarães**; **Sofia Guimarães Von Ridder** p.p. **Martha Maria Silveira Sasso Gomes**; **Neon Liberty Wei Ji Master FND LP** p.p. **Martha Elza Silva Do Prado** - OAB/SP 221872. Acionistas que votaram por meio de Boletins de Voto a Distância: **Blackwell Partners LLC Series A**; **Discreene Fund LP**; **Dinad Fund LP**.

POSITIVO INFORMÁTICA S.A.

Companhia Aberta

CNPJ/MF nº 81.243.735/0001-48

NIRE 41.300.071.977

**ATAS DAS ASSEMBLEIAS GERAIS ORDINÁRIA E
EXTRAORDINÁRIA REALIZADAS EM 28 DE ABRIL DE 2017**

DATA, HORA E LOCAL: em 28 de abril de 2017, às 09h00, na sede administrativa da Companhia, localizada na Rua Senador Accioly Filho, 1021, Cidade Industrial de Curitiba, na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná.

PUBLICAÇÕES PRÉVIAS: anúncios de convocação publicados nos termos do §1º do artigo 124 da Lei nº 6.404 de 15.12.1976 (“LSA”), nos jornais “O Diário Oficial do Estado do Paraná nos dias 12, 17 e 19 de abril de 2017 e “O Estado de São Paulo” e “Metrópole” nos dias 12, 13 e 14 de abril de 2017. O Relatório da Administração, Balanço Patrimonial, Demonstrações Financeiras e parecer dos Auditores Independentes, todos com relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, foram publicados nos jornais, “Metrópole”, “O Estado de São Paulo” e no Diário Oficial do Estado do Paraná em 23 de março de 2017.

Foram igualmente divulgados ao mercado, por meio dos *websites* da Comissão de Valores Mobiliários, da BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros e no *website* de relação com os investidores da Companhia, os documentos exigidos nos termos da Instrução CVM nº 481/2009.

PRESENCAS:

- a) Em Assembleia Geral Ordinária: presentes acionistas representando 74,1% do capital social total e votante da Companhia, conforme assinaturas constantes do Livro de Presença de Acionistas;
- b) Em Assembleia Geral Extraordinária: presentes acionistas representando 78,3% do capital social total votante da Companhia, conforme assinaturas constantes do Livro de Presença de Acionistas;



CERTIFICO O REGISTRO EM 05/05/2017 16:23 SOB Nº 41300071977.
PROTOCOLO: 172289807 DE 03/05/2017. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11701650254. NIRE: 41300071977.
POSITIVO TECNOLOGIA S.A.

Libertad Bogus
SECRETÁRIA-GERAL
CURITIBA, 05/05/2017
www.empresafacil.pr.gov.br

Em ambas, presentes: representante da Administração da Companhia, Sr. Lincon Lopes Ferraz; e (iii) representante da Deloitte Touche Tohmatsu, auditores independentes da Companhia, Sr. Arinei Luis Gebert.

MESA: Foi eleito, por unanimidade, para ser o Presidente da Mesa o Sr. Lincon Lopes Ferraz, que convidou a Sra. Lorenza Martinez Guimarães Gloger para ser a Secretária destas Assembleias.

LEITURA DE DOCUMENTOS: Aprovada, por unanimidade, a dispensa da leitura dos documentos relacionados à ordem do dia destas Assembleias Gerais, uma vez que referidos documentos são do inteiro conhecimento dos acionistas da Companhia.

ATA EM FORMA DE SUMÁRIO: Aprovada, por unanimidade, a lavratura desta ata em forma de sumário e publicação com omissão das assinaturas, conforme autorizam os §§ 1º e 2º do artigo 130 da LSA.

RECEBIMENTO DE VOTOS: as declarações de voto, protestos e dissidências porventura apresentadas serão numeradas, recebidas e autenticadas pela Mesa e ficarão arquivadas na sede da Companhia, nos termos do disposto no §1º do artigo 130 da LSA.

ORDEM DO DIA:

Em Assembleia Geral Ordinária: deliberar sobre a (i) aprovação das contas dos administradores, das demonstrações financeiras, acompanhadas do parecer dos auditores independentes e da proposta de distribuição de lucros, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016; (ii) proposta de remuneração global dos administradores da Companhia para o exercício social de 2017; e (iii) proposta de eleição dos membros do Conselho de Administração.

Em Assembleia Geral Extraordinária: deliberar sobre a (i) Reforma do Estatuto Social da Companhia: a) alteração da denominação social da Companhia para Positivo Tecnologia S.A.; b) alteração da indicação da Sede da Companhia; c) inclusão de atribuição da Assembleia Geral; d) alteração e inclusão de atribuições do Conselho de Administração; e) alteração da composição da Diretoria e inclusão das atribuições de cada Diretor; f) inclusão de atribuição da Diretoria; g) ajustes de



CERTIFICO O REGISTRO EM 05/05/2017 16:23 SOB Nº 41300071977.
PROTOCOLO: 172289807 DE 03/05/2017. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11701650254. NIRE: 41300071977.
POSITIVO TECNOLOGIA S.A.

Libertad Bogus
SECRETÁRIA-GERAL
CURITIBA, 05/05/2017
www.empresafacil.pr.gov.br

A handwritten signature in blue ink, likely of the Secretary General, Libertad Bogus.

redação; h) renumeração de Artigos; e i) consolidação do Estatuto Social da Companhia.

DELIBERAÇÕES: As seguintes deliberações foram tomadas pelos presentes, com abstenção dos legalmente impedidos e daqueles expressamente indicados, quando aplicável:

Em Assembleia Geral Ordinária:

(i) Aprovar, por maioria dos votos dos presentes, e sem ressalvas, tendo sido computados 99,9% votos a favor, 0% votos contrários e 0,1% abstenções, com as abstenções legais, as contas dos administradores, as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2016, acompanhadas do parecer dos auditores independentes, e a proposta de destinação de R\$ 6.628.575,74 (seis milhões, seiscentos e vinte e oito mil, quinhentos e setenta e cinco reais e setenta e quatro centavos) para a constituição de reserva de lucros de incentivos fiscais, na forma do artigo 195-A da Lei das S.A. e de distribuição de R\$ 2.209.525,25 (dois milhões, duzentos e nove mil, quinhentos e vinte e cinco reais e vinte e cinco centavos) para distribuição a título de dividendos, resultando no valor de R\$ 0,02566321 por ação. Terão direito aos dividendos os acionistas assim identificados em 28 de abril de 2017 e, a partir de 02 de maio de 2017, as ações serão negociadas ex-dividendos na BM&FBovespa S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros. O pagamento acima referido será realizado em uma única parcela, no dia 15 de dezembro de 2017, sem correção monetária;

(ii) Fixar, por maioria dos votos presentes, tendo sido computados 99,8% votos a favor, 0,2% votos contrários e 0% abstenções, o valor da remuneração global anual dos administradores da Companhia em até R\$ 11.232.258,00 (onze milhões, duzentos e trinta e dois mil e duzentos e cinquenta e oito reais), para o exercício social de 2017;

(iii) Por maioria dos votos presentes eleger os membros do Conselho de Administração elencados na Proposta da Administração para a presente Assembleia, tendo sido computados 99,8% votos a favor, 0,2% votos contrários e 0% abstenções,



CERTIFICO O REGISTRO EM 05/05/2017 16:23 SOB Nº 41300071977.
PROTOCOLO: 172289807 DE 03/05/2017. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11701650254. NIRE: 41300071977.
POSITIVO TECNOLOGIA S.A.

Libertad Bogus
SECRETÁRIA-GERAL
CURITIBA, 05/05/2017
www.empresafacil.pr.gov.br

para mandato de 01 (um) ano, a se encerrar na assembleia geral que deliberar sobre as contas do exercício a se encerrar em 31.12.2017, (i) reeleger o Sr. **Fernando Soares Mitri**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da Carteira de Identidade RG nº 380.504 – SSP/PR e inscrito no CPF/MF sob o nº 001.681.739-72, residente e domiciliado na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, na Rua Luiza Mazetto Baggio, nº 120, apto. 2001, Bairro Mossunguê, CEP 81200-600, como Conselheiro Independente e Presidente do Conselho de Administração; (ii) reeleger o Sr. **Pedro Santos Ripper**, brasileiro, solteiro, engenheiro, portador da Carteira de Identidade RG nº 08497980-6 – SSP/RJ e inscrito no CPF/MF sob o nº 012.277.917-71, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, com escritório na Rua Henrique Dumont, nº 21, apto. 202, como Conselheiro Independente; e (iii) reeleger o Sr. **Hélio Bruck Rotenberg**, brasileiro, casado, empresário, portador da Carteira de Identidade RG nº 1.217.176-5 – SSP/PR e inscrito no CPF/MF sob o nº 428.804.249-68, residente e domiciliado na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, com escritório na Rua Senador Accioly Filho, nº 1021, Bairro Cidade Industrial de Curitiba, CEP 81310-000, como Conselheiro; (iv) eleger o Sr. **Rodrigo Cesar Formighieri**, brasileiro, solteiro, administrador de empresas, portador de cédula de identidade RG nº 3.640.858-8 SSP/PR, inscrito no CPF sob o nº 033.949.989-39, residente e domiciliado na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, com escritório na Rua Buenos Aires nº 103 apto 904, Bairro Batel, CEP 80250-070, como Conselheiro; (v) reeleger o Sr. **Samuel Ferrari Lago**, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da Carteira de Identidade RG nº 3.668.497-6 – SSP/PR e inscrito no CPF/MF sob o nº 599.964.209-49, residente e domiciliado na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, com escritório na Avenida Nossa Senhora Aparecida, nº 174, Bairro Seminário, CEP 80440-120, como Conselheiro; (vi) reeleger o Sr. **Francisco Tosta Valim Filho**, brasileiro, casado, empresário, portador da Carteira de Identidade RG nº 10.068.552-72 – SSP/RS e inscrito no CPF/MF sob o nº 355.827.150-53, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, com escritório na Av. das Nações Unidas, 14.171, Torre Crystal, 29º andar, Morumbi, como Conselheiro Independente; e (vii) reeleger o Sr. **Giem Raduy Guimarães**, brasileiro, casado, administrador, portador da Carteira de Identidade RG nº 1.529.538-4/SSP/PR e inscrito no CPF/MF sob o nº 755.250.039-53, residente e domiciliado na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, com escritório na Avenida Cândido Hartmann, nº 1400, Bairro Bigorrião, CEP 80710-570, como Conselheiro.

Os Srs. **Fernando Soares Mitri, Pedro Santos Ripper e Francisco Tosta Valim Filho** são Conselheiros Independentes, estando devidamente atendido o percentual mínimo de 20% dos conselheiros exigido no Regulamento de Listagem do Novo



CERTIFICO O REGISTRO EM 05/05/2017 16:23 SOB Nº 41300071977.
PROTOCOLO: 172289807 DE 03/05/2017. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11701650254. NIRE: 41300071977.
POSITIVO TECNOLOGIA S.A.

Libertad Bogus
SECRETÁRIA-GERAL
CURITIBA, 05/05/2017
www.empresafacil.pr.gov.br

Mercado da BM&FBOVESPA. Os conselheiros tomarão posse assinando os respectivos termos de posse no Livro de Atas de Reunião do Conselho de Administração. Os acionistas declararam ter obtido a informação dos Conselheiros ora eleitos, de que estão em condições de firmar a declaração de que trata a Instrução CVM nº 367, de 29 de maio de 2002. A posse dos membros do Conselho de Administração está condicionada à prévia subscrição do Termo de Anuência, aludido no Regulamento de Listagem do Novo Mercado da BM&FBOVESPA.

(v) Não houve indicação de membros para o Conselho de Administração pelos acionistas minoritários.

Em Assembleia Geral Extraordinária:

(i) Aprovar, por unanimidade dos votos presentes, sendo computado 100% dos votos a favor, a alteração da denominação social da Companhia, que passará de Positivo Informática S.A. para Positivo Tecnologia S.A., alterando-se, consequentemente, o Artigo 1º do Estatuto Social;

(ii) aprovar por unanimidade dos votos presentes, sendo computado 100% dos votos a favor, alteração da indicação da sede da Sociedade, que passará de Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, na Rua João Bettega, 5200, CIC, para simplesmente Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, alterando-se consequentemente, o Artigo 2º do seu Estatuto Social;

(iii) aprovar por unanimidade dos votos presentes, sendo computado 100% dos votos a favor, a inclusão de inciso (ix) no artigo 8º de forma a incluir atribuição da assembleia geral no que tange a aprovar a aquisição, pela Companhia, de ações de sua própria emissão para manutenção em tesouraria ou seu cancelamento, nas hipóteses em que a regulamentação exigir que tal aprovação seja deliberada em assembleia geral;

(iv) aprovar por unanimidade dos votos presentes, sendo computado 100% dos votos a favor, (a) inclusão de disposição no *caput* do artigo 10, de forma a regular que caso o Presidente do Conselho de Administração não tiver sido designado pela Assembleia Geral, ou em caso de vacância, será designado pela maioria do Conselho e servirá até a primeira assembleia geral subsequente; (b) alteração do *caput* do artigo 11, de maneira a regulamentar que em caso de vacância no cargo de



CERTIFICO O REGISTRO EM 05/05/2017 16:23 SOB Nº 41300071977.
PROTOCOLO: 172289807 DE 03/05/2017. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11701650254. NIRE: 41300071977.
POSITIVO TECNOLOGIA S.A.

Libertad Bogus
SECRETÁRIA-GERAL
CURITIBA, 05/05/2017
www.empresafacil.pr.gov.br

u

Conselheiro, substituto será nomeado pelos conselheiros remanescentes, servindo até a primeira assembleia geral subsequente, e que, se ocorrer vacância da maioria dos cargos de conselheiro, assembleia geral será convocada para proceder a nova eleição; (c) inclusão de Parágrafo Primeiro ao artigo 12, de forma a dispor sobre a possibilidade das assinaturas das atas das reuniões do Conselho de Administração se darem eletronicamente por certificação digital ou meio equivalente que comprove sua autenticidade; (d) alteração do inciso (viii) do artigo 14, de maneira a aumentar piso de alçada de atribuição do Conselho de Administração de R\$30.000.000,00 (trinta milhões de reais) para R\$60.000.000,00 (sessenta milhões de reais) para autorizar operações para a) financiar aquisições de bens e serviços (operações de Comprar); b) a aquisição de matérias-primas e operações que envolvam contratações de cartas de crédito para garantia de importações; contratação de fianças bancárias destinadas a licitações em órgãos públicos nacionais e internacionais e contratação de instrumentos bancários que garantam a performance; e c) descontos de títulos para antecipação de recebíveis; (e) inclusão de novo inciso (x) no artigo 14, de forma a incluir nova competência ao Conselho de Administração, sendo esta a de autorizar previamente a celebração, pela Companhia, de quaisquer contratos que envolvam valores de desembolso superiores a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais), excepcionadas as contratações para compra de insumos; (f) inclusão de complemento no inciso (xiv) do artigo 14, competência do Conselho de Administração, no que se refere a deliberação por referido órgão, sobre a aquisição pela Companhia de ações de sua própria emissão, para manutenção em tesouraria e/ou posterior cancelamento ou alienação, ressalvando as hipóteses em que a regulamentação exigir que tal aprovação seja deliberada pela assembleia geral;

(v) aprovar por unanimidade dos votos presentes, sendo computado 100% dos votos a favor, (a) alteração do caput do artigo 15, no que se refere a composição da Diretoria, passando a ser composta por 2 (dois) até 12 (doze) membros, residentes no País, acionistas ou não, eleitos e destituíveis pelo Conselho de Administração, sendo (i) 01 (um) Diretor Presidente, (ii) 01 (um) Diretor Vice Presidente Executivo, (iii) 01 (um) Diretor Vice-Presidente de Mercado Governo e Contas Estratégicas, (iv) 01 (um) Diretor Vice-Presidente de Tecnologia Educacional, (v) 01 (um) Diretor Vice-Presidente de Marketing e Vendas, (vi) 01 (um) Diretor Financeiro e de Relações com Investidores, e (vii) demais Diretores Estatutários sem designação específica; (b) inclusão de novo artigo 16, de maneira a constar que a Diretoria, cuja presidência será exercida pelo Diretor Presidente, se reunirá sempre que necessário, cabendo a convocação e a presidência da reunião ao Diretor Presidente; (c) inclusão



CERTIFICO O REGISTRO EM 05/05/2017 16:23 SOB Nº 41300071977.
PROTOCOLO: 172289807 DE 03/05/2017. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11701650254. NIRE: 41300071977.
POSITIVO TECNOLOGIA S.A.

Libertad Bogus
SECRETÁRIA-GERAL
CURITIBA, 05/05/2017
www.empresafacil.pr.gov.br

de novo artigo 17, atribuindo as competências específicas do Diretor Presidente; (d) inclusão de novo artigo 18, atribuindo as competências específicas do Diretor Vice-Presidente Executivo; (e) inclusão de novo artigo 19, atribuindo as competências específicas do Diretor Vice-Presidente de Mercado Governo e Contas Estratégicas; (f) inclusão de novo artigo 20, atribuindo as competências específicas do Diretor Vice-Presidente de Tecnologia Educacional; (g) inclusão de novo artigo 21, atribuindo as competências específicas do Diretor Vice-Presidente de Marketing e Vendas; (h) inclusão de novo artigo 22, atribuindo as competências específicas do Diretor Financeiro e de Relações com Investidores; (i) inclusão de novo artigo 23, atribuindo as competências específicas dos Diretores estatutários sem designação específica;

(vi) aprovar por unanimidade dos votos presentes, sendo computado 100% dos votos a favor, alteração do Parágrafo Terceiro do artigo 25, de modo a permitir à Diretoria prestar fianças, avais e endossos ou quaisquer outras garantias em favor de sociedades controladas direta ou indiretamente pela Companhia;

(vii) aprovar por unanimidade dos votos presentes, sendo computado 100% dos votos a favor, (a) ajuste do inciso (vii) do artigo 8º, com a exclusão da menção a BM&FBOVESPA; (b) exclusão do Parágrafo Segundo do artigo 10º, pois que mesma disposição encontra-se no Parágrafo Primeiro do mesmo Artigo;

(viii) aprovar por unanimidade dos votos presentes, sendo computado 100% dos votos a favor, renumeração dos artigos do Estatuto Social da Companhia, em consequência as alterações promovidas acima;

(ix) aprovar por unanimidade dos votos presentes, sendo computado 100% dos votos a favor, a consolidação do Estatuto Social da Companhia de modo a refletir as deliberações tomadas acima, que passa a vigorar, devidamente consolidado, nos termos do Anexo I à presente Ata.

DOCUMENTOS ARQUIVADOS: Todos os documentos aqui mencionados, devidamente rubricados pelos integrantes da Mesa e posteriormente anexados à ata, ficarão arquivados na sede da Companhia.



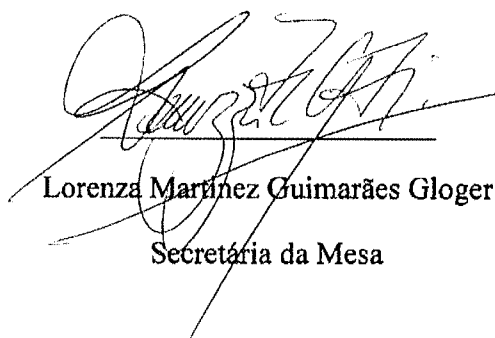
CERTIFICO O REGISTRO EM 05/05/2017 16:23 SOB Nº 41300071977.
PROTOCOLO: 172289807 DE 03/05/2017. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11701650254. NIRE: 41300071977.
POSITIVO TECNOLOGIA S.A.

Libertad Bogus
SECRETÁRIA-GERAL
CURITIBA, 05/05/2017
www.empresafacil.pr.gov.br

ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a assembleia e lavrada a presente ata que, lida e achada conforme, foi assinada por todos os presentes.

Curitiba, 28 de abril de 2017.

Confere com a original lavrada em livro próprio.



Lorenza Martínez Guimarães Gloger
Secretária da Mesa



CERTIFICO O REGISTRO EM 05/05/2017 16:23 SOB N° 41300071977.
PROTOCOLO: 172289807 DE 03/05/2017. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11701650254. NIRE: 41300071977.
POSITIVO TECNOLOGIA S.A.

Libertad Bogus
SECRETÁRIA-GERAL
CURITIBA, 05/05/2017
www.empresafacil.pr.gov.br

ANEXO I - ESTATUTO SOCIAL CONSOLIDADO

ESTATUTO SOCIAL DA POSITIVO TECNOLOGIA S.A. CNPJ/MF nº 81.243.735/0001-48 COMPANHIA ABERTA

CAPÍTULO I DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETO E DURAÇÃO

Artigo 1º – A **Positivo Tecnologia S.A.** (“Companhia”) é uma sociedade anônima que se rege pelo presente Estatuto Social e pela legislação aplicável.

Parágrafo Único - Com a admissão da Companhia no segmento especial de listagem denominado Novo Mercado, da BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (“BM&FBOVESPA”), sujeitam-se a Companhia, seus acionistas, Administradores e membros do Conselho Fiscal, quando instalado, às disposições do Regulamento de Listagem do Novo Mercado da BM&FBOVESPA (“Regulamento do Novo Mercado”).

Artigo 2º – A Companhia tem sua sede social na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, podendo, por deliberação da Diretoria, criar e extinguir filiais, escritórios, depósitos e dependências de qualquer natureza, no Brasil ou no exterior.

Artigo 3º – A Companhia tem por objeto: a) a industrialização, comercialização, distribuição, locação e assistência técnica de bens e equipamentos de qualquer natureza na área de informática e eletro-eletrônica; b) o desenvolvimento, comercialização e locação de softwares e sistemas diversos; c) a industrialização, comercialização e desenvolvimento de projetos tecnológicos na área de informática e eletro-eletrônica; d) a representação, comercialização, planejamento, implantação, treinamento, suporte técnico, suporte pedagógico e assistência técnica de equipamentos, laboratórios e



CERTIFICO O REGISTRO EM 05/05/2017 16:23 SOB Nº 41300071977.
PROTOCOLO: 172289807 DE 03/05/2017. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11701650254. NIRE: 41300071977.
POSITIVO TECNOLOGIA S.A.

Libertad Bogus
SECRETÁRIA-GERAL
CURITIBA, 05/05/2017
www.empresafacil.pr.gov.br

mobiliário de informática, franquias, sistemas de aplicação pedagógica, sistemas de administração escolar e sistemas didáticos de ensino; e) a prestação de serviços na área de informática; f) a comercialização ou cessão de direitos autorais, próprios e de terceiros; g) a editoração e comercialização de livros; h) a participação societária em empresas e/ou empreendimentos de qualquer natureza, que tenham ou não objeto social idêntico ao da Companhia; e i) o desenvolvimento e manutenção de portal, provedor de conteúdo ou outros serviços de informação e veiculação de conteúdo na internet.

Artigo 4º – O prazo de duração da Companhia é indeterminado.

CAPÍTULO II

CAPITAL SOCIAL E AÇÕES

Artigo 5º – O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 389.000.000,00 (trezentos e oitenta e nove milhões de reais), dividido em 87.800.000 (oitenta e sete milhões e oitocentos mil) ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Parágrafo Primeiro - Cada ação ordinária corresponderá a um voto nas Assembleias Gerais.

Parágrafo Segundo - A Companhia não pode emitir ações preferenciais ou partes beneficiárias.

Parágrafo Terceiro - A Companhia possui capital autorizado, podendo aumentar o seu capital social independentemente de reforma estatutária, por deliberação do Conselho de Administração, que fixará as condições da emissão, podendo o Conselho de Administração emitir até 4.500.000 (quatro milhões e quinhentas mil) novas ações ordinárias.

Parágrafo Quarto - Na proporção do número de ações que possuírem, os acionistas terão preferência

ção do aumento de capital na forma do artigo 171 da Lei nº 6.406/1976.
CURITIBA, 05/05/2017. 41300071977.
PROTOCOLO: 172289807 DE 03/05/2017. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11701650254. NIRE: 41300071977.
POSITIVO TECNOLOGIA S.A.



Libertad Bogus
SECRETÁRIA-GERAL
CURITIBA, 05/05/2017
www.empresafacil.pr.gov.br

6.404/76. O direito de preferência poderá ser cedido, no todo ou em parte, aos demais acionistas, cujo exercício será feito de forma proporcional à participação de cada um no capital social. O direito de preferência será exercido dentro do prazo decadencial de 30 (trinta) dias.

Parágrafo Quinto - A Companhia poderá reduzir ou excluir o prazo para o exercício do direito de preferência na emissão de ações, debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição, cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa de valores, subscrição pública ou permuta por ações em oferta pública obrigatória de aquisição de controle, nos termos dos artigos 257 a 263 da Lei nº 6.404/76. Também não haverá direito de preferência na outorga e no exercício de opção de compra de ações, na forma do disposto no §3º do artigo 171 da Lei nº 6.404/76.

Parágrafo Sexto - No caso de não realização do preço de emissão das ações nas condições previstas no boletim de subscrição ou nas respectivas chamadas de capital, ficará o acionista remisso de pleno direito constituído em mora, na forma do artigo 106, §2º, da Lei nº 6.404/76, sujeitando-se à multa de 10% (dez por cento) do valor da prestação devida e ao disposto no artigo 107 da mesma Lei nº 6.404/76.

Artigo 6º – Os acordos de acionistas que estabeleçam as condições de compra e venda de ações de emissão da Companhia, o direito de preferência na compra destas, ou o exercício do direito de voto, serão sempre observados pela Companhia, desde que arquivados na sede social da Companhia. Os administradores da Companhia zelarão pela observância desses acordos e o presidente da Assembleia Geral não computará o voto proferido em contrariedade com as disposições dos acordos.

Parágrafo Único - Os direitos, obrigações e responsabilidades resultantes dos acordos de acionistas serão válidos e oponíveis a terceiros, tão logo tenham sido averbados nos livros de registro de ações da Companhia.



CERTIFICO O REGISTRO EM 05/05/2017 16:23 SOB Nº 41300071977.
PROTOCOLO: 172289807 DE 03/05/2017. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11701650254. NIRE: 41300071977.
POSITIVO TECNOLOGIA S.A.

Libertad Bogus
SECRETÁRIA-GERAL
CURITIBA, 05/05/2017
www.empresafacil.pr.gov.br

CAPÍTULO III

ASSEMBLEIA GERAL

Artigo 7º – A Assembleia Geral é o órgão deliberativo da Companhia e tem poderes para decidir todos os negócios da Companhia e reunir-se-á, ordinariamente, dentro dos 04 (quatro) primeiros meses seguintes ao término do exercício social, para deliberar sobre as matérias constantes do artigo 132 da Lei nº 6.404/76 e, extraordinariamente, sempre que necessário.

Parágrafo Primeiro - A Assembleia Geral deverá ser convocada pelo Presidente do Conselho de Administração, ou por 04 (quatro) membros do Conselho de Administração agindo em conjunto, devendo os trabalhos serem dirigidos por mesa composta de presidente e secretário, na forma do parágrafo segundo abaixo.

Parágrafo Segundo - A Assembleia Geral será presidida pelo Presidente do Conselho de Administração, ou, na ausência deste, por qualquer outro membro do Conselho de Administração que venha a ser escolhido por deliberação da maioria dos acionistas presentes, ou, na ausência de todos os membros do Conselho de Administração, o presidente será escolhido dentre os presentes, por deliberação majoritária. O presidente da Assembleia escolherá, dentre os presentes, o secretário da mesa.

Parágrafo Terceiro - As deliberações da Assembleia Geral, ressalvadas as exceções previstas em lei e observado o disposto neste Estatuto Social, serão tomadas por maioria de votos, não se computando os votos em branco.

Artigo 8º – Sem prejuízo das competências atribuídas por lei à Assembleia Geral, compete a esta:

- (i) Eleger e destituir, a qualquer tempo, os membros do Conselho de Administração;
- (ii) Fixar os honorários globais dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria, assim como a remuneração dos membros do Conselho Fiscal, se e quando instalado;



CERTIFICO O REGISTRO EM 05/05/2017 16:23 SOB Nº 41300071977.
PROTOCOLO: 172289807 DE 03/05/2017. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11701650254. NIRE: 41300071977.
POSITIVO TECNOLOGIA S.A.

Libertad Bogus
SECRETÁRIA-GERAL
CURITIBA, 05/05/2017
www.empresafacil.pr.gov.br

- (iii) Atribuir bonificações em ações e decidir sobre eventuais grupamentos e/ou desdobramentos de ações;
- (iv) Aprovar programas de outorga de opção de compra ou subscrição de ações aos seus administradores e empregados;
- (v) Deliberar, de acordo com proposta apresentada pela administração, sobre a destinação do lucro do exercício e a distribuição de dividendos;
- (vi) Eleger o liquidante, bem como o Conselho Fiscal que deverá funcionar no período de liquidação;
- (vii) Deliberar sobre a saída do Novo Mercado, bem como sobre qualquer medida relativa ao cancelamento do registro de companhia aberta;
- (viii) Escolher a empresa especializada responsável pela preparação de laudo de avaliação das ações da Companhia, em caso de cancelamento de registro de companhia aberta ou saída do Novo Mercado, conforme previsto nos Capítulos VIII e IX deste Estatuto Social, dentre as empresas indicadas pelo Conselho de Administração; e
- (ix) aprovar a aquisição, pela Companhia, de ações de sua própria emissão para manutenção em tesouraria ou seu cancelamento, nas hipóteses em que a regulamentação exigir que tal aprovação seja deliberada pela assembleia geral.

CAPÍTULO IV ADMINISTRAÇÃO

Seção I – Normas Gerais

Artigo 9º – A Companhia será administrada por um Conselho de Administração e uma Diretoria Executiva.

Parágrafo Primeiro - Os administradores serão investidos em seus cargos mediante assinatura de termo de posse no livro próprio, dentro dos 30 (trinta) dias que se seguirem à sua eleição, e ficam dispensados de prestar caução para garantia de sua gestão. A posse dos administradores estará condicionada à prévia subscrição do Termo de Anuência dos



CERTIFICO O REGISTRO EM 05/05/2017 16:23 SOB Nº 41300071977.
PROTOCOLO: 172289807 DE 03/05/2017. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11701650254. NIRE: 41300071977.
POSITIVO TECNOLOGIA S.A.

Libertad Bogus
SECRETÁRIA-GERAL
CURITIBA, 05/05/2017
www.empresafacil.pr.gov.br

Administradores, aludido no Regulamento do Novo Mercado, bem como ao atendimento dos requisitos legais aplicáveis.

Parágrafo Segundo - Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria estão obrigados, sem prejuízo dos deveres e responsabilidades a eles atribuídos por lei, a manter reserva sobre todos os negócios da Companhia, devendo tratar como sigilosas todas as informações a que tenham acesso e que digam respeito à Companhia, seus negócios, funcionários, administradores, acionistas ou contratados e prestadores de serviços, obrigando-se a usar tais informações no exclusivo e melhor interesse da Companhia.

Seção II - Conselho de Administração

Artigo 10 – O Conselho de Administração, eleito e destituído pela Assembleia Geral, será composto de 6 (seis) ou 7 (sete) membros efetivos, pessoas naturais, residentes ou não no País, com mandato unificado de 1 (um) ano, podendo ser reeleitos, sendo um Presidente. O Presidente, se não tiver sido designado pela Assembleia Geral, ou em caso de vacância, será designado pela maioria do Conselho e servirá até a primeira assembleia geral subsequente.

Parágrafo Primeiro - Dos membros do Conselho de Administração, no mínimo 20% (vinte por cento) deverão ser Conselheiros Independentes, conforme definição do Regulamento do Novo Mercado, e expressamente declarados como tais na ata da Assembleia Geral que os eleger, sendo também considerado(s) como independente(s) o(s) conselheiro(s) eleito(s) mediante faculdade prevista pelo artigo 141, §§ 4º e 5º da Lei nº 6.404/76.

Parágrafo Segundo - Quando, em decorrência da observância do percentual referido no parágrafo primeiro deste artigo 10, resultar número fracionário de conselheiros, proceder-se-á ao arredondamento para o número inteiro: (i) imediatamente



CERTIFICO O REGISTRO EM 05/05/2017 16:23 SOB Nº 41300071977.
PROTOCOLO: 172289807 DE 03/05/2017. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11701650254. NIRE: 41300071977.
POSITIVO TECNOLOGIA S.A.

Libertad Bogus
SECRETÁRIA-GERAL
CURITIBA, 05/05/2017
www.empresafacil.pr.gov.br



superior, quando a fração for igual ou superior a 0,5 ou (ii) imediatamente inferior, quando a fração for inferior a 0,5.

Parágrafo Terceiro - Os cargos de Presidente do Conselho de Administração e de Diretor Presidente ou principal executivo da Companhia não poderão ser acumulados pela mesma pessoa.

Artigo 11 – Em caso de vacância no cargo de conselheiro, o substituto será nomeado pelos conselheiros remanescentes e servirá até a primeira assembleia geral subsequente. Se ocorrer vacância da maioria dos cargos de conselheiro, a assembleia geral será convocada para proceder a nova eleição.

Artigo 12 – As reuniões do Conselho de Administração serão convocadas por escrito, por seu Presidente ou por 4 (quatro) de seus membros, sendo necessária, para sua realização, a presença de, no mínimo, 4 (quatro) de seus membros. As deliberações do Conselho de Administração serão tomadas por maioria dos conselheiros presentes à reunião.

Parágrafo Primeiro - As assinaturas das atas das reuniões do Conselho poderão ser assinadas eletronicamente por certificação digital ou meio equivalente que comprove a sua autenticidade.

Parágrafo Segundo - Das reuniões do Conselho de Administração serão lavradas atas no livro próprio, tornando-se efetivas com a assinatura de tantos membros quanto bastem para constituir o *quorum* requerido para instalação e deliberação.

Artigo 13 – Findo o mandato, os membros do Conselho de Administração permanecerão no exercício dos cargos até a investidura dos novos conselheiros eleitos.



CERTIFICO O REGISTRO EM 05/05/2017 16:23 SOB Nº 41300071977.
PROTOCOLO: 172289807 DE 03/05/2017. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11701650254. NIRE: 41300071977.
POSITIVO TECNOLOGIA S.A.

Libertad Bogus
SECRETÁRIA-GERAL
CURITIBA, 05/05/2017
www.empresafacil.pr.gov.br

Artigo 14 – Sem prejuízo das competências atribuídas por lei ao Conselho de Administração, compete a este:

- (i) fixar a orientação geral dos negócios da Companhia;
- (ii) eleger e destituir os diretores, bem como fixar as suas atribuições e distribuir a remuneração fixada pela Assembleia Geral entre os administradores da Companhia;
- (iii) fiscalizar a gestão dos Diretores, examinando, a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia e solicitando informações sobre contratos celebrados ou em vias de celebração e quaisquer outros atos;
- (iv) convocar as Assembleias Gerais;
- (v) manifestar-se previamente sobre o Relatório da Administração, as contas da Diretoria, as Demonstrações Financeiras do exercício e examinar os balancetes mensais;
- (vi) aprovar os orçamentos anuais e plurianuais, os planos estratégicos, os projetos de expansão e os programas de investimento da Companhia;
- (vii) escolher e destituir os auditores independentes da Companhia;
- (viii) autorizar operações que envolvam valores superiores a R\$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de reais) para: a) financiar aquisições de bens e serviços (operações de Comprar); b) a aquisição de matérias-primas e operações que envolvam contratações de cartas de crédito para garantia de importações; contratação de fianças bancárias destinadas a licitações em órgãos públicos nacionais e internacionais e contratação de instrumentos bancários que garantam a performance, e c) descontos de títulos para antecipação de recebíveis. Este valor será atualizado ao final de cada exercício social pela variação do IGP-M divulgado pela Fundação Getúlio Vargas, ou por índice que venha a substituí-lo em caso de sua extinção
- (ix) autorizar a contratação de qualquer outra modalidade de operação que envolva valores superiores a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) - valor este a ser atualizado da mesma forma prevista no item anterior - relacionadas com a: (i) aquisição, alienação ou oneração de bens imóveis ou investimentos detidos pela Companhia; (ii) contratação de quaisquer empréstimos ou financiamentos pela Companhia, na condição de mutuante ou mutuária;



CERTIFICO O REGISTRO EM 05/05/2017 16:23 SOB Nº 41300071977.
PROTOCOLO: 172289807 DE 03/05/2017. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11701650254. NIRE: 41300071977.
POSITIVO TECNOLOGIA S.A.

Libertad Bogus
SECRETÁRIA-GERAL
CURITIBA, 05/05/2017
www.empresafacil.pr.gov.br

- (x) autorizar previamente a celebração, pela Companhia, de quaisquer outros contratos que envolvam valores de desembolso superiores a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), excepcionadas as contratações para compra de insumos.
- (xi) aprovar a participação da Companhia no capital de outras sociedades assim como a disposição ou alienação dessa participação, no País ou no exterior;
- (xii) autorizar a emissão de ações da Companhia nos limites do capital autorizado, previsto no artigo 5º, §3º, deste Estatuto Social, fixando as condições de emissão, inclusive preço e prazo de integralização, podendo, ainda, ser excluído ou reduzido o direito de preferência nas emissões de ações, cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa ou por subscrição pública ou em oferta pública de aquisição de controle, nos termos estabelecidos em lei;
- (xiii) deliberar sobre a emissão de bônus de subscrição e debêntures conversíveis em ações, observando-se os limites do artigo 5º, §3º, deste Estatuto Social;
- (xiv) deliberar sobre a aquisição pela Companhia de ações de sua própria emissão, para manutenção em tesouraria e/ou posterior cancelamento ou alienação, ressalvadas as hipóteses em que a regulamentação exigir que tal aprovação seja deliberada pela assembleia geral;
- (xv) definir a lista tríplice de empresas especializadas em avaliação econômica de empresas, para a preparação de laudo de avaliação das ações da Companhia, em caso de oferta pública de aquisição de ações para cancelamento de registro de companhia aberta ou saída do Novo Mercado;
- (xvi) aprovar a contratação da instituição depositária prestadora de serviços de ações escriturais;
- (xvii) dispor, observadas as normas deste Estatuto Social e da legislação vigente, sobre a ordem de seus trabalhos e adotar ou baixar normas regimentais para seu funcionamento;
- (xviii) decidir o teor do voto a ser proferido pela Companhia em Assembleias Gerais Ordinárias e/ou extraordinárias, reuniões prévias de acionistas ou quotistas, reuniões de sócios, e/ou em qualquer outra reunião de sociedades das quais a Companhia venha a ser titular de participação societária;
- (xix) decidir sobre qualquer assunto que não se compreenda na competência privativa da Assembleia Geral ou da Diretoria, conforme previsto em Lei ou neste Estatuto Social; e



CERTIFICO O REGISTRO EM 05/05/2017 16:23 SOB Nº 41300071977.
PROTOCOLO: 172289807 DE 03/05/2017. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11701650254. NIRE: 41300071977.
POSITIVO TECNOLOGIA S.A.

Libertad Bogus
SECRETÁRIA-GERAL
CURITIBA, 05/05/2017
www.empresafacil.pr.gov.br

(xx) manifestar-se favorável ou contrariamente a respeito de qualquer oferta pública de aquisição de ações que tenha por objeto as ações de emissão da Companhia, por meio de parecer prévio fundamentado, divulgado em até 15 (quinze) dias da publicação do edital da oferta pública de aquisição de ações, que deverá abordar, no mínimo (i) a conveniência e oportunidade da oferta pública de aquisição de ações quanto ao interesse do conjunto dos acionistas e em relação à liquidez dos valores mobiliários de sua titularidade; (ii) as repercussões da oferta pública de aquisição de ações sobre os interesses da Companhia; (iii) os planos estratégicos divulgados pelo ofertante em relação à Companhia; e (iv) outros pontos que o Conselho de Administração considerar pertinentes, bem como as informações exigidas pelas regras aplicáveis estabelecidas pela CVM.

Seção III – Diretoria

Artigo 15 – A Diretoria da Companhia será composta por 2 (dois) até 12 (doze) membros, residentes no País, acionistas ou não, eleitos e destituíveis pelo Conselho de Administração, sendo (i) 01 (um) Diretor Presidente, (ii) 01 (um) Diretor Vice-Presidente Executivo, (iii) 01 (um) Diretor Vice-Presidente de Mercado Governo e Contas Estratégicas (iv) 01 (um) Diretor Vice-Presidente de Tecnologia Educacional, (v) 01 (um) Diretor Vice-Presidente de Marketing e Vendas, (vi) 01 (um) Diretor Financeiro e de Relações com Investidores, e (vii) demais Diretores estatutários sem designação específica.

Parágrafo Primeiro - O mandato de cada Diretor será de 02 (dois) anos, sendo permitida a reeleição. Findo o prazo de mandato, os Diretores permanecerão no exercício de seus cargos até a investidura dos novos Diretores eleitos.

Parágrafo Segundo - O exercício do cargo de Diretor cessa pela destituição, a qualquer tempo, do titular, ou pelo término do mandato, se não houver recondução, observando-se ainda o disposto na parte final do Parágrafo Primeiro acima. A renúncia torna-se eficaz, em relação à Companhia, desde o momento em que esta conhecer da comunicação escrita do renunciante, produzindo efeitos perante terceiros de boa-fé após o seu arquivamento no Registro

Empresas Mercantis e publicação

CERTIFICADO DE REGISTRO EM 05/05/2017 16:23 SOB Nº 41300071977.
PROTOCOLO: 172289807 DE 03/05/2017. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11701650254. NIRE: 41300071977.
POSITIVO TECNOLOGIA S.A.



Libertad Bogus
SECRETÁRIA-GERAL
CURITIBA, 05/05/2017
www.empresafacil.pr.gov.br

Parágrafo Terceiro. A substituição dos Diretores, no caso de ausência ou impedimento temporário, ou ainda por renúncia, morte ou incapacidade, será deliberada em Reunião do Conselho de Administração, podendo o Presidente do Conselho de Administração eleger interinamente um substituto.

Artigo 16 – A Diretoria, cuja presidência será exercida pelo Diretor Presidente, reunir-se-á sempre que necessário, cabendo a convocação e a presidência da Reunião ao Diretor Presidente.

Artigo 17 – Compete ao Diretor Presidente:

- a) submeter à aprovação do Conselho de Administração os planos de trabalho e orçamento anuais, planos de investimentos e novos programas de expansão da Companhia, promovendo a sua execução nos termos aprovados;
- b) responder pelas estratégias e diretrizes operacionais da Companhia, bem como estabelecer os critérios para a execução das deliberações da Assembleia Geral e do Conselho de Administração, com a participação dos demais Diretores;
- c) coordenar e superintender as atividades da Diretoria;
- d) exercer a supervisão de todas as atividades da Companhia, imprimindo-lhes a orientação mais adequada aos objetos sociais; e
- e) exercer as demais atribuições que lhe forem conferidas pelo Conselho de Administração.

Artigo 18 – Compete ao Diretor Vice-Presidente Executivo:

- a) coordenar o desenvolvimento do planejamento estratégico da Companhia;
- b) responder pelo controle orçamentário da Companhia;



CERTIFICO O REGISTRO EM 05/05/2017 16:23 SOB N° 41300071977.
PROTOCOLO: 172289807 DE 03/05/2017. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11701650254. NIRE: 41300071977.
POSITIVO TECNOLOGIA S.A.

Libertad Bogus
SECRETÁRIA-GERAL
CURITIBA, 05/05/2017
www.empresafacil.pr.gov.br

- c) coordenar e superintender as questões financeiras, administrativas e operacionais;
e
- d) exercer as demais atribuições que lhe forem conferidas pelo Conselho de Administração.

Artigo 19 – Compete ao Diretor Vice-Presidente de Mercado Governo e Contas Estratégicas;

- a) responsabilizar-se pelas vendas da Companhia destinadas ao mercado governo, exceto no que se refere as vendas da Companhia destinadas ao mercado governo de produtos da área de Tecnologia Educacional;
- b) administrar as contas dos clientes estratégicos da Companhia; e
- c) exercer as demais atribuições que lhe forem conferidas pelo Conselho de Administração.

Artigo 20 – Compete ao Diretor Vice-Presidente de Tecnologia Educacional:

- a) ser o responsável pela direção, planejamento e controle da área de tecnologia educacional da Companhia;
- b) responsabilizar-se por todas as vendas da Companhia de produtos de Tecnologia Educacional; e
- c) exercer as demais atribuições que lhe forem conferidas pelo Conselho de Administração.

Artigo 21 – Compete ao Diretor Vice-Presidente de Marketing e Vendas:

- a) Ser o responsável pela direção, planejamento e controle da área de marketing e de inteligência de mercado da Companhia;
- b) Responsabilizar-se pelas vendas de produtos da Companhia, excetuadas as vendas para o Mercado Governo e de produtos de Tecnologia Educacional; e
- c) exercer as demais atribuições que lhe forem conferidas pelo Conselho de Administração.



CERTIFICO O REGISTRO EM 05/05/2017 16:23 SOB N° 41300071977.
PROTOCOLO: 172289807 DE 03/05/2017. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11701650254. NIRE: 41300071977.
POSITIVO TECNOLOGIA S.A.

Libertad Bogus
SECRETÁRIA-GERAL
CURITIBA, 05/05/2017
www.empresafacil.pr.gov.br

12

Artigo 22 – Compete ao Diretor Financeiro e de Relações com Investidores:

- a) gerenciar o controle orçamentário da Companhia;
- b) prover informações financeiras;
- c) responder pelo controle de fluxo de caixa, aplicações financeiras e investimentos da Companhia;
- d) prestar toda e qualquer informação aos investidores, à Comissão de Valores Mobiliários e à BM&FBOVESPA;
- e) manter atualizado o registro de companhia aberta da Companhia, e
- f) exercer as demais atribuições que lhe forem conferidas pelo Conselho de Administração.

Artigo 23 – Compete ao(s) Diretor(es) estatutários sem designação específica, exemplificativamente:

- a) promover o desenvolvimento das atividades da Companhia, observado seu objeto social;
- b) coordenar a atuação de sua área, bem como promover a interface desta com as demais Diretorias; e
- c) exercer as atribuições que lhes forem definidas em Reunião do Conselho de Administração, que poderá estabelecer denominações específicas para os seus cargos.

Artigo 24 – Compete à Diretoria exercer as atribuições que a lei, a Assembleia Geral, o Conselho de Administração e este Estatuto Social lhe conferirem para a prática dos atos necessários ao funcionamento regular da Companhia, incumbindo-lhe a administração e gestão dos negócios e atividades da Companhia, observado o disposto nos demais artigos deste Estatuto Social, especialmente nos seus Artigos 8º e 14, inclusive:

- (i) zelar pela observância da Lei, deste Estatuto Social, das deliberações do Conselho de Administração e da Assembleia Geral;
- (ii) elaborar e submeter ao Conselho de Administração o relatório da Diretoria e as demonstrações financeiras de cada exercício, acompanhados do relatório dos auditores



CERTIFICO O REGISTRO EM 05/05/2017 16:23 SOB Nº 41300071977.
PROTOCOLO: 172289807 DE 03/05/2017. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11701650254. NIRE: 41300071977.
POSITIVO TECNOLOGIA S.A.

Libertad Bogus
SECRETÁRIA-GERAL
CURITIBA, 05/05/2017
www.empresafacil.pr.gov.br

independentes, bem como a proposta de aplicação dos lucros apurados no exercício anterior;

(iii) deliberar sobre filiais, agências, depósitos, escritórios e quaisquer outros estabelecimentos da Companhia no país ou no exterior;

(iv) praticar os atos de sua competência, conforme estabelecido neste Estatuto Social;

(v) manter os membros do Conselho de Administração informados sobre as atividades da Companhia e o andamento de suas operações;

(vi) representar a Companhia, ativa e passivamente, em juízo ou fora dele, respeitadas as disposições previstas neste Estatuto Social, nos limites de suas atribuições;

(vii) assinar contratos, contrair empréstimos e financiamentos, alienar, adquirir, hipotecar, ou, de qualquer modo, onerar bens da sociedade, móveis, imóveis e outros direitos, respeitadas as disposições previstas neste Estatuto Social, respeitadas as restrições previstas no item (viii) do Artigo 14 deste Estatuto Social;

(viii) aceitar, sacar, endossar e avalizar documentos cambiais, duplicatas, cheques, notas promissórias e quaisquer outros títulos de créditos que impliquem responsabilidade para a sociedade, respeitadas as disposições previstas neste Estatuto Social, notadamente as restrições previstas no item (viii), do Artigo 14 deste Estatuto Social; e

(ix) abrir, movimentar e encerrar contas bancárias.

Artigo 25 – A representação da Companhia, em juízo ou fora dele, ativa e passivamente, em quaisquer atos ou negócios jurídicos, ou perante quaisquer repartições públicas ou autoridades federais, estaduais ou municipais, nos atos de aquisição, alienação ou oneração de bens e direitos da sociedade, bem como nos atos e operações de gestão ordinária dos negócios sociais, tais como a assinatura de escrituras de qualquer natureza, letras de câmbio, cheques, ordens de pagamento, contratos e, em geral, quaisquer outros documentos ou atos que importem responsabilidade ou obrigação para a Companhia ou que a exonerem de obrigações para com terceiros, e ainda, o aceite, o endosso e a avalização de documentos cambiais, duplicatas ou outros títulos de crédito, serão obrigatoriamente praticados (i) pelo Diretor Presidente, ou (ii) pelo Diretor que, isoladamente ou em conjunto com outro Diretor, esteja estritamente autorizado pelo Conselho de Administração, em reunião própria, ou (iii) por um procurador com poderes específicos nomeado na forma prevista no Parágrafo Primeiro abaixo.



CERTIFICO O REGISTRO EM 05/05/2017 16:23 SOB Nº 41300071977.
PROTOCOLO: 172289807 DE 03/05/2017. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11701650254. NIRE: 41300071977.
POSITIVO TECNOLOGIA S.A.

Libertad Bogus
SECRETÁRIA-GERAL
CURITIBA, 05/05/2017
www.empresafacil.pr.gov.br

Parágrafo Primeiro - As procurações em nome da Companhia serão outorgadas (i) pelo Diretor Presidente, ou (ii) por Diretor que, isoladamente ou em conjunto com outro Diretor, esteja estritamente autorizado pelo Conselho de Administração, em reunião própria e especificarão os poderes conferidos. Caso o instrumento de mandato não mencione o prazo de vigência, reputar-se-á outorgado por prazo indeterminado, no caso de procuração outorgada para fins judiciais ou para representação em processos administrativos, e pelo prazo de 1 (um) ano, nos demais casos.

Parágrafo Segundo - Quando o mandato tiver por objeto a prática de atos que dependam de prévia autorização do Conselho de Administração, a sua outorga ficará expressamente condicionada à obtenção dessa autorização, que deverá ser mencionada em seu texto.

Parágrafo Terceiro - São expressamente vedados, sendo nulos e inoperantes com relação à Companhia, os atos de qualquer dos Diretores ou procuradores que a envolverem em obrigações relativas a negócios e/ou operações estranhos ao objeto social, tais como fianças, avais e endossos ou quaisquer outras garantias em favor de terceiros, exceto quando prestadas em favor de sociedades controladas direta ou indiretamente pela Companhia.

Parágrafo Quarto - Sem prejuízo do disposto no Parágrafo 3º acima, cada Diretor (i) responde, perante a Companhia e solidariamente com esta perante terceiros, por culpa no desempenho de seu cargo e funções; e (ii) terá de restituir à companhia, com todos os lucros resultantes, os créditos ou bens sociais que aplicar, sem autorização expressa da Assembleia Geral, em proveito próprio ou de terceiros, e, se houver prejuízo, também por ele responderá.

CAPÍTULO V CONSELHO FISCAL

Artigo 26 – O Conselho Fiscal da Companhia, que não terá caráter permanente, somente será instalado na forma da lei, e será composto de 3 (três) a 5 (cinco) membros efetivos e igual número de suplentes, acionistas ou não, eleitos pela Assembleia Geral em que for requerido c



CERTIFICO O REGISTRO EM 05/05/2017 16:23 SOB Nº 41300071977.
PROTOCOLO: 172289807 DE 03/05/2017. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11701650254. NIRE: 41300071977.
POSITIVO TECNOLOGIA S.A.

Libertad Bogus
SECRETÁRIA-GERAL
CURITIBA, 05/05/2017
www.empresafacil.pr.gov.br

15

Parágrafo Primeiro - A posse dos membros do Conselho Fiscal está condicionada à prévia subscrição do Termo de Anuência dos Membros do Conselho Fiscal, aludido no Regulamento do Novo Mercado, bem como ao atendimento dos requisitos legais aplicáveis.

Parágrafo Segundo - Os membros do Conselho Fiscal, quando em exercício, terão direito à remuneração fixada pela Assembleia Geral que os eleger.

Parágrafo Terceiro - As deliberações do Conselho Fiscal serão tomadas por maioria de votos e lançadas no livro próprio.

Parágrafo Quarto - Os membros do Conselho Fiscal terão os deveres e responsabilidades estabelecidos pela legislação societária em vigor e no Regulamento do Novo Mercado.

CAPÍTULO VI

EXERCÍCIO SOCIAL E LUCROS

Artigo 27 – O exercício social terá a duração de 12 (doze) meses, coincidindo com o ano civil, terminando no dia 31 de dezembro de cada ano. Ao fim de cada exercício social a Diretoria fará elaborar as demonstrações financeiras previstas em lei, observadas as normas legais e princípios contábeis, as quais compreenderão a proposta de destinação do lucro do exercício.

Artigo 28 – Do resultado do exercício social serão deduzidos, antes de qualquer participação, eventuais prejuízos acumulados e a provisão para o Imposto de Renda.

Parágrafo Primeiro - Sobre o lucro remanescente, apurado na forma do *caput* deste artigo 28, será calculada a participação estatutária dos administradores, até o limite máximo legal, conforme previsto no artigo 152, § 1º. da Lei 6.404/76;



CERTIFICO O REGISTRO EM 05/05/2017 16:23 SOB Nº 41300071977.
PROTOCOLO: 172289807 DE 03/05/2017. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11701650254. NIRE: 41300071977.
POSITIVO TECNOLOGIA S.A.

Libertad Bogus
SECRETÁRIA-GERAL
CURITIBA, 05/05/2017
www.empresafacil.pr.gov.br

16

Parágrafo Segundo - Do lucro líquido do exercício, obtido após a dedução de que trata o parágrafo anterior:

- (a) 5% (cinco por cento) serão atribuídos para a constituição da reserva legal, que não excederá 20% (vinte por cento) do capital social; e
- (b) do saldo do lucro líquido do exercício, obtido após a dedução de que trata o parágrafo anterior e da destinação referida no item (a) deste §2º, e ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76, destinar-se-ão 25% (vinte e cinco por cento) para o pagamento de dividendo obrigatório a todos os acionistas.

Parágrafo Terceiro - Atendida a distribuição prevista no parágrafo anterior, o saldo terá a destinação aprovada pela Assembleia Geral, depois de ouvido o Conselho de Administração, respeitadas as disposições legais e estatutárias aplicáveis.

Artigo 29 – Os dividendos não reclamados no prazo de 3 (três) anos, contados da deliberação do ato que autorizou sua distribuição, prescreverão em favor da Companhia.

Artigo 30 – A Companhia poderá levantar balanços semestrais ou intermediários. O Conselho de Administração poderá deliberar a distribuição de dividendos a débito da conta de lucro apurado naqueles balanços. O Conselho de Administração poderá, ainda, declarar dividendos intermediários a débito da conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes naqueles balanços ou no último balanço anual.

Parágrafo Primeiro - O Conselho de Administração poderá pagar ou creditar juros sobre o capital próprio, *ad referendum* da Assembleia Geral Ordinária que apreciar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social em que tais juros foram pagos ou creditados.

Parágrafo Segundo - Os dividendos intercalares ou intermediários e os juros sobre o capital próprio deverão ser sempre imputados ao dividendo obrigatório.



CERTIFICO O REGISTRO EM 05/05/2017 16:23 SOB Nº 41300071977.
PROTOCOLO: 172289807 DE 03/05/2017. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11701650254. NIRE: 41300071977.
POSITIVO TECNOLOGIA S.A.

Libertad Bogus
SECRETÁRIA-GERAL
CURITIBA, 05/05/2017
www.empresafacil.pr.gov.br

17

CAPÍTULO VII

DA ALIENAÇÃO DO PODER DE CONTROLE

Artigo 31 – A alienação do controle acionário da Companhia, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, deverá ser contratada sob condição, suspensiva ou resolutiva, de que o Adquirente se obrigue a efetivar, observando as condições e os prazos previstos na legislação vigente e no Regulamento do Novo Mercado, oferta pública de aquisição das ações ordinárias dos demais acionistas, de forma a lhes assegurar tratamento igualitário ao do Acionista Controlador Alienante.

Artigo 32 – A oferta pública referida no Artigo 31 também deverá ser efetivada:

- (a) quando houver cessão onerosa de direitos de subscrição de ações e de outros títulos ou direitos relativos a valores mobiliários conversíveis em ações que venha a resultar na Alienação do Controle da Companhia;
- e
- (b) em caso de alienação de controle de sociedade que detenha o Poder de Controle da Companhia, sendo que, neste caso, o Acionista Controlador Alienante ficará obrigado a declarar à BM&FBOVESPA o valor atribuído à Companhia nessa alienação e a anexar documentação que comprove esse valor.

Parágrafo Único - Para fins do disposto neste Estatuto Social, entende-se por:

- (i) “Adquirente”aquele para quem o Acionista Controlador transfere as Ações de Controle em uma Alienação de Controle da Companhia;
- (ii) “Acionista Controlador” o acionista, ou Grupo de Acionistas, que exerça o Poder de Controle da Companhia;
- (iii) “Acionista Controlador Alienante” o Acionista Controlador, quando este promove a alienação de controle da Companhia;
- (iv) “Ações em Circulação” todas as ações de emissão da Companhia, excetuadas as detidas pelo Acionista Controlador, por pessoas a ele vinculadas, pelos membros do Conselho de Administração e Diretores da Companhia e aquelas em tesouraria;



CERTIFICO O REGISTRO EM 05/05/2017 16:23 SOB Nº 41300071977.
PROTOCOLO: 172289807 DE 03/05/2017. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11701650254. NIRE: 41300071977.
POSITIVO TECNOLOGIA S.A.

Libertad Bogus
SECRETÁRIA-GERAL
CURITIBA, 05/05/2017
www.empresafacil.pr.gov.br

18

(v) “Ações de Controle” o bloco de ações que assegura, de forma direta ou indireta, ao(s) seu(s) titular(es), o exercício individual e/ou compartilhado do Poder de Controle da Companhia;

(vi) “Alienação do Controle” a transferência a terceiro, a título oneroso, das Ações de Controle;

(vii) “Grupo de Acionistas” grupo de pessoas (i) vinculadas por contratos ou acordos de voto de qualquer natureza, seja diretamente ou por meio de sociedades controladas, controladores ou sob controle comum; ou (ii) entre as quais haja relação de controle; ou (iii) sob controle comum; e

(viii) “Poder de Controle” significa o poder efetivamente utilizado de dirigir as atividades sociais e orientar o funcionamento dos órgãos da Companhia, de forma direta ou indireta, de fato ou de direito, independentemente da participação acionária detida. Há presunção relativa de titularidade do controle em relação à pessoa ou ao Grupo de Acionistas que seja titular de ações que lhe tenham assegurado a maioria absoluta dos votos dos acionistas presentes nas três últimas Assembleias gerais da Companhia, ainda que não seja titular das ações que lhe assegurem a maioria absoluta do capital votante.

Artigo 33 – Aquele que adquirir o Poder de Controle, em razão de contrato particular de compra de ações celebrado com o Acionista Controlador, envolvendo qualquer quantidade de ações, estará obrigado a:

- (a) efetivar a oferta pública referida no Artigo 31 deste Estatuto Social;
- e
- (b) pagar, nos termos a seguir indicados, quantia equivalente à diferença entre o preço da oferta pública e o valor pago por ação eventualmente adquirida em bolsa nos 6 (seis) meses anteriores à data da aquisição do Poder de Controle, devidamente atualizado até a data do pagamento. Referida quantia deverá ser distribuída entre todas as pessoas que venderam ações da Companhia nos pregões em que o Adquirente realizou as aquisições, proporcionalmente ao saldo líquido vendedor diário de cada uma, cabendo à BM&FBOVESPA operacionalizar a distribuição, nos termos de seus regulamentos.



CERTIFICO O REGISTRO EM 05/05/2017 16:23 SOB N° 41300071977.
PROTOCOLO: 172289807 DE 03/05/2017. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11701650254. NIRE: 41300071977.
POSITIVO TECNOLOGIA S.A.

Libertad Bogus
SECRETÁRIA-GERAL
CURITIBA, 05/05/2017
www.empresafacil.pr.gov.br

19

Artigo 34 – A Companhia não registrará (i) qualquer transferência de ações para o Adquirente, ou para aquele(s) que vier(em) a deter o Poder de Controle, enquanto este(s) não subscrever(em) o Termo de Anuência dos Controladores aludido no Regulamento do Novo Mercado; ou (ii) qualquer Acordo de Acionistas que disponha sobre o exercício do Poder de Controle sem que os seus signatários tenham subscrito o Termo de Anuência dos Controladores, a que se refere o Regulamento do Novo Mercado.

CAPÍTULO VIII

CANCELAMENTO DO REGISTRO DE COMPANHIA ABERTA

Artigo 35 – Sem prejuízo das disposições legais e regulamentares, o cancelamento do registro de companhia aberta será precedido por oferta pública de aquisição de ações, a ser efetivada pelo Acionista Controlador ou pela Companhia, tendo como preço mínimo, o valor econômico apurado mediante laudo de avaliação, na forma do artigo 37 abaixo.

Artigo 36 – O laudo de avaliação será elaborado por empresa especializada, com experiência comprovada e independência quanto ao poder de decisão da Companhia, seus administradores e/ou Acionista Controlador, além de satisfazer os requisitos do §1º do artigo 8º da Lei nº 6.404/76, e conter a responsabilidade prevista no §6º do mesmo artigo.

Parágrafo Primeiro - A escolha da empresa especializada responsável pela determinação do valor econômico da Companhia é de competência privativa da Assembleia Geral, a partir da apresentação, pelo Conselho de Administração, de lista tríplice, devendo a respectiva deliberação, não se computando os votos em branco, ser tomada pela maioria dos votos dos acionistas representantes das Ações em Circulação presentes naquela Assembleia que, se instalada em primeira convocação, deverá contar com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 20% (vinte por cento) do total de Ações em Circulação, ou que se instalada em segunda convocação poderá contar com a presença de qualquer número de acionistas representantes das Ações em Circulação.

Parágrafo Segundo - Os custos incorridos com a elaboração do laudo de avaliação serão arcados integralmente pelo ofertante.



CERTIFICO O REGISTRO EM 05/05/2017 16:23 SOB Nº 41300071977.
PROTOCOLO: 172289807 DE 03/05/2017. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11701650254. NIRE: 41300071977.
POSITIVO TECNOLOGIA S.A.

Libertad Bogus
SECRETÁRIA-GERAL
CURITIBA, 05/05/2017
www.empresafacil.pr.gov.br

20

Artigo 37 – Quando for informada ao mercado a decisão de se proceder ao cancelamento do registro de companhia aberta, o ofertante deverá divulgar o valor máximo por ação ou lote de mil ações pelo qual formulará a oferta pública.

Parágrafo Primeiro - A oferta pública ficará condicionada a que o valor apurado no laudo de avaliação não seja superior ao valor divulgado pelo ofertante.

Parágrafo Segundo - Se o valor econômico das ações, apurado na forma do artigo 37, for superior ao valor informado pelo ofertante, a decisão de se proceder ao cancelamento do registro de companhia aberta ficará automaticamente revogada, exceto se o ofertante concordar expressamente em formular a oferta pública pelo valor econômico apurado, devendo o ofertante divulgar ao mercado a decisão que tiver adotado.

Parágrafo Terceiro - O procedimento para o cancelamento do registro de companhia aberta da Companhia atenderá as demais exigências estabelecidas nas normas aplicáveis às companhias abertas e os preceitos constantes do Regulamento do Novo Mercado.

CAPÍTULO IX

SAÍDA DO NOVO MERCADO

Artigo 38 – A saída da Companhia do Novo Mercado será aprovada em Assembleia Geral pela maioria dos votos dos acionistas presentes e comunicada à BM&FBOVESPA por escrito com antecedência prévia de 30 (trinta) dias.

Parágrafo Primeiro - Para que as ações da Companhia passem a ter o registro para negociação fora do Novo Mercado, o Acionista Controlador deverá efetivar oferta pública de aquisição de ações pertencentes aos demais acionistas da Companhia, no mínimo, pelo valor econômico apurado em laudo de avaliação elaborado nos termos do Artigo 37 deste Estatuto Social, respeitadas as normas legais e regulamentares aplicáveis.

Parágrafo Segundo - Caso a saída da Companhia do Novo Mercado venha a ocorrer em virtude de operação de reorganização societária, na qual a companhia resultante dessa reorganização tenha sido inscrita no Novo Mercado, a Companhia poderá continuar a negociar no Novo Mercado.



CERTIFICO O REGISTRO EM 05/05/2017 16:23 SOB Nº 41300071977.
PROTÓCOLO Nº 117/01650254 DE 05/05/2017. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO
117/01650254. NIRE: 41300071977.
POSITIVO TECNOLOGIA S.A.

Libertad Bogus
SECRETÁRIA-GERAL
CURITIBA, 05/05/2017
www.empresafacil.pr.gov.br

21

Mercado no prazo de 120 (cento e vinte) dias contados da data da Assembleia Geral que aprovou a referida operação, o Acionista Controlador deverá efetivar oferta pública de aquisição de ações pertencentes aos demais acionistas da Companhia, no mínimo, pelo valor econômico apurado em laudo de avaliação elaborado nos termos do Artigo 37 deste Estatuto Social, respeitadas as normas legais e regulamentares aplicáveis.

Artigo 39 – Na hipótese de não haver Acionista Controlador, caso seja deliberada a saída da Companhia do Novo Mercado para que os valores mobiliários por ela emitidos passem a ter registro para negociação fora do Novo Mercado, ou em virtude de operação de reorganização societária, na qual a sociedade resultante dessa reorganização não tenha seus valores mobiliários admitidos à negociação no Novo Mercado no prazo de 120 (cento e vinte) dias contados da data da Assembleia Geral que aprovou a referida operação, a saída estará condicionada à realização de oferta pública de aquisição de ações nas mesmas condições previstas no artigo 35.

Parágrafo Primeiro - A referida assembleia geral deverá definir o(s) responsável(is) pela realização da oferta pública de aquisição de ações, o(s) qual(is), presente(s) na assembleia, deverá(ao) assumir expressamente a obrigação de realizar a oferta.

Parágrafo Segundo - Na ausência de definição dos responsáveis pela realização da oferta pública de aquisição de ações, no caso de operação de reorganização societária, na qual a companhia resultante dessa reorganização não tenha seus valores mobiliários admitidos à negociação no Novo Mercado, caberá aos acionistas que votaram favoravelmente à reorganização societária realizar a referida oferta.

Artigo 40 – A alienação do Poder de Controle da Companhia que ocorrer nos 12 (doze) meses subsequentes à sua saída do Novo Mercado, obrigará o Acionista Controlador Alienante, conjunta e solidariamente com o Adquirente, a oferecer aos demais acionistas a aquisição de suas ações pelo preço e nas condições obtidas pelo Acionista Controlador Alienante na alienação de suas próprias ações, devidamente atualizado, observando-se as mesmas regras aplicáveis às alienações de controle previstas no Capítulo VII deste Estatuto Social



CERTIFICO O REGISTRO EM 05/05/2017 16:23 SOB Nº 41300071977.
PROTOCOLO: 172289807 DE 03/05/2017. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11701650254. NIRE: 41300071977.
POSITIVO TECNOLOGIA S.A.

Libertad Bogus
SECRETÁRIA-GERAL
CURITIBA, 05/05/2017
www.empresafacil.pr.gov.br

22

Parágrafo Primeiro - Se o preço obtido pelo Acionista Controlador Alienante na alienação a que se refere o *caput* deste artigo 40 for superior ao valor da oferta pública de saída realizada de acordo com as demais disposições deste Estatuto Social, o Acionista Controlador Alienante conjunta e solidariamente com o Adquirente, ficarão obrigados a pagar a diferença de valor apurado aos aceitantes da respectiva oferta pública, nas mesmas condições previstas no *caput* deste artigo 40.

Parágrafo Segundo - A Companhia e o Acionista Controlador ficam obrigados a averbar no Livro de Registro de Ações da Companhia, em relação às ações de propriedade do Acionista Controlador, ônus que obrigue o Adquirente daquelas ações a estender aos demais acionistas da Companhia preço e condições de pagamento idênticos aos que forem pagos ao Acionista Controlador Alienante, em caso de alienação, na forma prevista no *caput* e no Parágrafo Primeiro acima.

Artigo 41 – A saída da Companhia do Novo Mercado, em razão de descumprimento de obrigações constantes do Regulamento do Novo Mercado, está condicionada à efetivação de oferta pública de aquisição de ações, no mínimo, pelo valor econômico das ações, a ser apurado em laudo de avaliação que trata o Artigo 36 deste Estatuto Social, respeitadas as normas legais e regulamentares aplicáveis.

Parágrafo Primeiro - O Acionista Controlador deverá efetivar a oferta pública de aquisição de ações prevista no *caput* deste artigo.

Parágrafo Segundo - Na hipótese de não haver Acionista Controlador e a saída do Novo Mercado referida no *caput* decorrer de deliberação da Assembleia Geral, os acionistas que tenham votado a favor da deliberação que implicou o respectivo descumprimento deverão efetivar a oferta pública de aquisição de ações prevista no *caput*.

Parágrafo Terceiro - Na hipótese de não haver Acionista Controlador e a saída do Novo Mercado referida no *caput* ocorrer em razão de ato ou fato da administração, os Administradores da Companhia deverão convocar Assembleia Geral de acionistas, cuja ordem do dia será a deliberação sobre como sanar o descumprimento das obrigações



CERTIFICO O REGISTRO EM 05/05/2017 16:23 SOB Nº 41300071977.
PROTOCOLO: 172289807 DE 03/05/2017. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11701650254. NIRE: 41300071977.
POSITIVO TECNOLOGIA S.A.

Libertad Bogus
SECRETÁRIA-GERAL
CURITIBA, 05/05/2017
www.empresafacil.pr.gov.br

23

constantes do Regulamento do Novo Mercado ou, se for o caso, deliberar pela saída da Companhia do Novo Mercado.

Parágrafo Quarto - Caso a Assembleia Geral mencionado no parágrafo anterior delibere pela saída da Companhia do Novo Mercado, a referida Assembleia Geral deverá definir o(s) responsável(is) pela realização da oferta pública de aquisição de ações prevista no *caput*, o(s) qual(is), presente(s) na Assembleia Geral, deverá(ao) assumir expressamente a obrigação de realizar a oferta.

CAPÍTULO X

DA PROTEÇÃO DA DISPERSÃO DA BASE ACIONÁRIA

Artigo 42 – Qualquer acionista que adquira ou se torne titular de ações de emissão da Companhia, em quantidade igual ou superior a 10% (dez por cento) do total de ações de emissão da Companhia, excluídas para os fins deste cômputo as ações em tesouraria, deverá, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data de aquisição ou do evento que resultou na titularidade de ações em quantidade igual ou superior a 10% (dez por cento) do total de ações de emissão da Companhia, realizar ou solicitar o registro, conforme o caso, de uma oferta pública de aquisição de ações (“OPA”) para aquisição da totalidade das ações de emissão da Companhia, observando-se o disposto na regulamentação aplicável da CVM, os regulamentos da BM&FBOVESPA e os termos deste Capítulo X.

Parágrafo Primeiro - Qualquer acionista que adquira ou se torne titular de outros direitos de sócio, inclusive por força de usufruto ou fideicomisso, sobre as ações de emissão da Companhia, em quantidade igual ou superior a 10% (dez por cento) do total de ações de emissão da Companhia, estará obrigado igualmente a, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data de tal aquisição ou do evento que resultou na titularidade de tais direitos de sócio sobre ações em quantidade igual ou superior a 10% (dez por cento) do total de ações de emissão da Companhia, realizar ou solicitar o registro, conforme o caso, de uma OPA, nos termos descritos neste artigo 42.

Parágrafo Segundo - O preço a ser ofertado pelas ações de emissão da Companhia objeto da OPA (“**Preço**”) não poderá ser inferior a 90% (noventa por cento) do maior valor entre (i) o valor



CERTIFICO O REGISTRO EM 05/05/2017 16:23 SOB Nº 41300071977.
PROTOCOLADO Nº 1722898076 DE 03/05/2017. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
147018302542 NIRE: 41300071977.
POSITIVO TECNOLOGIA S.A.

Libertad Bogus
SECRETÁRIA-GERAL
CURITIBA, 05/05/2017
www.empresafacil.pr.gov.br

econômico apurado através de laudos de avaliação, observado o disposto nos Parágrafos Terceiro e Quarto deste Artigo; (ii) o valor patrimonial constante do último balanço auditado da Companhia; e (iii) a maior cotação unitária das ações de emissão da Companhia durante o período de 24 (vinte e quatro) meses anterior à realização da OPA na bolsa de valores em que houver o maior volume de negociações das ações de emissão da Companhia.

Parágrafo Terceiro - Os laudos de avaliação referidos no Parágrafo Segundo acima deverão ser elaborados por 02 (duas) instituições financeiras de primeira linha e ilibada reputação e notório conhecimento do setor de atuação da Companhia, uma escolhida pela Companhia e outra pelo acionista que faz menção este artigo, selecionadas dentre as maiores instituições que atuem no Brasil à época e que atuem em assessoramento de clientes em fusões e aquisições de empresas. Os custos dos 02 (dois) laudos de avaliação serão arcados pela Companhia e pelo referido acionista, respectivamente.

Parágrafo Quarto - Caso haja diferença de valor entre os 2 (dois) laudos acima referidos, o Preço da OPA terá por base o maior valor entre esses 2 (dois) laudos.

Parágrafo Quinto - A OPA deverá observar obrigatoriamente os seguintes princípios e procedimentos, além de, no que couber, outros expressamente previstos no artigo 4º da Instrução CVM n.º 361, de 5 de março de 2002 ("Instrução CVM nº 361"):

- (i) ser dirigida indistintamente a todos os acionistas da Companhia;
- (ii) ser efetivada em leilão a ser realizado na BM&FBOVESPA;
- (iii) ser realizada de maneira a assegurar tratamento equitativo aos destinatários, permitir-lhes a adequada informação quanto à Companhia e ao ofertante, e dotá-los dos elementos necessários à tomada de uma decisão refletida e independente quanto à aceitação da OPA;
- (iv) ser imutável e irrevogável após a publicação no edital de oferta, nos termos da Instrução CVM n.º 361, ressalvado o disposto no parágrafo quarto acima; e
- (v) ser lançada pelo preço determinado de acordo com o previsto neste artigo e paga à vista, em moeda corrente nacional, contra a aquisição na OPA de ações de emissão da Companhia



CERTIFICO O REGISTRO EM 05/05/2017 16:23 SOB N° 41300071977.
PROTOCOLO: 172289807 DE 03/05/2017. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11701650254. NIRE: 41300071977.
POSITIVO TECNOLOGIA S.A.

Libertad Bogus
SECRETÁRIA-GERAL
CURITIBA, 05/05/2017
www.empresafacil.pr.gov.br

25

Parágrafo Sexto - Caso a regulamentação da CVM aplicável à OPA prevista neste Artigo venha a determinar a adoção de um critério específico de cálculo para a fixação do preço de aquisição de cada ação da Companhia em OPA sujeita ao artigo 4º-A da Lei nº 6.404/76, que resulte em preço de aquisição superior àquele determinado nos termos deste artigo, deverá prevalecer na efetivação da OPA prevista neste artigo aquele preço de aquisição calculado nos termos da regulamentação da CVM.

Parágrafo Sétimo - A realização da OPA mencionada no *caput* deste artigo não excluirá a possibilidade de outro acionista da Companhia, ou, se for o caso, de a própria Companhia, formular uma OPA concorrente, nos termos da regulamentação aplicável.

Parágrafo Oitavo - O acionista a que faz menção este artigo estará obrigado a atender as eventuais solicitações ou as exigências da CVM relativas à OPA, dentro dos prazos prescritos na regulamentação aplicável.

Parágrafo Nono - Na hipótese de o acionista a que faz menção este artigo não cumprir as obrigações impostas por este Artigo, inclusive no que concerne ao atendimento dos prazos (i) para a realização ou solicitação do registro da OPA, conforme o caso, ou (ii) para atendimento das eventuais solicitações ou exigências da CVM, o Conselho de Administração da Companhia convocará Assembleia Geral Extraordinária, na qual o referido acionista não poderá votar, para deliberar sobre a suspensão do exercício dos direitos do acionista, conforme disposto no artigo 120 da Lei nº 6.404/76, sem prejuízo da responsabilização do acionista por perdas e danos causados aos demais acionistas em decorrência do descumprimento das obrigações impostas por este Artigo.

Parágrafo Décimo - As obrigações constantes do artigo 254-A da Lei nº 6.404/76, e no Capítulo VII deste Estatuto Social não eximem o acionista a que faz menção este artigo do cumprimento das obrigações constantes deste artigo.

Parágrafo Décimo Primeiro - O disposto neste artigo não se aplica na hipótese de uma pessoa se tornar titular de ações de emissão da Companhia em quantidade superior a 10% (dez por cento) do total das ações de sua emissão, em decorrência da subscrição de ações da Companhia em uma única emissão pública, que tenha sido aprovada em



CERTIFICO O REGISTRO EM 05/05/2017 16:23 SOB Nº 41300071977.
PROTOCOLADO EM 03/05/2017
NIRE: 41300071977
POSITIVO TECNOLOGIA S.A.

Libertad Bogus
SECRETÁRIA-GERAL
CURITIBA, 05/05/2017
www.empresafacil.pr.gov.br

26

Assembleia Geral, convocada pelo seu Conselho de Administração, e cuja proposta de aumento de capital tenha determinado a fixação do preço de emissão das ações com base em valor econômico obtido a partir de um laudo de avaliação da Companhia realizada por instituição especializada que atenda aos requisitos previstos no Parágrafo Terceiro deste artigo 42.

Parágrafo Décimo Segundo - Para fins do cálculo do percentual de 10% (dez por cento) do total de ações de emissão da Companhia descrito no *caput* deste artigo, não serão computados os acréscimos involuntários de participação acionária resultantes de cancelamento de ações em tesouraria, resgate de ações ou de redução do capital social da Companhia com o cancelamento de ações.

Parágrafo Décimo Terceiro - O disposto neste artigo não se aplica aos acionistas que, na data de publicação do anúncio de início relativo à primeira oferta de distribuição pública de ações de emissão da Companhia ("Data da Primeira Oferta Pública"), sejam titulares de 10% (dez por cento) ou mais do total de ações de emissão da Companhia e seus sucessores ("Acionista(s) Original(is)"), inclusive e em especial aos acionistas controladores da Companhia, bem como aos sócios de referidos acionistas controladores, que vierem a sucedê-los na participação direta na Companhia por força de reorganizações societárias. Uma vez ultrapassado, por qualquer Acionista Original, o respectivo percentual de ações da Companhia superior ao que detinha na Data da Primeira Oferta Pública, aplicar-se-á integralmente o disposto neste artigo 42 e seus parágrafos a tal Acionista Original.

Parágrafo Décimo Quarto - O disposto neste Artigo não se aplica aos acionistas ou às pessoas que se tornarem titular de ações de emissão da Companhia em quantidade superior a 10% (dez por cento) do total das ações de sua emissão em decorrência (i) de sucessão legal; (ii) da incorporação de uma outra sociedade pela Companhia; (iii) ou da incorporação de ações de uma outra sociedade pela Companhia.

Parágrafo Décimo Quinto - A alteração estatutária que limite e/ou restrinja o direito dos acionistas à realização da OPA prevista neste Artigo ou a exclusão deste Artigo obrigará



CERTIFICO O REGISTRO EM 05/05/2017 16:23 SOB Nº 41300071977.
PROTOCOLO: 172289807 DE 03/05/2017. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11701650254. NIRE: 41300071977.
POSITIVO TECNOLOGIA S.A.

Libertad Bogus
SECRETÁRIA-GERAL
CURITIBA, 05/05/2017
www.empresafacil.pr.gov.br

27

o(s) acionista(s) que tiver(em) votado a favor de tal alteração ou exclusão na deliberação em Assembleia Geral a realizar a OPA prevista neste Artigo.

Parágrafo Décimo Sexto - As disposições do Regulamento do Novo Mercado prevalecerão sobre as disposições estatutárias, nas hipóteses de prejuízo aos direitos dos destinatários das ofertas públicas previstas neste Estatuto.

CAPÍTULO XI

DIREITO DE RECESSO

Artigo 43 – O valor de recesso a ser pago pela Companhia, nos casos previstos em Lei, será o valor econômico da Companhia dividido pelo número total de ações, sendo tal valor econômico apurado através de avaliação nos termos da lei.

CAPÍTULO XII

JUÍZO ARBITRAL

Artigo 44 – A Companhia, seus acionistas, administradores e os membros do Conselho Fiscal obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei nº 6.404/76, no presente Estatuto Social, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, do Contrato de Participação no Novo Mercado, do Regulamento de Sanções e do Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado.



CERTIFICO O REGISTRO EM 05/05/2017 16:23 SOB Nº 41300071977.
PROTOCOLO: 172289807 DE 03/05/2017. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11701650254. NIRE: 41300071977.
POSITIVO TECNOLOGIA S.A.

Libertad Bogus
SECRETÁRIA-GERAL
CURITIBA, 05/05/2017
www.empresafacil.pr.gov.br

28

CAPÍTULO XIII

LIQUIDAÇÃO

Artigo 45 – A Companhia entrará em liquidação nos casos previstos em lei, ou por deliberação da Assembleia Geral, que estabelecerá a forma da liquidação, elegerá o liquidante e, se for o caso, instalará o Conselho Fiscal, para o período da liquidação, elegendo seus membros e fixando-lhes as respectivas remunerações.

* * * * *



CERTIFICO O REGISTRO EM 05/05/2017 16:23 SOB N° 41300071977.
PROTOCOLO: 172289807 DE 03/05/2017. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11701650254. NIRE: 41300071977.
POSITIVO TECNOLOGIA S.A.

Libertad Bogus
SECRETÁRIA-GERAL
CURITIBA, 05/05/2017
www.empresafacil.pr.gov.br

Positivo Informática S.A.

Companhia Aberta

CNPJ/MF nº 81.243.735/0001-48 - NIRE 41.300.071.977

Atas das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária

Realizadas em 28 de Abril de 2017

Data, Hora e Local: em 28 de abril de 2017, às 09h00, na sede administrativa da Companhia, localizada na Rua Senador Accioly Filho, 1021, Cidade Industrial de Curitiba, na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná. **Publicações prévias:** anúncios de convocação publicados nos termos do §1º do artigo 124 da Lei nº 6.404 de 15.12.1976 ("LSA"), nos jornais "O Diário Oficial do Estado do Paraná" nos dias 12, 17 e 19 de abril de 2017 e "O Estado de São Paulo" e "Metrópole" nos dias 12, 13 e 14 de abril de 2017. O Relatório da Administração, Balanço Patrimonial, Demonstrações Financeiras e parecer dos Auditores Independentes, todos com relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, foram publicados nos jornais, "Metrópole", "O Estado de São Paulo" e no Diário Oficial do Estado do Paraná em 23 de março de 2017. Foram igualmente divulgados ao mercado, por meio dos websites da Comissão de Valores Mobiliários, da BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros e no website de relação com os investidores da Companhia, os documentos exigidos nos termos da Instrução CVM nº 481/2009. **Presenças:** a) Em Assembleia Geral Ordinária: presentes acionistas representando 74,1% do capital social total e votante da Companhia, conforme assinaturas constantes do Livro de Presença de Acionistas; b) Em Assembleia Geral Extraordinária: presentes acionistas representando 78,3% do capital social total votante da Companhia, conforme assinaturas constantes do Livro de Presença de Acionistas. Em ambas, presentes: representante da Administração da Companhia, Sr. Lincoln Lopes Ferraz; e (iii) representante da Deloitte Touche Tohmatsu, auditores independentes da Companhia, Sr. Arinei Luis Gebert. **Mesa:** Foi eleito, por unanimidade, para ser o Presidente da Mesa o Sr. Lincoln Lopes Ferraz, que convidou a Sra. Lorenza Martinez Guimarães Gloger para ser a Secretária destas Assembleias. **Leitura de Documentos:** Aprovada, por unanimidade, a dispensa da leitura dos documentos relacionados à ordem do dia destas Assembleias Gerais, uma vez que referidos documentos são do inteiro conhecimento dos acionistas da Companhia. **Ata em Forma de Sumário:** Aprovada, por unanimidade, a lavratura desta ata em forma de sumário e publicação com omissão das assinaturas, conforme autorizam os §§ 1º e 2º do artigo 130 da LSA. **Recebimento de Votos:** as declarações de voto, protestos e dissidências porventura apresentadas serão numeradas, recebidas e autenticadas pela Mesa e ficarão arquivadas na sede da Companhia, nos termos do disposto no §1º do artigo 130 da LSA. **Ordem do Dia: Em Assembleia Geral Ordinária:** deliberar sobre a (i) aprovação das contas dos administradores, das demonstrações financeiras, acompanhadas do parecer dos auditores independentes e da proposta de distribuição de lucros, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016; (ii) proposta de remuneração global dos administradores da Companhia para o exercício social de 2017; e (iii) proposta de eleição dos membros do Conselho de Administração. **Em Assembleia Geral Extraordinária:** deliberar sobre a (i) Reforma do Estatuto Social da Companhia; a) alteração da denominação social da Companhia para Positivo Tecnologia S.A.; b) alteração da indicação da Sede da Companhia; c) inclusão de atribuição da Assembleia Geral; d) alteração e inclusão de atribuições do Conselho de Administração; e) alteração da composição da Diretoria e inclusão das atribuições de cada Diretor; f) inclusão de atribuição da Diretoria; g) ajustes de redação; h) renomeação de Artigos; e i) consolidação do Estatuto Social da Companhia. **Deliberações:** As seguintes deliberações foram tomadas pelos presentes, com abstenção dos legalmente impedidos e daqueles expressamente indicados, quando aplicável. **Em Assembleia Geral Ordinária:** (i) Aprovar, por maioria dos votos dos presentes, e sem ressalvas, tendo sido computados 99,9% votos a favor, 0% votos contrários e 0,1% abstenções, com as abstenções legais, as contas dos administradores, as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2016, acompanhadas do parecer dos auditores independentes, e a proposta de destinação de R\$ 6.628.575,74 (seis milhões, seiscentos e vinte e oito mil, quinhentos e setenta e cinco reais e setenta e quatro centavos) para a constituição de reserva de lucros de incentivos fiscais, na forma do artigo 195-A da Lei das S.A. e de distribuição de R\$ 2.209.525,25 (dois milhões, duzentos e nove mil, quinhentos e vinte e cinco reais e vinte e cinco centavos) para distribuição a título de dividendos, resultando no valor de R\$ 0,02566321 por ação. Terão direito aos dividendos os acionistas assim identificados em 28 de abril de 2017 e, a partir de 02 de maio de 2017, as ações serão negociadas ex-dividendos na BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros. O pagamento acima referido será realizado em uma única parcela, no dia 15 de dezembro de 2017, sem correção monetária; (ii) Fixar, por maioria dos votos presentes, tendo sido computados 99,8% votos a favor, 0,2% votos contrários e 0% abstenções, o valor da remuneração global anual dos administradores da Companhia em até R\$ 11.232.258,00 (onze milhões, duzentos e trinta e dois mil e duzentos e cinquenta e oito reais), para o exercício social de 2017; (iii) Por maioria dos votos presentes eleger os membros do Conselho de Administração elencados na Proposta da Administração para a presente Assembleia, tendo sido computados 99,8% votos a favor, 0,2% votos contrários e 0% abstenções, para mandato de 01 (um) ano, a se encerrar na assembleia geral que deliberar sobre as contas do exercício a se encerrar em 31.12.2017, (i) reeleger o Sr. **Fernando Soares Mitri**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da Carteira de Identidade RG nº 380.504 - SSP/PR e inscrito no CPF/MF sob o nº 001.681.739-72, residente e domiciliado na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, na Rua Luiza Mazetto Baggio, nº 120, apto. 2001, Bairro Mossongüê, CEP 81200-600, como Conselheiro Independente e Presidente do Conselho de Administração; (ii) reeleger o Sr. **Pedro Santos Ripper**, brasileiro, solteiro, engenheiro, portador da Carteira de Identidade RG nº 08497980-6 - SSP/RJ e inscrito no CPF/MF sob o nº 012.277.917-71, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, com escritório na Rua Henrique Dumont, nº 21, apto. 202, como Conselheiro Independente; e (iii) reeleger o Sr. **Hélio Bruck Rotenberg**, brasileiro, casado, empresário, portador da Carteira de Identidade RG nº 1.217.176-5 - SSP/PR e inscrito no CPF/MF sob o nº 428.804.249-68, residente e domiciliado na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, com escritório na Rua Senador Accioly Filho, nº 1021, Bairro Cidade Industrial de Curitiba, CEP 81310-000, como Conselheiro; (iv) eleger o Sr. **Rodrigo Cesar Formighieri**, brasileiro, solteiro, administrador de empresas, portador de cédula de identidade RG nº 3.640.858-8 SSP/PR, inscrito no CPF sob o nº 033.949.989-39, residente e domiciliado na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, com escritório na Rua Buenos Aires nº 103 apto. 904, Bairro Batel, CEP 80250-070, como

Conselheiro; (v) reeleger o Sr. **Samuel Ferrari Lago**, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da Carteira de Identidade RG nº 3.668.497-6 - SSP/PR e inscrito no CPF/MF sob o nº 599.964.209-49, residente e domiciliado na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, com escritório na Avenida Nossa Senhora Aparecida, nº 174, Bairro Seminário, CEP 80440-120, como Conselheiro; (vi) reeleger o Sr. **Francisco Tosta Valim Filho**, brasileiro, casado, empresário, portador da Carteira de Identidade RG nº 10.068.552-72 - SSP/RS e inscrito no CPF/MF sob o nº 355.827.150-53, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, com escritório na Av. das Nações Unidas, 14.171, Torre Crystal, 29º andar, Morumbi, como Conselheiro Independente; e (vii) reeleger o Sr. **Giem Radny Guimarães**, brasileiro, casado, administrador, portador da Carteira de Identidade RG nº 1.529.538-4/SSP/PR e inscrito no CPF/MF sob o nº 755.250.039-53, residente e domiciliado na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, com escritório na Avenida Cândido Hartmann, nº 1400, Bairro Bigorrião, CEP 80710-570, como Conselheiro. Os Srs. **Fernando Soares Mitri**, **Pedro Santos Ripper** e **Fernando Valim Tosta Filho** são Conselheiros Independentes, estando devidamente atendido o percentual mínimo de 20% dos conselheiros exigido no Regulamento de Listagem do Novo Mercado da BM&FBOVESPA. Os conselheiros tomarão posse assinando os respectivos termos de posse no Livro de Atas de Reunião do Conselho de Administração. Os acionistas declararam ter obtido a informação dos Conselheiros ora eleitos, de que estão em condições de firmar a declaração de que trata a Instrução CVM nº 367, de 29 de maio de 2002. A posse dos membros do Conselho de Administração está condicionada à prévia subscrição do Termo de Anuência, aludido no Regulamento de Listagem do Novo Mercado da BM&FBOVESPA. (v) Não houve indicação de membros para o Conselho de Administração pelos acionistas minoritários. **Em Assembleia Geral Extraordinária:** (i) Aprovar, por unanimidade dos votos presentes, sendo computado 100% dos votos a favor, a alteração da denominação social da Companhia, que passará de Positivo Informática S.A. para Positivo Tecnologia S.A., alterando-se, consequentemente, o Artigo 1º do Estatuto Social; (ii) aprovar por unanimidade dos votos presentes, sendo computado 100% dos votos a favor, alteração da indicação da sede da Sociedade, que passará de Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, na Rua João Bettega, 5200, CIC, para simplesmente Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, alterando-se consequentemente, o Artigo 2º do seu Estatuto Social; (iii) aprovar por unanimidade dos votos presentes, sendo computado 100% dos votos a favor, a inclusão de inciso (ix) no artigo 8º de forma a incluir atribuição da assembleia geral no que tange a aprovar a aquisição, pela Companhia, de ações de sua própria emissão para manutenção em tesouraria ou seu cancelamento, nas hipóteses em que a regulamentação exigir que tal aprovação seja deliberada em assembleia geral; (iv) aprovar por unanimidade dos votos presentes, sendo computado 100% dos votos a favor, (a) inclusão de disposição no caput do artigo 10, de forma a regular que caso o Presidente do Conselho de Administração não tiver sido designado pela Assembleia Geral, ou em caso de vacância, será designado pela maioria do Conselho e servirá até a primeira assembleia geral subsequente; (b) alteração do caput do artigo 11, de maneira a regulamentar que em caso de vacância no cargo de Conselheiro, substituído será nomeado pelos conselheiros remanescentes, servindo até a primeira assembleia geral subsequente, e que, se ocorrer vacância da maioria dos cargos de conselheiro, assembleia geral será convocada para proceder a nova eleição; (c) inclusão de Parágrafo Primeiro ao artigo 12, de forma a dispor sobre a possibilidade das assinaturas das atas das reuniões do Conselho de Administração se darem eletronicamente por certificação digital ou meio equivalente que comprove sua autenticidade; (d) alteração do inciso (viii) do artigo 14, de maneira a aumentar piso de alçada de atribuição do Conselho de Administração de R\$30.000.000,00 (trinta milhões de reais) para R\$60.000.000,00 (sessenta milhões de reais) para autorizar operações para a) financiar aquisições de bens e serviços (operações de Compras); b) a aquisição de matérias-primas e operações que envolvam contratações de cartas de crédito para garantia de importações; contratação de fianças bancárias destinadas a licitações em órgãos públicos nacionais e internacionais e contratação de instrumentos bancários que garantam a performance; e c) descontos de títulos para antecipação de recebíveis; (e) inclusão de novo inciso (x) no artigo 14, de forma a incluir nova competência ao Conselho de Administração, sendo esta a de autorizar previamente a celebração, pela Companhia, de quaisquer contratos que envolvam valores de desembolso superiores a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais), excepcionadas as contratações para compra de insumos; (f) inclusão de complemento no inciso (xiv) do artigo 14, competência do Conselho de Administração, no que se refere a deliberação por referido órgão, sobre a aquisição pela Companhia de ações de sua própria emissão, para manutenção em tesouraria e/ou posterior cancelamento ou alienação, ressalvando as hipóteses em que a regulamentação exigir que tal aprovação seja deliberada pela assembleia geral; (v) aprovar por unanimidade dos votos presentes, sendo computado 100% dos votos a favor, (a) alteração do caput do artigo 15, no que se refere a composição da Diretoria, passando a ser composta por 2 (dois) até 12 (doze) membros, residentes no País, acionistas ou não, eleitos e destituíveis pelo Conselho de Administração, sendo (i) 01 (um) Diretor Presidente, (ii) 01 (um) Diretor Vice-Presidente Executivo, (iii) 01 (um) Diretor Vice-Presidente de Mercado Governo e Contas Estratégicas, (iv) 01 (um) Diretor Vice-Presidente de Tecnologia Educacional, (v) 01 (um) Diretor Vice-Presidente de Marketing e Vendas, (vi) 01 (um) Diretor Financeiro e de Relações com Investidores, e (vii) demais Diretores Estatutários sem designação específica; (b) inclusão de novo artigo 16, de maneira a constar que a Diretoria, cuja presidência será exercida pelo Diretor Presidente, se reunirá sempre que necessário, cabendo a convocação e a presidência da reunião ao Diretor Presidente; (c) inclusão de novo artigo 17, atribuindo as competências específicas do Diretor Presidente; (d) inclusão de novo artigo 18, atribuindo as competências específicas do Diretor Vice-Presidente Executivo; (e) inclusão de novo artigo 19, atribuindo as competências específicas do Diretor Vice-Presidente de Mercado Governo e Contas Estratégicas; (f) inclusão de novo artigo 20, atribuindo as competências específicas do Diretor Vice-Presidente de Tecnologia Educacional; (g) inclusão de novo artigo 21, atribuindo as competências específicas do Diretor Vice-Presidente de Marketing e Vendas; (h) inclusão de novo artigo 22, atribuindo as competências específicas do Diretor Financeiro e de Relações com Investidores; (i) inclusão de novo artigo 23, atribuindo as competências específicas dos Diretores estatutários sem designação específica; (vi) aprovar por unanimidade dos votos presentes, sendo computado 100% dos votos a favor, alteração do Parágrafo Terceiro do artigo 25, de modo a permitir à Diretoria prestar fianças, avais e endossos ou quaisquer outras garantias em favor de sociedades controladas direta ou indiretamente pela Companhia; (vii) aprovar por unanimidade dos votos presentes, sendo computado 100% dos votos a favor, (a) ajuste do inciso (vii)

continua ->

—*— continuação

do artigo 8º, com a exclusão da menção a BM&FBOVESPA; (b) exclusão do Parágrafo Segundo do artigo 10º, pois que mesma disposição encontra-se no Parágrafo Primeiro do mesmo Artigo; (viii) aprovar por unanimidade dos votos presentes, sendo computado 100% dos votos a favor, renuneração dos artigos do Estatuto Social da Companhia, em consequência as alterações promovidas acima; (ix) aprovar por unanimidade dos votos presentes, sendo computado 100% dos votos a favor, a consolidação do Estatuto Social da Companhia de modo a refletir as deliberações tomadas acima, que passa a vigorar, devidamente consolidado, nos termos do Anexo I à presente Ata. **Documentos Arquivados:** Todos os documentos aqui mencionados, devidamente rubricados pelos integrantes da Mesa e posteriormente anexados à ata, ficarão arquivados na sede da Companhia. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a assembleia e lavrada a presente ata que, lida e achada conforme, foi assinada por todos os presentes. Curitiba, 28 de abril de 2017. **Assinaturas:** Mesa: Lincoln Lopes Ferraz - Presidente da Mesa; Lorenza Martinez Guimarães Gloger - Secretária da Mesa. Acionistas presentes em Assembleia Geral Ordinária: Hélio Bruck Rotenberg, Rodrigo Cesar Formighieri, Samuel Ferrari Lago, Paulo Fernando Ferrari Lago, Thaís Susana Ferrari Lago, Isabela Cesar Formighieri, Daniela Cesar Formighieri Rigolino, Cixares Libero Vargas, Lucas Raduy Guimarães, Glem Raduy Guimarães, Sofia Guimarães Von Ridder - p.p. Selma Cristina Saito Azevedo, Colorado Public Employees Retirement Association, Acadian Global Market Neutral Fund, LLC, State of Wisconsin Investment Board Master Trust, The Pension Reserves Investment Management Board, Omers Administration Corporation, Public Employees Retirement System of Mississippi, Teachers' Retirement System of the State of Illinois, Blackwell Partners LLC Series A, Discreene Fund LP, Acadian Emerging Markets Small Cap Equity Fund LLC, HFR MN Acadian Global Master Trust, City of New York Group Trust, Dimad Fund LP, Oregon Public Employees Retirement System, The Monetary Authority of Singapore, p.p. Marco Antonio Iamnhuk. Acionistas presentes em Assembleia Geral Extraordinária: Hélio Bruck Rotenberg, Rodrigo Cesar Formighieri, Samuel Ferrari Lago, Paulo Fernando Ferrari Lago, Thaís Susana Ferrari Lago, Isabela Cesar Formighieri, Daniela Cesar Formighieri Rigolino, Cixares Libero Vargas, Lucas Raduy Guimarães, Glem Raduy Guimarães, Sofia Guimarães Von Ridder - p.p. Selma Cristina Saito Azevedo, Colorado Public Employees Retirement Association, Acadian Global Market Neutral Fund, LLC, State of Wisconsin Investment Board Master Trust, The Pension Reserves Investment Management Board, Omers Administration Corporation, Public Employees Retirement System of Mississippi, Teachers' Retirement System of the State of Illinois, Blackwell Partners LLC Series A, Discreene Fund LP, Acadian Emerging Markets Small Cap Equity Fund LLC, HFR MN Acadian Global Master Trust, City of New York Group Trust, Dimad Fund LP, Oregon Public Employees Retirement System, The Monetary Authority of Singapore, Neon Liberty Wei Ji Master Fund LP - p.p. Marco Antonio Iamnhuk. Curitiba, 28 de abril de 2017. Confere com a original lavrada em livro próprio. Lorenza Martinez Guimarães Gloger - Secretária da Mesa. Autenticação da Mesa: Patrícia Villaga Veron - Secretária. **Junta Comercial do Paraná** - Certifico o registro em: 05/05/2017, sob número: 41300071977. Protocolo: 172289807, de 03/05/2017. Libertad Bogus - Secretária Geral. **Anexo I - Estatuto Social Consolidado - Estatuto Social da Positivo Tecnologia S.A.** CNPJ/MF nº 81.243.735/0001-48 - Companhia Aberta. **Capítulo I - Denominação, Sede, Objeto e Duração - Artigo 1º - A Positivo Tecnologia S.A. ("Companhia")** é uma sociedade anônima que se rege pelo presente Estatuto Social e pela legislação aplicável. **Parágrafo Único** - Com a admissão da Companhia no segmento especial de listagem denominado Novo Mercado, da BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros ("BM&FBOVESPA"), sujeitam-se a Companhia, seus acionistas, Administradores e membros do Conselho Fiscal, quando instalado, às disposições do Regulamento de Listagem do Novo Mercado da BM&FBOVESPA ("Regulamento do Novo Mercado"). **Artigo 2º** - A Companhia tem sua sede social na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, podendo, por deliberação da Diretoria, criar e extinguir filiais, escritórios, depósitos e dependências de qualquer natureza, no Brasil ou no exterior. **Artigo 3º** - A Companhia tem por objeto: a) a industrialização, comercialização, distribuição, locação e assistência técnica de bens e equipamentos de qualquer natureza na área de informática e eletro-eletrônica; b) o desenvolvimento, comercialização e locação de softwares e sistemas diversos; c) a industrialização, comercialização e desenvolvimento de projetos tecnológicos na área de informática e eletro-eletrônica; d) a representação, comercialização, planejamento, implantação, treinamento, suporte técnico, suporte pedagógico e assistência técnica de equipamentos, laboratórios e mobiliário de informática, franquias, sistemas de aplicação pedagógica, sistemas de administração escolar e sistemas didáticos de ensino; e) a prestação de serviços na área de informática; f) a comercialização ou cessão de direitos autorais, próprios e de terceiros; g) a editoração e comercialização de livros; h) a participação societária em empresas e/ou empreendimentos de qualquer natureza, que tenham ou não objeto social idêntico ao da Companhia; e i) o desenvolvimento e manutenção de portal, provedor de conteúdo ou outros serviços de informação e veiculação de conteúdo na internet. **Artigo 4º** - O prazo de duração da Companhia é indeterminado. **Capítulo II - Capital Social e Ações - Artigo 5º** - O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 389.000.000,00 (trezentos e oitenta e nove milhões de reais), dividido em 87.800.000 (oitenta e sete milhões e oitocentos mil) ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal. **Parágrafo Primeiro** - Cada ação ordinária corresponderá a um voto nas Assembleias Gerais. **Parágrafo Segundo** - A Companhia não pode emitir ações preferenciais ou partes beneficiárias. **Parágrafo Terceiro** - A Companhia possui capital autorizado, podendo aumentar o seu capital social independentemente de reforma estatutária, por deliberação do Conselho de Administração, que fixará as condições da emissão, podendo o Conselho de Administração emitir até 4.500.000 (quatro milhões e quinhentas mil) novas ações ordinárias. **Parágrafo Quarto** - Na proporção do número de ações que possuírem, os acionistas terão preferência para a subscrição do aumento de capital, na forma do artigo 171 da Lei nº 6.404/76. O direito de preferência poderá ser cedido, no todo ou em parte, aos demais acionistas, cujo exercício será feito de forma proporcional à participação de cada um no capital social. O direito de preferência será exercido dentro do prazo decadencial de 30 (trinta) dias. **Parágrafo Quinto** - A Companhia poderá reduzir ou excluir o prazo para o exercício do direito de preferência na emissão de ações, debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição, cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa de valores, subscrição pública ou permuta por ações em oferta pública obrigatória de aquisição de controle, nos termos dos artigos 257 a 263 da Lei nº 6.404/76. Também não haverá direito de preferência na outorga e no exer-

cício de opção de compra de ações, na forma do disposto no §3º do artigo 171 da Lei nº 6.404/76. **Parágrafo Sexto** - No caso de não realização do preço de emissão das ações nas condições previstas no boletim de subscrição ou nas respectivas chamadas de capital, ficará o acionista remisso de pleno direito constituído em mora, na forma do artigo 106, §2º, da Lei nº 6.404/76, sujeitando-se à multa de 10% (dez por cento) do valor da prestação devida e ao disposto no artigo 107 da mesma Lei nº 6.404/76. **Artigo 6º** - Os acordos de acionistas que estabeleçam as condições de compra e venda de ações de emissão da Companhia, o direito de preferência na compra destas, ou o exercício do direito de voto, serão sempre observados pela Companhia, desde que arquivados na sede social da Companhia. Os administradores da Companhia zelarão pela observância desses acordos e o presidente da Assembleia Geral não computará o voto proferido em contrariedade com as disposições dos acordos. **Parágrafo Único** - Os direitos, obrigações e responsabilidades resultantes dos acordos de acionistas serão válidos e oponíveis a terceiros, tão logo tenham sido averbados nos livros de registro de ações da Companhia. **Capítulo III - Assembleia Geral - Artigo 7º** - A Assembleia Geral é o órgão deliberativo da Companhia e tem poderes para decidir todos os negócios da Companhia e reunir-se-á, ordinariamente, dentro dos 04 (quatro) primeiros meses seguintes ao término do exercício social, para deliberar sobre as matérias constantes do artigo 132 da Lei nº 6.404/76 e, extraordinariamente, sempre que necessário. **Parágrafo Primeiro** - A Assembleia Geral deverá ser convocada pelo Presidente do Conselho de Administração, ou por 04 (quatro) membros do Conselho de Administração agindo em conjunto, devendo os trabalhos serem dirigidos por mesa composta de presidente e secretário, na forma do parágrafo segundo abaixo. **Parágrafo Segundo** - A Assembleia Geral será presidida pelo Presidente do Conselho de Administração, ou, na ausência deste, por qualquer outro membro do Conselho de Administração que venha a ser escolhido por deliberação da maioria dos acionistas presentes, ou, na ausência de todos os membros do Conselho de Administração, o presidente será escolhido dentre os presentes, por deliberação majoritária. O presidente da Assembleia escolherá, dentre os presentes, o secretário da mesa. **Parágrafo Terceiro** - As deliberações da Assembleia Geral, ressalvadas as exceções previstas em lei e observado o disposto neste Estatuto Social, serão tomadas por maioria de votos, não se computando os votos em branco. **Artigo 8º** - Sem prejuízo das competências atribuídas por lei à Assembleia Geral, compete a esta: (i) Eleger e destituir, a qualquer tempo, os membros do Conselho de Administração; (ii) Fixar os honorários globais dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria, assim como a remuneração dos membros do Conselho Fiscal, se e quando instado; (iii) Atribuir bonificações em ações e decidir sobre eventuais grupamentos e/ou desdobramentos de ações; (iv) Aprovar programas de outorga de opção de compra ou subscrição de ações aos seus administradores e empregados; (v) Deliberar, de acordo com proposta apresentada pela administração, sobre a destinação do lucro do exercício e a distribuição de dividendos; (vi) Eleger o liquidante, bem como o Conselho Fiscal que deverá funcionar no período de liquidação; (vii) Deliberar sobre a saída do Novo Mercado, bem como sobre qualquer medida relativa ao cancelamento do registro de companhia aberta; (viii) Escolher a empresa especializada responsável pela preparação de laudo de avaliação das ações da Companhia, em caso de cancelamento de registro de companhia aberta ou saída do Novo Mercado, conforme previsto nos Capítulos VIII e IX deste Estatuto Social, dentre as empresas indicadas pelo Conselho de Administração; e (x) aprovar a aquisição, pela Companhia, de ações de sua própria emissão para manutenção em tesouraria ou seu cancelamento, nas hipóteses em que a regulamentação exigir que tal aprovação seja deliberada pela assembleia geral. **Capítulo IV - Administração - Seção I - Normas Gerais - Artigo 9º** - A Companhia será administrada por um Conselho de Administração e uma Diretoria Executiva. **Parágrafo Primeiro** - Os administradores serão investidos em seus cargos mediante assinatura de termo de posse no livro próprio, dentro dos 30 (trinta) dias que se seguirem à sua eleição, e ficam dispensados de prestar caução para garantia de sua gestão. A posse dos administradores estará condicionada à prévia subscrição do Termo de Anuência dos Administradores, aludido no Regulamento do Novo Mercado, bem como ao atendimento dos requisitos legais aplicáveis. **Parágrafo Segundo** - Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria estão obrigados, sem prejuízo dos deveres e responsabilidades a eles atribuídos por lei, a manter reserva sobre todos os negócios da Companhia, devendo tratar como sigilosas todas as informações a que tenham acesso e que digam respeito à Companhia, seus negócios, funcionários, administradores, acionistas ou contratados e prestadores de serviços, obrigando-se a usar tais informações no exclusivo e melhor interesse da Companhia. **Seção II - Conselho de Administração - Artigo 10º** - O Conselho de Administração, eleito e destituído pela Assembleia Geral, será composto de 6 (seis) ou 7 (sete) membros efetivos, pessoas naturais, residentes ou não no País, com mandato unificado de 1 (um) ano, podendo ser reeleitos, sendo um Presidente. O Presidente, se não tiver sido designado pela Assembleia Geral, ou em caso de vacância, será designado pela maioria do Conselho e servirá até a primeira assembleia geral subsequente. **Parágrafo Primeiro** - Dos membros do Conselho de Administração, no mínimo 20% (vinte por cento) deverão ser Conselheiros Independentes, conforme definição do Regulamento do Novo Mercado, e expressamente declarados como tais na ata da Assembleia Geral que os eleger, sendo também considerado(s) como independente(s) o(s) conselheiro(s) eleito(s) mediante faculdade prevista pelo artigo 141, §§ 4º e 5º da Lei nº 6.404/76. **Parágrafo Segundo** - Quando, em decorrência da observância do percentual referido no parágrafo primeiro deste artigo 10, resultar número fracionário de conselheiros, proceder-se-á ao arredondamento para o número inteiro: (i) imediatamente superior, quando a fração for igual ou superior a 0,5 ou (ii) imediatamente inferior, quando a fração for inferior a 0,5. **Parágrafo Terceiro** - Os cargos de Presidente do Conselho de Administração e de Diretor Presidente ou principal executivo da Companhia não poderão ser acumulados pela mesma pessoa. **Artigo 11º** - Em caso de vacância no cargo de conselheiro, o substituto será nomeado pelos conselheiros remanescentes e servirá até a primeira assembleia geral subsequente. Se ocorrer vacância da maioria dos cargos de conselheiro, a assembleia geral será convocada para proceder a nova eleição. **Artigo 12º** - As reuniões do Conselho de Administração serão convocadas por escrito, por seu Presidente ou por 4 (quatro) de seus membros, sendo necessária, para sua realização, a presença de, no mínimo, 4 (quatro) de seus membros. As deliberações do Conselho de Administração serão tomadas por maioria dos conselheiros presentes à reunião. **Parágrafo Primeiro** - As assinaturas das atas das reuniões do Conselho poderão ser assinadas eletronicamente por certificação digital ou meio equivalente que comprove a sua autenticidade. **Parágrafo Segundo** - Das reuniões do Conselho de Administração serão lavradas atas no livro próprio, tornando-se efetivas com a assinatura de

continua —*

-☆ continuação

tantos membros quanto bastem para constituir o *quorum* requerido para instalação e deliberação. **Artigo 13** - Findo o mandato, os membros do Conselho de Administração permanecerão no exercício dos cargos até a investidura dos novos conselheiros eleitos. **Artigo 14** - Sem prejuízo das competências atribuídas por lei ao Conselho de Administração, compete a este: (i) fixar a orientação geral dos negócios da Companhia; (ii) eleger e destituir os diretores, bem como fixar as suas atribuições e distribuir a remuneração fixada pela Assembleia Geral entre os administradores da Companhia; (iii) fiscalizar a gestão dos Diretores, examinando, a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia e solicitando informações sobre contratos celebrados ou em vias de celebração e quaisquer outros atos; (iv) convocar as Assembleias Gerais; (v) manifestar-se previamente sobre o Relatório da Administração, as contas da Diretoria, as Demonstrações Financeiras do exercício e examinar os balanços mensais; (vi) aprovar os orçamentos anuais e plurianuais, os planos estratégicos, os projetos de expansão e os programas de investimento da Companhia; (vii) escolher e destituir os auditores independentes da Companhia; (viii) autorizar operações que envolvam valores superiores a R\$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de reais) para: a) financiar aquisições de bens e serviços (operações de Comprar); b) a aquisição de matérias-primas e operações que envolvam contratações de cartas de crédito para garantia de importações; contratação de fianças bancárias destinadas a licitações em órgãos públicos nacionais e internacionais e contratação de instrumentos bancários que garantam a performance; e c) descontos de títulos para antecipação de recebíveis. Este valor será atualizado ao final de cada exercício social pela variação do IGP-M divulgado pela Fundação Getúlio Vargas, ou por índice que venha a substituí-lo em caso de sua extinção (ix) autorizar a contratação de qualquer outra modalidade de operação que envolva valores superiores a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) - valor este a ser atualizado da mesma forma prevista no item anterior - relacionadas com a: (i) aquisição, alienação ou oneração de bens imóveis ou investimentos detidos pela Companhia; (ii) contratação de quaisquer empréstimos ou financiamentos pela Companhia, na condição de mutuante ou mutuária; (x) autorizar previamente a celebração, pela Companhia, de quaisquer outros contratos que envolvam valores de desembolso superiores a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), exceções nas contratações para compra de insumos. (xi) aprovar a participação da Companhia no capital de outras sociedades assim como a disposição ou alienação dessa participação, no País ou no exterior; (xii) autorizar a emissão de ações da Companhia nos limites do capital autorizado, previsto no artigo 5º, §3º, deste Estatuto Social, fixando as condições de emissão, inclusive preço e prazo de integralização, podendo, ainda, ser excluído ou reduzido o direito de preferência nas emissões de ações, cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa ou por subscrição pública ou em oferta pública de aquisição de controle, nos termos estabelecidos em lei; (xiii) deliberar sobre a emissão de bônus de subscrição e debêntures conversíveis em ações, observando-se os limites do artigo 5º, §3º, deste Estatuto Social; (xiv) deliberar sobre a aquisição pela Companhia de ações de sua própria emissão, para manutenção em tesouraria e/ou posterior cancelamento ou alienação, ressalvadas as hipóteses em que a regulamentação exigir que tal aprovação seja deliberada pela assembleia geral; (xv) definir a lista tripartite de empresas especializadas em avaliação econômica de empresas, para a preparação de laudo de avaliação das ações da Companhia, em caso de oferta pública de aquisição de ações para cancelamento de registro de companhia aberta ou saída do Novo Mercado; (xvi) aprovar a contratação da instituição depositária prestadora de serviços de ações escriturais; (xvii) dispor, observadas as normas deste Estatuto Social e da legislação vigente, sobre a ordem de seus trabalhos e adotar ou baixar normas regimentais para seu funcionamento; (xviii) decidir o teor do voto a ser proferido pela Companhia em Assembleias Gerais Ordinárias e/ou extraordinárias, reuniões prévias de acionistas ou quotistas, reuniões de sócios, e/ou em qualquer outra reunião de sociedades das quais a Companhia venha a ser titular de participação societária; (xix) decidir sobre qualquer assunto que não se compreenda na competência privativa da Assembleia Geral ou da Diretoria, conforme previsto em Lei ou neste Estatuto Social; e (xx) manifestar-se favorável ou contrariamente a respeito de qualquer oferta pública de aquisição de ações que tenha por objeto as ações de emissão da Companhia, por meio de parecer prévio fundamentado, divulgado em até 15 (quinze) dias da publicação do edital da oferta pública de aquisição de ações, que deverá abordar, no mínimo (i) a conveniência e oportunidade da oferta pública de aquisição de ações quanto ao interesse do conjunto dos acionistas e em relação à liquidez dos valores mobiliários de sua titularidade; (ii) as repercussões da oferta pública de aquisição de ações sobre os interesses da Companhia; (iii) os planos estratégicos divulgados pelo ofertante em relação à Companhia; e (iv) outros pontos que o Conselho de Administração considerar pertinentes, bem como as informações exigidas pelas regras aplicáveis estabelecidas pela CVM. **Seção III - Diretoria - Artigo 15** - A Diretoria da Companhia será composta por 2 (dois) até 12 (doze) membros, residentes no País, acionistas ou não, eleitos e destituídos pelo Conselho de Administração, sendo (i) 01 (um) Diretor Presidente, (ii) 01 (um) Diretor Vice-Presidente Executivo, (iii) 01 (um) Diretor Vice-Presidente de Mercado Governo e Contas Estratégicas (iv) 01 (um) Diretor Vice-Presidente de Tecnologia Educacional, (v) 01 (um) Diretor Vice-Presidente de Marketing e Vendas, (vi) 01 (um) Diretor Financeiro e de Relações com Investidores, e (vii) demais Diretores estatutários sem designação específica. **Parágrafo Primeiro** - O mandato de cada Diretor será de 02 (dois) anos, sendo permitida a reeleição. Findo o prazo de mandato, os Diretores permanecerão no exercício de seus cargos até a investidura dos novos Diretores eleitos. **Parágrafo Segundo** - O exercício do cargo de Diretor cessa pela destituição, a qualquer tempo, do titular, ou pelo término do mandato, se não houver recondução, observando-se ainda o disposto na parte final do Parágrafo Primeiro acima. A renúncia torna-se eficaz, em relação à Companhia, desde o momento em que esta conhecer da comunicação escrita do renunciante, produzindo efeitos perante terceiros de boa-fé após o seu arquivamento no Registro Público de Empresas Mercantis e publicação. **Parágrafo Terceiro** - A substituição dos Diretores, no caso de ausência ou impedimento temporário, ou ainda por renúncia, morte ou incapacidade, será deliberada em Reunião do Conselho de Administração, podendo o Presidente do Conselho de Administração eleger interinamente um substituto. **Artigo 16** - A Diretoria, cuja presidência será exercida pelo Diretor Presidente, reunir-se-á sempre que necessário, cabendo a convocação e a presidência da Reunião ao Diretor Presidente. **Artigo 17** - Compete ao Diretor Presidente: a) submeter à aprovação do Conselho de Administração os planos de trabalho e orçamento anuais, planos de investimentos e novos programas de expansão da Companhia, promovendo a sua execução nos termos aprovados; b) responder pelas estratégias e diretrizes operacionais da Companhia, bem como estabelecer os critérios para a execução

das deliberações da Assembleia Geral e do Conselho de Administração, com a participação dos demais Diretores; c) coordenar e superintender as atividades da Diretoria; d) exercer a supervisão de todas as atividades da Companhia, imprimindo-lhes a orientação mais adequada aos objetos sociais; e e) exercer as demais atribuições que lhe forem conferidas pelo Conselho de Administração. **Artigo 18** - Compete ao Diretor Vice-Presidente Executivo: a) coordenar o desenvolvimento do planejamento estratégico da Companhia; b) responder pelo controle orçamentário da Companhia; c) coordenar e superintender as questões financeiras, administrativas e operacionais; e d) exercer as demais atribuições que lhe forem conferidas pelo Conselho de Administração. **Artigo 19** - Compete ao Diretor Vice-Presidente de Mercado Governo e Contas Estratégicas: a) responsabilizar-se pelas vendas da Companhia destinadas ao mercado governo, exceto no que se refere às vendas da Companhia destinadas ao mercado governo de produtos da área de Tecnologia Educacional; b) administrar as contas dos clientes estratégicos da Companhia; e c) exercer as demais atribuições que lhe forem conferidas pelo Conselho de Administração. **Artigo 20** - Compete ao Diretor Vice-Presidente de Tecnologia Educacional: a) ser o responsável pela direção, planejamento e controle da área de tecnologia educacional da Companhia; b) responsabilizar-se por todas as vendas da Companhia de produtos de Tecnologia Educacional; e c) exercer as demais atribuições que lhe forem conferidas pelo Conselho de Administração. **Artigo 21** - Compete ao Diretor Vice-Presidente de Marketing e Vendas: a) Ser o responsável pela direção, planejamento e controle da área de marketing e de inteligência de mercado da Companhia; b) Responsabilizar-se pelas vendas de produtos da Companhia, excetuadas as vendas para o Mercado Governo e de produtos de Tecnologia Educacional; e c) exercer as demais atribuições que lhe forem conferidas pelo Conselho de Administração. **Artigo 22** - Compete ao Diretor Financeiro e de Relações com Investidores: a) gerenciar o controle orçamentário da Companhia; b) prover informações financeiras; c) responder pelo controle de fluxo de caixa, aplicações financeiras e investimentos da Companhia; d) prestar toda e qualquer informação aos investidores, à Comissão de Valores Mobiliários e à BM&FBOVESPA; e) manter atualizado o registro de companhia aberta da Companhia; e f) exercer as demais atribuições que lhe forem conferidas pelo Conselho de Administração. **Artigo 23** - Compete ao(s) Diretor(es) estatutários sem designação específica, exemplificativamente: a) promover o desenvolvimento das atividades da Companhia, observado seu objeto social; b) coordenar a atuação de sua área, bem como promover a interface desta com as demais Diretorias; e c) exercer as atribuições que lhes forem definidas em Reunião do Conselho de Administração, que poderá estabelecer denominações específicas para os seus cargos. **Artigo 24** - Compete à Diretoria exercer as atribuições que a lei, a Assembleia Geral, o Conselho de Administração e este Estatuto Social lhe conferirem para a prática dos atos necessários ao funcionamento regular da Companhia, incumbindo-lhe a administração e gestão dos negócios e atividades da Companhia, observado o disposto nos demais artigos deste Estatuto Social, especialmente nos seus Artigos 8º e 14, inclusive: (i) zelar pela observância da Lei, deste Estatuto Social, das deliberações do Conselho de Administração e da Assembleia Geral; (ii) elaborar e submeter ao Conselho de Administração o relatório da Diretoria e as demonstrações financeiras de cada exercício, acompanhados do relatório dos auditores independentes, bem como a proposta de aplicação dos lucros apurados no exercício anterior; (iii) deliberar sobre filiais, agências, depósitos, escritórios e quaisquer outros estabelecimentos da Companhia no País ou no exterior; (iv) praticar os atos de sua competência, conforme estabelecido neste Estatuto Social; (v) manter os membros do Conselho de Administração informados sobre as atividades da Companhia e o andamento de suas operações; (vi) representar a Companhia, ativa e passivamente, em juízo ou fora dele, respeitadas as disposições previstas neste Estatuto Social, nos limites de suas atribuições; (vii) assinar contratos, contrair empréstimos e financiamentos, alienar, adquirir, hipotecar, ou, de qualquer modo, onerar bens da sociedade, móveis, imóveis e outros direitos, respeitadas as disposições previstas neste Estatuto Social, respeitadas as restrições previstas no item (viii) do Artigo 14 deste Estatuto Social; (viii) aceitar, sacar, endossar e avalizar documentos cambiais, duplicatas, cheques, notas promissórias e quaisquer outros títulos de créditos que impliquem responsabilidade para a sociedade, respeitadas as disposições previstas neste Estatuto Social, notadamente as restrições previstas no item (viii), do Artigo 14 deste Estatuto Social; e (ix) abrir, movimentar e encerrar contas bancárias. **Artigo 25** - A representação da Companhia, em juízo ou fora dele, ativa e passivamente, em quaisquer atos ou negócios jurídicos, ou perante quaisquer repartições públicas ou autoridades federais, estaduais ou municipais, nos atos de aquisição, alienação ou oneração de bens e direitos da sociedade, bem como nos atos e operações de gestão ordinária dos negócios sociais, tais como a assinatura de escrituras de qualquer natureza, letras de câmbio, cheques, ordens de pagamento, contratos e, em geral, quaisquer outros documentos ou atos que importem responsabilidade ou obrigação para a Companhia ou que a exonerem de obrigações para com terceiros, e ainda, o aceite, o endosso e a avaliação de documentos cambiais, duplicatas ou outros títulos de crédito, serão obrigatoriamente praticados (i) pelo Diretor Presidente, ou (ii) pelo Diretor que, isoladamente ou em conjunto com outro Diretor, esteja estritamente autorizado pelo Conselho de Administração, em reunião própria, ou (iii) por um procurador com poderes específicos, nomeado na forma prevista no Parágrafo Primeiro abaixo. **Parágrafo Primeiro** - As procurações em nome da Companhia serão outorgadas (i) pelo Diretor Presidente, ou (ii) por Diretor que, isoladamente ou em conjunto com outro Diretor, esteja estritamente autorizado pelo Conselho de Administração, em reunião própria e especificarão os poderes conferidos. Caso o instrumento de mandato não mencione o prazo de vigência, reputar-se-á outorgado por prazo indeterminado, no caso de procuração outorgada para fins judiciais ou para representação em processos administrativos, e pelo prazo de 1 (um) ano, nos demais casos. **Parágrafo Segundo** - Quando o mandato tiver por objeto a prática de atos que dependam de prévia autorização do Conselho de Administração, a sua outorga ficará expressamente condicionada à obtenção dessa autorização, que deverá ser mencionada em seu texto. **Parágrafo Terceiro** - São expressamente vedados, sendo nulos e inoperantes com relação à Companhia, os atos de qualquer dos Diretores ou procuradores que a envolverem em obrigações relativas a negócios e/ou operações estranhos ao objeto social, tais como fianças, avais e endossos ou quaisquer outras garantias em favor de terceiros, exceto quando prestadas em favor de sociedades controladas direta ou indiretamente pela Companhia. **Parágrafo Quarto** - Sem prejuízo do disposto no Parágrafo 3º acima, cada Diretor (i) responde, perante a Companhia e solidariamente com esta perante terceiros, por culpa no desempenho de seu cargo e funções; e (ii) terá de restituir à Companhia, com todos os lucros resultantes, os créditos ou bens

continua -☆

—*— continuação

sociais que aplicar, sem autorização expressa da Assembleia Geral, em proveito próprio ou de terceiros, e, se houver prejuízo, também por ele responderá. **Capítulo V - Conselho Fiscal - Artigo 26** - O Conselho Fiscal da Companhia, que não terá caráter permanente, somente será instalado na forma da lei, e será composto de 3 (três) a 5 (cinco) membros efetivos e igual número de suplentes, acionistas ou não, eleitos pela Assembleia Geral em que for requerido o seu funcionamento. **Parágrafo Primeiro** - A posse dos membros do Conselho Fiscal está condicionada à prévia subscrição do Termo de Anuência dos Membros do Conselho Fiscal, aludido no Regulamento do Novo Mercado, bem como ao atendimento dos requisitos legais aplicáveis. **Parágrafo Segundo** - Os membros do Conselho Fiscal, quando em exercício, terão direito à remuneração fixada pela Assembleia Geral que os elegeu. **Parágrafo Terceiro** - As deliberações do Conselho Fiscal serão tomadas por maioria de votos e lançadas no livro próprio. **Parágrafo Quarto** - Os membros do Conselho Fiscal terão os deveres e responsabilidades estabelecidos pela legislação societária em vigor e no Regulamento do Novo Mercado. **Capítulo VI - Exercício Social e Lucros - Artigo 27** - O exercício social terá a duração de 12 (doze) meses, coincidindo com o ano civil, terminando no dia 31 de dezembro de cada ano. Ao fim de cada exercício social a Diretoria fará elaborar as demonstrações financeiras previstas em lei, observadas as normas legais e princípios contábeis, as quais compreenderão a proposta de destinação do lucro do exercício. **Artigo 28** - Do resultado do exercício social serão deduzidos, antes de qualquer participação, eventuais prejuízos acumulados e a provisão para o Imposto de Renda. **Parágrafo Primeiro** - Sobre o lucro remanescente, apurado na forma do *caput* deste artigo 28, será calculada a participação estatutária dos administradores, até o limite máximo legal, conforme previsto no artigo 152, § 1º da Lei 6.404/76; **Parágrafo Segundo** - Do lucro líquido do exercício, obtido após a dedução de que trata o parágrafo anterior: (a) 5% (cinco por cento) serão atribuídos para a constituição da reserva legal, que não excederá 20% (vinte por cento) do capital social; e (b) do saldo do lucro líquido do exercício, obtido após a dedução de que trata o parágrafo anterior e da destinação referida no item (a) deste §2º, e ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76, destinar-se-ão 25% (vinte e cinco por cento) para o pagamento de dividendo obrigatório a todos os acionistas. **Parágrafo Terceiro** - Atendida a distribuição prevista no parágrafo anterior, o saldo terá a destinação aprovada pela Assembleia Geral, depois de ouvido o Conselho de Administração, respeitadas as disposições legais e estatutárias aplicáveis. **Artigo 29** - Os dividendos não reclamados no prazo de 3 (três) anos, contados da deliberação do ato que autorizou sua distribuição, prescreverão em favor da Companhia. **Artigo 30** - A Companhia poderá levantar balanços semestrais ou intermediários. O Conselho de Administração poderá deliberar a distribuição de dividendos a débito da conta de lucro apurado naqueles balanços. O Conselho de Administração poderá, ainda, declarar dividendos intermediários a débito da conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes naqueles balanços ou no último balanço anual. **Parágrafo Primeiro** - O Conselho de Administração poderá pagar ou creditar juros sobre o capital próprio, *ad referendum* da Assembleia Geral Ordinária que apreciar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social em que tais juros foram pagos ou creditados. **Parágrafo Segundo** - Os dividendos intercalares ou intermediários e os juros sobre o capital próprio deverão ser sempre imputados ao dividendo obrigatório. **Capítulo VII - Da Alienação do Poder de Controle - Artigo 31** - A alienação do controle acionário da Companhia, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, deverá ser contratada sob condição, suspensiva ou resolutive, de que o Adquirente se obrigue a efetivar, observando as condições e os prazos previstos na legislação vigente e no Regulamento do Novo Mercado, oferta pública de aquisição das ações ordinárias dos demais acionistas, de forma a lhes assegurar tratamento igualitário ao do Acionista Controlador Alienante. **Artigo 32** - A oferta pública referida no Artigo 31 também deverá ser efetivada: (a) quando houver cessão onerosa de direitos de subscrição de ações e de outros títulos ou direitos relativos a valores mobiliários conversíveis em ações que venha a resultar na Alienação do Controle da Companhia; e (b) em caso de alienação de controle de sociedade que detenha o Poder de Controle da Companhia, sendo que, neste caso, o Acionista Controlador Alienante ficará obrigado a declarar à BM&FBOVESPA o valor atribuído à Companhia nessa alienação e a anexar documentação que comprove esse valor. **Parágrafo Único** - Para fins do disposto neste Estatuto Social, entende-se por: (i) "Adquirente" aquele para quem o Acionista Controlador transfere as Ações de Controle em uma Alienação de Controle da Companhia; (ii) "Acionista Controlador" o acionista, ou Grupo de Acionistas, que exerce o Poder de Controle da Companhia; (iii) "Acionista Controlador Alienante" o Acionista Controlador, quando este promove a alienação de controle da Companhia; (iv) "Ações em Circulação" todas as ações de emissão da Companhia, executadas as detidas pelo Acionista Controlador, por pessoas a ele vinculadas, pelos membros do Conselho de Administração e Diretores da Companhia e aquelas em tesouraria; (v) "Ações de Controle" o bloco de ações que assegure, de forma direta ou indireta, ao(s) seu(s) titular(es), o exercício individual e/ou compartilhado do Poder de Controle da Companhia; (vi) "Alienação do Controle" a transferência a terceiro, a título oneroso, das Ações de Controle; (vii) "Grupo de Acionistas" grupo de pessoas (i) vinculadas por contratos ou acordos de voto de qualquer natureza, seja diretamente ou por meio de sociedades controladas, controladores ou sob controle comum; ou (ii) entre as quais haja relação de controle; ou (iii) sob controle comum; e (viii) "Poder de Controle" significa o poder efetivamente utilizado de dirigir as atividades sociais e orientar o funcionamento dos órgãos da Companhia, de forma direta ou indireta, de fato ou de direito, independentemente da participação acionária detida. Há presunção relativa de titularidade do controle em relação à pessoa ou ao Grupo de Acionistas que seja titular de ações que lhe tenham assegurado a maioria absoluta dos votos dos acionistas presentes nas três últimas Assembleias Gerais da Companhia, ainda que não seja titular das ações que lhe assegurem a maioria absoluta do capital votante. **Artigo 33** - Aquele que adquirir o Poder de Controle, em razão de contrato particular de compra de ações celebrado com o Acionista Controlador, envolvendo qualquer quantidade de ações, estará obrigado a: (a) efetivar a oferta pública referida no Artigo 31 deste Estatuto Social; e (b) pagar, nos termos a seguir indicados, quantia equivalente à diferença entre o preço da oferta pública e o valor pago por ação eventualmente adquirida em bolsa nos 6 (seis) meses anteriores à data da aquisição do Poder de Controle, devidamente atualizado até a data do pagamento. Referida quantia deverá ser distribuída entre todas as pessoas que venderam ações da Companhia nos pregões em que o Adquirente realizou as aquisições, proporcionalmente ao saldo líquido vendedor diário de cada uma, cabendo à BM&FBOVESPA operacionalizar a distribuição, nos termos de seus regulamentos. **Artigo 34** - A Companhia não registrará (i) qualquer transferência de

ações para o Adquirente, ou para aquele(s) que vier(em) a deter o Poder de Controle, enquanto este(s) não subscrever(em) o Termo de Anuência dos Controladores aludido no Regulamento do Novo Mercado; ou (ii) qualquer Acordo de Acionistas que disponha sobre o exercício do Poder de Controle sem que os seus signatários tenham subscrito o Termo de Anuência dos Controladores, a que se refere o Regulamento do Novo Mercado. **Capítulo VIII - Cancelamento do Registro de Companhia Aberta - Artigo 35** - Sem prejuízo das disposições legais e regulamentares, o cancelamento do registro de companhia aberta será precedido por oferta pública de aquisição de ações, a ser efetivada pelo Acionista Controlador ou pela Companhia, tendo como preço mínimo, o valor econômico apurado mediante laudo de avaliação, na forma do artigo 37 abaixo. **Artigo 36** - O laudo de avaliação será elaborado por empresa especializada, com experiência comprovada e independência quanto ao poder de decisão da Companhia, seus administradores e/ou Acionista Controlador, além de satisfazer os requisitos do §1º do artigo 8º da Lei nº 6.404/76, e conter a responsabilidade prevista no §6º do mesmo artigo. **Parágrafo Primeiro** - A escolha da empresa especializada responsável pela determinação do valor econômico da Companhia é de competência privativa da Assembleia Geral, a partir da apresentação, pelo Conselho de Administração, de lista tripla, devendo a respectiva deliberação, não se computando os votos em branco, ser tomada pela maioria dos votos dos acionistas representantes das Ações em Circulação presentes naquela Assembleia que, se instalada em primeira convocação, deverá contar com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 20% (vinte por cento) do total de Ações em Circulação, ou que se instalada em segunda convocação poderá contar com a presença de qualquer número de acionistas representantes das Ações em Circulação. **Parágrafo Segundo** - Os custos incorridos com a elaboração do laudo de avaliação serão arcados integralmente pelo ofertante. **Artigo 37** - Quando for informada ao mercado a decisão de se proceder ao cancelamento do registro de companhia aberta, o ofertante deverá divulgar o valor máximo por ação ou lote de mil ações pelo qual formulará a oferta pública. **Parágrafo Primeiro** - A oferta pública ficará condicionada a que o valor apurado no laudo de avaliação não seja superior ao valor divulgado pelo ofertante. **Parágrafo Segundo** - Se o valor econômico das ações, apurado na forma do artigo 37, for superior ao valor informado pelo ofertante, a decisão de se proceder ao cancelamento do registro de companhia aberta ficará automaticamente revogada, exceto se o ofertante concordar expressamente em formular a oferta pública pelo valor econômico apurado, devendo o ofertante divulgar ao mercado a decisão que tiver adotado. **Parágrafo Terceiro** - O procedimento para o cancelamento do registro de companhia aberta da Companhia atenderá as demais exigências estabelecidas nas normas aplicáveis às companhias abertas e os preceitos constantes do Regulamento do Novo Mercado. **Capítulo IX - Saída do Novo Mercado - Artigo 38** - A saída da Companhia do Novo Mercado será aprovada em Assembleia Geral pela maioria dos votos dos acionistas presentes e comunicada à BM&FBOVESPA por escrito com antecedência prévia de 30 (trinta) dias. **Parágrafo Primeiro** - Para que as ações da Companhia passem a ter o registro para negociação fora do Novo Mercado, o Acionista Controlador deverá efetivar oferta pública de aquisição de ações pertencentes aos demais acionistas da Companhia, no mínimo, pelo valor econômico apurado em laudo de avaliação elaborado nos termos do Artigo 37 deste Estatuto Social, respeitadas as normas legais e regulamentares aplicáveis. **Parágrafo Segundo** - Caso a saída da Companhia do Novo Mercado venha a ocorrer em virtude de operação de reorganização societária, na qual a companhia resultante dessa reorganização não tenha seus valores mobiliários admitidos para negociação no Novo Mercado no prazo de 120 (cento e vinte) dias contados da data da Assembleia Geral que aprovou a referida operação, o Acionista Controlador deverá efetivar oferta pública de aquisição de ações pertencentes aos demais acionistas da Companhia, no mínimo, pelo valor econômico apurado em laudo de avaliação elaborado nos termos do Artigo 37 deste Estatuto Social, respeitadas as normas legais e regulamentares aplicáveis. **Artigo 39** - Na hipótese de não haver Acionista Controlador, caso seja deliberada a saída da Companhia do Novo Mercado para que os valores mobiliários por ela emitidos passem a ter registro para negociação fora do Novo Mercado, ou em virtude de operação de reorganização societária, na qual a sociedade resultante dessa reorganização não tenha seus valores mobiliários admitidos à negociação no Novo Mercado no prazo de 120 (cento e vinte) dias contados da data da Assembleia Geral que aprovou a referida operação, a saída estará condicionada à realização de oferta pública de aquisição de ações nas mesmas condições previstas no artigo 35. **Parágrafo Primeiro** - A referida assembleia geral deverá definir o(s) responsável(is) pela realização da oferta pública de aquisição de ações, o(s) qual(is), presente(s) na assembleia, deverá(ão) assumir expressamente a obrigação de realizar a oferta. **Parágrafo Segundo** - Na ausência de definição dos responsáveis pela realização da oferta pública de aquisição de ações, no caso de operação de reorganização societária, na qual a companhia resultante dessa reorganização não tenha seus valores mobiliários admitidos à negociação no Novo Mercado, caberá aos acionistas que votaram favoravelmente à reorganização societária realizar a referida oferta. **Artigo 40** - A alienação do Poder de Controle da Companhia que ocorrer nos 12 (doze) meses subsequentes à sua saída do Novo Mercado, obrigará o Acionista Controlador Alienante, conjunta e solidariamente com o Adquirente, a oferecer aos demais acionistas a aquisição de suas ações pelo preço e nas condições obtidas pelo Acionista Controlador Alienante na alienação de suas próprias ações, devidamente atualizado, observando-se as mesmas regras aplicáveis às alienações de controle previstas no Capítulo VII deste Estatuto Social. **Parágrafo Primeiro** - Se o preço obtido pelo Acionista Controlador Alienante na alienação a que se refere o *caput* deste artigo 40 for superior ao valor da oferta pública de saída realizada de acordo com as demais disposições deste Estatuto Social, o Acionista Controlador Alienante conjunta e solidariamente com o Adquirente, ficarão obrigados a pagar a diferença de valor apurado aos acionistas da respectiva oferta pública, nas mesmas condições previstas no *caput* deste artigo 40. **Parágrafo Segundo** - A Companhia e o Acionista Controlador ficam obrigados a averbar no Livro de Registro de Ações da Companhia, em relação às ações de propriedade do Acionista Controlador, ônus que obrigue o Adquirente daquelas ações a estender aos demais acionistas da Companhia preço e condições de pagamento idênticos aos que forem pagos ao Acionista Controlador Alienante, em caso de alienação, na forma prevista no *caput* e no Parágrafo Primeiro acima. **Artigo 41** - A saída da Companhia do Novo Mercado, em razão de descumprimento de obrigações constantes do Regulamento do Novo Mercado, está condicionada à efetivação de oferta pública de aquisição de ações, no mínimo, pelo valor econômico das ações, a ser apurado em laudo de avaliação que trata o Artigo 36 deste Estatuto Social, respeitadas as normas legais e regulamentares aplicáveis. **Parágrafo Primei-**

continua —*

★ continuação

ro - O Acionista Controlador deverá efetivar a oferta pública de aquisição de ações prevista no *caput* deste artigo. **Parágrafo Segundo** - Na hipótese de não haver Acionista Controlador e a saída do Novo Mercado referida no *caput* decorrer de deliberação da Assembleia Geral, os acionistas que tenham votado a favor da deliberação que implicou o respectivo descumprimento deverão efetivar a oferta pública de aquisição de ações prevista no *caput*. **Parágrafo Terceiro** - Na hipótese de não haver Acionista Controlador e a saída do Novo Mercado referida no *caput* ocorrer em razão de ato ou fato da administração, os Administradores da Companhia deverão convocar Assembleia Geral de acionistas, cuja ordem do dia será a deliberação sobre como sanar o descumprimento das obrigações constantes do Regulamento do Novo Mercado ou, se for o caso, deliberar pela saída da Companhia do Novo Mercado. **Parágrafo Quarto** - Caso a Assembleia Geral mencionada no parágrafo anterior delibere pela saída da Companhia do Novo Mercado, a referida Assembleia Geral deverá definir o(s) responsável(is) pela realização da oferta pública de aquisição de ações prevista no *caput*, o(s) qual(is), presente(s) na Assembleia Geral, deverá(ão) assumir expressamente a obrigação de realizar a oferta. **Capítulo X - Da Proteção da Dispersão da Base Acionária - Artigo 42** - Qualquer acionista que adquira ou se torne titular de ações de emissão da Companhia, em quantidade igual ou superior a 10% (dez por cento) do total de ações de emissão da Companhia, excluídas para os fins deste capítulo as ações em tesouraria, deverá, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data de aquisição ou do evento que resultou na titularidade de ações em quantidade igual ou superior a 10% (dez por cento) do total de ações de emissão da Companhia, realizar ou solicitar o registro, conforme o caso, de uma oferta pública de aquisição de ações ("OPA") para aquisição da totalidade das ações de emissão da Companhia, observando-se o disposto na regulamentação aplicável da CVM, os regulamentos da BM&FBOVESPA e os termos deste Capítulo X. **Parágrafo Primeiro** - Qualquer acionista que adquira ou se torne titular de outros direitos de sócio, inclusive por força de usufruto ou fideicomisso, sobre as ações de emissão da Companhia, em quantidade igual ou superior a 10% (dez por cento) do total de ações de emissão da Companhia, estará obrigado igualmente a, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data de tal aquisição ou do evento que resultou na titularidade de tais direitos de sócio sobre ações em quantidade igual ou superior a 10% (dez por cento) do total de ações de emissão da Companhia, realizar ou solicitar o registro, conforme o caso, de uma OPA, nos termos descritos neste artigo 42. **Parágrafo Segundo** - O preço a ser ofertado pelas ações de emissão da Companhia objeto da OPA ("Preço da OPA") não poderá ser inferior ao maior valor entre (i) o valor econômico apurado através de laudos de avaliação, observado o disposto nos Parágrafos Terceiro e Quarto deste Artigo; (ii) o valor patrimonial constante do último balanço auditado da Companhia; e (iii) a maior cotação unitária das ações de emissão da Companhia durante o período de 24 (vinte e quatro) meses anterior à realização da OPA na bolsa de valores em que houver o maior volume de negociações das ações de emissão da Companhia. **Parágrafo Terceiro** - Os laudos de avaliação referidos no Parágrafo Segundo acima deverão ser elaborados por 02 (duas) instituições financeiras de primeira linha e ilibada reputação e notório conhecimento do setor de atuação da Companhia, uma escolhida pela Companhia e outra pelo acionista que faz menção neste artigo, selecionadas dentre as maiores instituições que atuem no Brasil à época e que atuem em assessoramento de clientes em fusões e aquisições de empresas. Os custos dos 02 (dois) laudos de avaliação serão arcados pela Companhia e pelo referido acionista, respectivamente. **Parágrafo Quarto** - Caso haja diferença de valor entre os 2 (dois) laudos acima referidos, o Preço da OPA terá por base o maior valor entre esses 2 (dois) laudos. **Parágrafo Quinto** - A OPA deverá observar obrigatoriamente os seguintes princípios e procedimentos, além de, no que couber, outros expressamente previstos no artigo 4º da Instrução CVM nº 361, de 5 de março de 2002 ("Instrução CVM nº 361"): (i) ser dirigida indistintamente a todos os acionistas da Companhia; (ii) ser efetivada em leilão a ser realizado na BM&FBOVESPA; (iii) ser realizada de maneira a assegurar tratamento equitativo aos destinatários, permitir-lhes a adequada informação quanto à Companhia e ao ofertante, e dotá-los dos elementos necessários à tomada de uma decisão refletida e independente quanto à aceitação da OPA; (iv) ser imutável e irrevogável após a publicação no edital de oferta, nos termos da Instrução CVM nº 361, ressalvado o disposto no parágrafo quarto acima; e (v) ser lançada pelo preço determinado de acordo com o previsto neste artigo e paga à vista, em moeda corrente nacional, contra a aquisição na OPA de ações de emissão da Companhia. **Parágrafo Sexto** - Caso a regulamentação da CVM aplicável à OPA prevista neste Artigo venha a determinar a adoção de um critério específico de cálculo para a fixação do preço de aquisição de cada ação da Companhia em OPA sujeita ao artigo 4º-A da Lei nº 6.404/76, que resulte em preço de aquisição superior àquele determinado nos termos deste artigo, deverá prevalecer na efetivação da OPA prevista neste artigo aquele preço de aquisição calculado nos termos da regulamentação da CVM. **Parágrafo Sétimo** - A realização da OPA mencionada no *caput* deste artigo não excluirá a possibilidade de outro acionista da Companhia, ou,

se for o caso, de a própria Companhia, formular uma OPA concorrente, nos termos da regulamentação aplicável. **Parágrafo Oitavo** - O acionista a que faz menção este artigo estará obrigado a atender as eventuais solicitações ou as exigências da CVM relativas à OPA, dentro dos prazos prescritos na regulamentação aplicável. **Parágrafo Nono** - Na hipótese de o acionista a que faz menção este artigo não cumprir as obrigações impostas por este Artigo, inclusive no que concerne ao atendimento dos prazos (i) para a realização ou solicitação do registro da OPA, conforme o caso, ou (ii) para atendimento das eventuais solicitações ou exigências da CVM, o Conselho de Administração da Companhia convocará Assembleia Geral Extraordinária, na qual o referido acionista não poderá votar, para deliberar sobre a suspensão do exercício dos direitos do acionista, conforme disposto no artigo 120 da Lei nº 6.404/76, sem prejuízo da responsabilização do acionista por perdas e danos causados aos demais acionistas em decorrência do descumprimento das obrigações impostas por este Artigo. **Parágrafo Décimo** - As obrigações constantes do artigo 254-A da Lei nº 6.404/76, e no Capítulo VII deste Estatuto Social não eximem o acionista a que faz menção este artigo do cumprimento das obrigações constantes deste artigo. **Parágrafo Décimo Primeiro** - O disposto neste artigo não se aplica na hipótese de uma pessoa se tornar titular de ações de emissão da Companhia em quantidade superior a 10% (dez por cento) do total das ações de sua emissão, em decorrência da subscrição de ações da Companhia, realizada em uma única emissão primária, que tenha sido aprovada em Assembleia Geral, convocada pelo seu Conselho de Administração, e cuja proposta de aumento de capital tenha determinado a fixação do preço de emissão das ações com base em valor econômico obtido a partir de um laudo de avaliação da Companhia realizada por instituição especializada que atenda aos requisitos previstos no Parágrafo Terceiro deste artigo 42. **Parágrafo Décimo Segundo** - Para fins do cálculo do percentual de 10% (dez por cento) do total de ações de emissão da Companhia descrito no *caput* deste artigo, não serão computados os acréscimos involuntários de participação acionária resultantes de cancelamento de ações em tesouraria, resgate de ações ou de redução do capital social da Companhia com o cancelamento de ações. **Parágrafo Décimo Terceiro** - O disposto neste artigo não se aplica aos acionistas que, na data de publicação do anúncio de início relativo à primeira oferta de distribuição pública de ações de emissão da Companhia ("Data da Primeira Oferta Pública"), sejam titulares de 10% (dez por cento) ou mais do total de ações de emissão da Companhia e seus sucessores ("Acionista(s) Original(is)"), inclusive e em especial aos acionistas controladores da Companhia, bem como aos sócios de referidos acionistas controladores, que vierem a sucedê-los na participação direta na Companhia por força de reorganizações societárias. Uma vez ultrapassado, por qualquer Acionista Original, o respectivo percentual de ações da Companhia superior ao que detinha na Data da Primeira Oferta Pública, aplicar-se-á integralmente o disposto neste artigo 42 e seus parágrafos a tal Acionista Original. **Parágrafo Décimo Quarto** - O disposto neste Artigo não se aplica aos acionistas ou às pessoas que se tornarem titular de ações de emissão da Companhia em quantidade superior a 10% (dez por cento) do total das ações de sua emissão em decorrência (i) de sucessão legal; (ii) da incorporação de uma outra sociedade pela Companhia; (iii) ou da incorporação de ações de uma outra sociedade pela Companhia. **Parágrafo Décimo Quinto** - A alteração estatutária que limite e/ou restrinja o direito dos acionistas à realização da OPA prevista neste Artigo ou a exclusão deste Artigo obrigará o(s) acionista(s) que tiver(em) votado a favor de tal alteração ou exclusão na deliberação em Assembleia Geral a realizar a OPA prevista neste Artigo. **Parágrafo Décimo Sexto** - As disposições do Regulamento do Novo Mercado prevalecerão sobre as disposições estatutárias, nas hipóteses de prejuízo aos direitos dos destinatários das ofertas públicas previstas neste Estatuto. **Capítulo XI - Direito de Recurso - Artigo 43** - O valor de recurso a ser pago pela Companhia, nos casos previstos em Lei, será o valor econômico da Companhia dividido pelo número total de ações, sendo tal valor econômico apurado através de avaliação nos termos da lei. **Capítulo XII - Juízo Arbitral - Artigo 44** - A Companhia, seus acionistas, administradores e os membros do Conselho Fiscal obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei nº 6.404/76, no presente Estatuto Social, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, do Contrato de Participação no Novo Mercado, do Regulamento de Sanções e do Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado. **Capítulo XIII - Liquidação - Artigo 45** - A Companhia entrará em liquidação nos casos previstos em lei, ou por deliberação da Assembleia Geral, que estabelecerá a forma da liquidação, elegerá o liquidante e, se for o caso, instalará o Conselho Fiscal, para o período da liquidação, elegendo seus membros e fixando-lhes as respectivas remunerações.

41929/2017

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE LICENÇA PRÉVIA
INCORPORADORA CINCO CONJUNTOS LTDA torna público que irá requerer à Secretaria Municipal do Meio Ambiente de Londrina, a Licença Prévia para a atividade de Condomínio Residencial a ser implantada nos Lotes nº 03, 05, 06 da Quadra 06 na Avenida Giocondo Maturi e Rua Yoneko Shime, s/n - Gleba Jacutinga.

41757/2017

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE LICENÇA PRÉVIA
R. MINAS LTDA. CNPJ: 15.007.226/0001-91, torna público que irá requerer ao IAP, a Licença Prévia para EXTRAÇÃO, BENEFICIAMENTO, ESTOCAGEM E COMÉRCIO DE AREIA a ser implantada no município de Inácio Martins, Estado do Paraná, junto aos processos 826.002/2013 e 826.356/2016..

41758/2017

SÚMULA DE RECEBIMENTO DE LICENÇA PRÉVIA
SEIFAG LTDA ME torna público que recebeu do IAP, a Licença Prévia para o LOTEAMENTO SEIFAG a ser implantada na Rua Presidente Costa e Silva, Chácara nº 11-H.2/11-I.1, Toledo-PR. Validade:19/01/2019 .

41643/2017

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE LICENÇA DE INSTALAÇÃO
SEIFAG LTDA ME torna público que irá requerer ao IAP, a Licença de Instalação para o LOTEAMENTO SEIFAG a ser implantada na Rua Presidente Costa e Silva, Chácara nº 11-H.2/11-I.1, Toledo-PR.

41645/2017

POSITIVO TECNOLOGIA S.A.
CNPJ/MF: 81.243.735/0001-48
COMPANHIA ABERTA

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
REALIZADA EM 30 DE MAIO DE 2017

1. **Data, Hora e Local:** No dia 30 de maio de 2017, às 8:30 horas, na sede Administrativa do Grupo Positivo, na Av. Cândido Hartmann, 1400, na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná.
2. **Presença e Convocação:** A convocação foi efetuada por meio eletrônico, estando presentes os Conselheiros: Glem Raduy Guimarães, Hélio Bruck Rotenberg, Samuel Ferrari Lago, Rodrigo Cesar Formighieri, Pedro Santos Ripper, Fernando Soares Mitri e Francisco Tosta Valim Filho.
3. **Mesa:** Presidente: Fernando Soares Mitri
Secretária: Lorenza Martinez Guimarães Gloger
4. **Ordem do dia:** a) Análise dos resultados de abril de 2017, b) eleição da Diretoria da Companhia.
5. **Deliberações:** Aberta a reunião, o Presidente convidou a mim, Lorenza Martinez Guimarães Gloger, advogada da Companhia, para secretariar a reunião e lavrar a presente ata. Passou-se então à discussão dos temas da pauta, pela ordem:
 - a) O Conselho analisou os resultados da Companhia referentes ao mês de abril de 2017.
 - b) O Conselho elegeu, por unanimidade, os seguintes membros da Diretoria da Positivo Tecnologia S.A. O mandato dos diretores ora eleitos é de 2 (dois) anos, sendo permitida a reeleição. Findo o prazo de mandato, os Diretores permanecerão no exercício de seus cargos até a investidura dos novos Diretores eleitos. Os diretores designados são: **Hélio Bruck Rotenberg**,

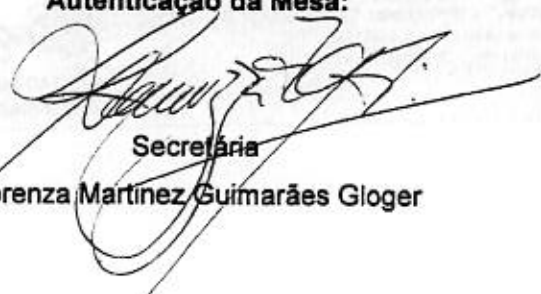


brasileiro, casado, empresário, portador da cédula de identidade civil RG nº 1.217.176-5/PR, inscrito no CPF/MF sob nº 428.804.249-68, residente domiciliado na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, para o cargo de **Diretor Presidente da Companhia**; (ii) **Carlos Augusto Moreira**, brasileiro, casado, engenheiro civil, portador de cédula de identidade RG nº 5.308.886-4 SSP/PR, inscrito no CPF sob o nº 024.186.289-22, residente e domiciliado na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, com escritório na Rua Senador Accioly Filho, nº 1021, Bairro Cidade Industrial de Curitiba, CEP 81310-00, para o cargo de **Diretor Vice-Presidente Executivo**, (iii) **Marielva Andrade Silva Dias**, brasileira, casada, engenheira civil, portadora da cédula de identidade civil RG nº 1.673.216-8/PR, inscrita no CPF/MF sob nº 450.779.329-72, residente e domiciliada na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, para o cargo de **Diretora Vice-Presidente de Mercado Governo e Contas Estratégicas**; (iv) **Mauricio Roorda**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da cédula de identidade civil RG nº 778.562-3 SSP/PR, inscrito no CPF/MF sob nº 040.910.698-43, residente domiciliado na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, para o cargo de **Diretor Vice-Presidente de Marketing e Vendas**; (v) **Elaine Camargo Roginski Guetter**, brasileira, casada, engenheira civil, portadora da cédula de identidade civil RG nº 1.440.738-3/PR, inscrita no CPF/MF sob nº 544.853.209-87, residente e domiciliada na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, para o cargo de **Diretora Vice-Presidente de Tecnologia Educacional**; e (vi) **Lincon Lopes Ferraz**, brasileiro, solteiro, maior, economista, portador de RG nº 35.366.338-4 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 318.897.678-08, residente e domiciliado em Curitiba/PR para o cargo de **Diretor Financeiro e de Relações com Investidores**. A Diretoria acima elencada será investida nessa data.

6. Nada mais tratado lavrou-se a ata que foi lida, aprovada e assinada por mim Secretária e pelos Conselheiros da Companhia.

Curitiba, 30 de maio de 2017.

Autenticação da Mesa:


Secretária
Lorenza Martinez Guimarães Gloger



Positivo Tecnologia S.A.

CNPJ/MF: 81.243.735/0001-48

Companhia Aberta

Ata da Reunião Ordinária do Conselho de Administração

Realizada em 30 de Maio de 2017

1. **Data, Hora e Local:** No dia 30 de maio de 2017, às 8:30 horas, na sede Administrativa do Grupo Positivo, na Av. Cândido Hartmann, 1400, na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná. 2. **Presença e Convocação:** A convocação foi efetuada por meio eletrônico, estando presentes os Conselheiros: Giem Raduy Guimarães, Hélio Bruck Rotenberg, Samuel Ferrari Lago, Rodrigo Cesar Formighieri, Pedro Santos Ripper, Fernando Soares Mitri e Francisco Tosta Valim Filho. 3. **Mesa:** Presidente: Fernando Soares Mitri; Secretária: Lorenza Martinez Guimarães Gloger. 4. **Ordem do Dia:** a) Análise dos resultados de abril de 2017, b) eleição da Diretoria da Companhia. 5. **Deliberações:** Aberta a reunião, o Presidente convidou a mim, Lorenza Martinez Guimarães Gloger, advogada da Companhia, para secretariar a reunião e lavrar a presente ata. Passou-se então à discussão dos temas da pauta, pela ordem: a) O Conselho analisou os resultados da Companhia referentes ao mês de abril de 2017. b) O Conselho elegeu, por unanimidade, os seguintes membros da Diretoria da Positivo Tecnologia S.A. O mandato dos diretores ora eleitos é de 2 (dois) anos, sendo permitida a reeleição. Findo o prazo de mandato, os Diretores permanecerão no exercício de seus cargos até a investidura dos novos Diretores eleitos. Os diretores designados são: **Hélio Bruck Rotenberg**, brasileiro, casado, empresário, portador da cédula de identidade civil RG nº 1.217.176-5/PR, inscrito no CPF/MF sob nº 428.804.249-68, residente domiciliado na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, para o cargo de **Diretor Presidente da Companhia**; (ii) **Carlos Augusto Moreira**, brasileiro, casado, engenheiro civil, portador de cédula de identidade civil RG nº 5.308.886-4 SSP/PR, inscrito no CPF sob nº 024.186.289-22, residente e domiciliado na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, com escritório na Rua Senador Accioly Filho, nº 1021, Bairro Cidade Industrial de Curitiba, CEP 81310-00, para o cargo de **Diretor Vice-Presidente Executivo**; (iii) **Marielva Andrade Silva Dias**, brasileira, casada, engenheira civil, portadora da cédula de identidade civil RG nº 1.673.216-8/PR, inscrita no CPF/MF sob nº 450.779.329-72, residente e domiciliada na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, para o cargo de **Diretora Vice-Presidente de Mercado Governo e Contas Estratégicas**; (iv) **Maurício Roorda**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da cédula de identidade civil RG nº 778.562-3 SSP/PR, inscrito no CPF/MF sob nº 040.910.698-43, residente domiciliado na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, para o cargo de **Diretor Vice-Presidente de Marketing e Vendas**; (v) **Elaine Camargo Roginski Guetter**, brasileira, casada, engenheira civil, portadora da cédula de identidade civil RG nº 1.440.738-3/PR, inscrita no CPF/MF sob nº 544.853.209-87, residente e domiciliada na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, para o cargo de **Diretora Vice-Presidente de Tecnologia Educacional**; (vi); e (vii) **Lincon Lopes Ferraz**, brasileiro, solteiro, maior, economista, portador de RG nº 35.366.338-4 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob nº 318.897.678-08, residente e domiciliado em Curitiba/PR para o cargo de **Diretor Financeiro e de Relações com Investidores**. A Diretoria acima elencada será investida nessa data. 6. Nada mais tratado lavrou-se a ata que foi lida, aprovada e assinada por mim Secretária e pelos Conselheiros da Companhia. Curitiba, 30 de maio de 2017. **Autenticação da Mesa:** Fernando Soares Mitri - Presidente; Lorenza Martinez Guimarães Gloger - Secretária. **Conselheiros:** Giem Raduy Guimarães; Hélio Bruck Rotenberg; Rodrigo Cesar Formighieri; Samuel Ferrari Lago; Pedro Santos Ripper; Fernando Soares Mitri; Francisco Tosta Valim Filho. **Junta Comercial do Paraná** - Certificado o registro em 08/06/2017, sob nº 20173245099. Protocolo: 17/324509-9 de 06/06/2017. Libertad Bogus - Secretária-Geral.

53953/2017

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE RENOVAÇÃO DA LICENÇA DE OPERAÇÃO

A Ecoltec Sistemas e Hidrotreatamentos Ltda torna público que irá requerer ao IAP, a Renovação da Licença de Operação para a atividade de manipulação, comercialização de produtos químicos para tratamento de águas industriais e assessoria na área ambiental instalada Rua Lourenço José de Paula, 2279 - Bairro Parque da Fonte - São José dos Pinhais/Pr.

51466/2017

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE RENOVAÇÃO DA LICENÇA DE OPERAÇÃO

BENCKEIBER INDUSTRIA E COMERCIO DE CERVEJAS E CHOPES EIRELI - ME torna público que irá requerer à Secretaria Municipal do Meio Ambiente de Curitiba - SMMA, a Renovação da Licença de Operação para fabricação de cervejas e chopes instalada na rua Ângelo Domingos Durigan, nº 369, bairro Cascatinha CEP 82025-100, Curitiba - PR.

53979/2017

SÚMULA DE RECEBIMENTO DE LICENÇA SIMPLIFICADA

PARANAMIX CONCRETO LTDA, inscrita no CNPJ nº 12.783.004/0001/72 torna público que recebeu do IAP, a Licença Simplificada para a atividade de preparação de massa de concreto e argamassa para construção a ser implantada na Fazenda Boa Esperança, S/N, bairro Parque Industrial Isaac F. Machado no município de Carlópolis, CEP:86240-000.

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE REI SIMPLIFICADA

PARANAMIX CONCRETO LTDA, inscrita n torna público que irá requerer ao IAP, a Renovação a atividade de preparação de massa de concreto implantada na Fazenda Boa Esperança, S/N, b Machado no município de Carlópolis, CEP:8624

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE LICENÇA SIMPLIFICADA

PEDRALI E PEDRALI LTDA ME torna público que irá requerer à Secretaria Municipal do Meio Ambiente de CASCAVEL/PR, a Licença Simplificada para FABRICACAO DE MOVEIS COM PREDOMINANCIA DE MADEIRA. a ser implantada NA AV DOUTOR EZUEL PORTES, N 19323, CNPJ: 13.200.337/0001-94, CASCAVEL/PR.

53549/2017

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE RENOVAÇÃO DA LICENÇA DE OPERAÇÃO

PETROBRAS - Petróleo Brasileiro S/A - SIX torna público que irá requerer ao IAP, a Renovação da Licença de Operação para Industrialização do Xisto, Pesquisa Tecnológica, Coprocessamento de Xisto com Pneus Usados e Borrachas Similares instalada na Rodovia BR 476 Km 143, no município de São Mateus do Sul, estado do Paraná..

54097/2017

SÚMULA DE RECEBIMENTO DE LICENÇA DE INSTALAÇÃO

PIANOWSKI & PIANOWSKI FILHO LTDA torna público que recebeu do IAP, a Licença de Instalação para COMERCIO VAREJISTA DE COMBUSTIVEIS PARA VEICULOS AUTOMOTORES a ser implantada rua conceição, 1245, centro, Palmeira - PR..

53839/2017

**AVISO DE LICITAÇÃO
EDITAL DE TOMADA DE PREÇO nº 01/2017 - CMPBR
TIPO - MENOR PREÇO POR ITEM**

A Câmara Municipal de Porto Barreiro, Estado do Paraná, torna publico a realização de procedimento licitatório, na modalidade Tomada de Preço sob nº 01/2017 - CMPBR, tipo **MENOR PREÇO POR ITEM, EXCLUSIVA PARA PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS/OU EMPRESAS DE PEQUENO PORTE**, na forma Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006; Lei Complementar nº 147, de 07 de agosto de 2014, com o objetivo de Aquisição de mobiliário, equipamentos de informática e eletroeletrônicos destinados a suprir as necessidades da Câmara Municipal de Porto Barreiro.

A avaliação e abertura das ofertas se darão, no dia 14 (quatorze) do mês de junho de 2017, às 09 (nove) horas, na sala de reuniões da Câmara Municipal, situada na Rua das Hortênsias, 1235, Centro, Porto Barreiro - PR.

Os interessados poderão obter maiores detalhes e a íntegra do edital, junto a Câmara Municipal, setor de licitação ou secretária, através do telefone 0xx42 3661-1097, nos dias úteis das 8hs às 11hs30min e das 13hs às 17hs, ou através do e-mail: camara@cmpbr.pr.gov.br. O Edital de Licitação estará disponível ainda no site www.cmpbr.pr.gov.br, na parte inferior da página inicial, coluna Transparência, no link Licitações. Entretanto, ressaltamos que a participação no certame dependerá do atendimento dos requisitos mínimos legais, inerentes a modalidade de licitação.

Porto Barreiro - PR, em 19 de junho de 2017.

Gean Rafael Kasper
Presidente da Comissão de Licitação

José Carlos Zampoli
Presidente da Câmara

53715/2017

AVISO DE EDITAL

A COMPANHIA DE HABITAÇÃO DE PONTA GROSSA - PROLAR, torna público, que em sua sede localizada na Rua Balduino Taques, nº 445, 3º piso, Centro, Ponta Grossa, Estado do Paraná, estará realizando o seguinte procedimento licitatório: **CONCORRÊNCIA** nº 003/2017

DATA: 28/07/2017.

HORÁRIO: 13:30 horas.

OBJETO: "Alienação, no estado físico e jurídico em que se encontram os imóveis (lotes comerciais/residenciais) de propriedade da PROLAR, indicados no ANEXO I deste Edital, observadas obrigatoriamente, as condições aqui estabelecidas".

VALOR: O preço mínimo de venda para os imóveis são os constantes no Anexo I deste Edital, admitindo-se proposta para pagamento somente na moeda corrente do Brasil, em reais e oitenta e sete centavos).

mações poderão ser obtidas através do site da ipg.com.br/ ou pelo fone/fax: 42-3222-1257 ou 0m.br.

ssa, 20 de junho de 2017.

ATHOS SCHRUTT
Presidente - PROLAR

DOCUMENTO CERTIFICADO

**CÓDIGO LOCALIZADOR:
436564117**

Documento emitido em 23/06/2017 09:40:49.

Diário Oficial Com. Ind. e Serviços
Nº 9970 | 22/06/2017 | PÁG. 41

Para verificar a autenticidade desta página, basta informar o
Código Localizador no site do DIOE
www.imprensaoficial.pr.gov.br

53987/2017

54119/2017

POSITIVO TECNOLOGIA S.A.
CNPJ/MF: 81.243.735/0001-48
COMPANHIA ABERTA

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
REALIZADA EM 01 DE AGOSTO DE 2017

1. **Data, Hora e Local:** No dia 01 de agosto de 2017, às 8:30 horas, na sede do Grupo Positivo, na Av. Candido Hartmann, 1400, Bigorriho, na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná.
2. **Presença e Convocação:** A convocação foi efetuada por meio eletrônico, estando presentes os Conselheiros: Glem Raduy Guimarães, Hélio Bruck Rotenberg, Rodrigo Cesar Formighieri, Pedro Santos Ripper, Fernando Soares Mitri e Francisco Tosta Valim Filho.
3. **Mesa:** Presidente: Fernando Soares Mitri
Secretária: Lorenza Martinez Guimarães Gloger
4. **Ordem do dia:** a) analisar os resultados da Companhia do mês de junho de 2017; b) apreciar a renúncia da Sra. Elaine Camargo Roginski Guetter ao cargo de Diretora Vice-Presidente de Tecnologia Educacional da Companhia; c) aprovar a eleição do Sr. Alvaro Luis Cruz para o cargo de Diretor Vice-Presidente de Tecnologia Educacional da Companhia;
5. **Deliberações:** Aberta a reunião, o Senhor Presidente convidou a mim, Lorenza Martinez Guimarães Gloger, advogada da Companhia, para secretariar a reunião e lavrar a presente ata. Passou-se então à discussão do tema da pauta, pela ordem:
 - a) o Conselho analisou e discutiu os resultados da Companhia referentes ao mês de junho de 2017;
 - b) o Conselho recebeu a renúncia apresentada pela Sra. Elaine Camargo Roginski Guetter, brasileira, casada, engenheira civil, portadora da Cédula de Identidade nº 1.440.738-3 SSP/PR, inscrita no CPF/MF sob o nº 544.853.209-87, residente e domiciliada na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná ao cargo de Diretora Vice-



CERTIFICO O REGISTRO EM 05/09/2017 11:43 SOB Nº 20176268804.
PROTOCOLO: 176268804 DE 30/08/2017. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11703450945. NIRE: 41300071977.
POSITIVO TECNOLOGIA S.A.


Libertad Bogus
SECRETÁRIA-GERAL
CURITIBA, 05/09/2017
www.empresafacil.pr.gov.br

Presidente de Tecnologia Educacional da Companhia e agradece a Sra. Elaine pelos serviços prestados e suas contribuições à Companhia durante seu mandato;

- c) o Conselho elege por unanimidade para o cargo de Diretor Vice-Presidente de Tecnologia Educacional o Sr. Alvaro Luis Cruz, brasileiro, divorciado, arquiteto, portador de Carteira de Identidade nº 12.363.100-2 SSP/SP, inscrito no CPF/MF 073.420.358-66, residente e domiciliado em Curitiba/PR;
 - d) consignar que o membro da Diretoria ora eleito terá o mesmo prazo de mandato dos membros que atualmente compõem a Diretoria da Companhia, permitida a reeleição, e tomará posse mediante assinatura do respectivo termo de posse lavrado em livro próprio.
6. Nada mais tratado lavrou-se a ata que foi lida, aprovada e assinada por mim Secretária e pelos Conselheiros da Companhia.

Curitiba, 01 de agosto de 2017.

Autenticação da Mesa:



Secretária
Lorenza Martinez Guimarães Gloger

LOPES PARTICIPAÇÕES S/A - NIRE nº
20.608.528/0001-1
Ata da 2ª Assembleia Geral Ordinária Re
2017

PROTÓCOLO JUCEPAR 2017
1. Data, hora e local: 12 de julho de 2017, à localizada em Londrina - PR, na Av. Brasília, Desterro, CEP: 86025-180. 2. Convocação publicação de editais de convocação face à cento) dos acionistas, conforme assinaturas a como no Livro de Presença de Acionistas da Cc Andrade Lopes Gomes, Presidente, e Marlar Secretária. 4. Ordem do dia: (a) Tomar as c examinar, discutir e votar as demonstrações f encerrado em 31 de dezembro de 2016; (b) Deliberar sobre a destinação do resultado apurado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016. 5. Deliberações: (a) Aprovação das contas dos administradores e Demonstrações Financeiras dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2016. Foram apresentados, examinados, discutidos e aprovados, por unanimidade de votos, o Balanço Patrimonial e as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, publicadas no Diário Oficial do Estado do Paraná no dia 12 de julho de 2017, página 46, edição n. 9983, e no Jornal União, Seção Publicidade Legal, na edição de 06 a 12 de julho de 2017, página 08, e que também ficarão arquivados na sede da companhia. Nos termos do art. 133, §4º da Lei 6.404/76, considerou-se que com a entrega dos documentos antes da realização desta Assembleia, fica sanada a falta de publicação dos anúncios e/ou a inobservância dos prazos previstos no art. 133 da Lei 6.404/76. (b) Destinação do resultado apurado nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2016. Os acionistas ratificam, tal como já demonstrado nas demonstrações financeiras publicadas conforme acima mencionado, que no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016, a companhia apresentou prejuízos acumulados, não havendo qualquer destinação de resultados. 6. Encerramento: Finalizando os trabalhos, o Sr. Presidente ofereceu a palavra a quem dela quisesse fazer uso e, como ninguém se manifestou, foi suspensa a sessão pelo tempo necessário à lavratura da presente Ata. Reabertos os trabalhos, esta Ata, redigida na forma prevista pelo Artigo 130, da Lei nº 6.404/76, foi lida, aprovada e assinada pelos presentes. A presente Ata é cópia fiel da que se encontra lavrada no livro de Atas da Companhia. Londrina, PR, 12 de julho de 2017. Mesa: DANIELA DE ANDRADE LOPES GOMES (PRESIDENTE); MARIANA CORRÊA MONTEIRO SECCATTO (SECRETÁRIA). ACIONISTAS: PEDRO BARBOZA LOPES (P.P. DANIELA DE ANDRADE LOPES GOMES); MARIA CRISTINA DE ANDRADE LOPES (P.P. DANIELA DE ANDRADE LOPES GOMES). Visto do Advogado: Ademir Cardes Seccatto - OAB/PR 44.904.

DOCUMENTO CERTIFICADO

CÓDIGO LOCALIZADOR:
652356717

Documento emitido em 12/09/2017 11:18:51.

Diário Oficial Com. Ind. e Serviços
Nº 10026 | 12/09/2017 | PÁG. 67

Para verificar a autenticidade desta página, basta informar o Código Localizador no site do DIOE: www.imprensaoficial.pr.gov.br

RUMO S.A.

241.0001-60 - NIRE 41.300.019.886

companhia Aberta

J. DE CONVOCAÇÃO

GERAL EXTRAORDINÁRIA

es, com sede na Rua Emilio Bertolini, nº 100,

20-030, na cidade de Curitiba, Estado do Para-

1º 02.387.241/0001-60, registrada na Comissão

") como companhia aberta categoria "A" sob o

vem pela presente, nos termos do artigo 124 da

o de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A."),

o da CVM nº 481, de 17 de dezembro de 2009,

conforme alterada ("ICVM 481"), convocar os senhores acionistas para reuni-

rem-se em Assembleia Geral Extraordinária ("Assembleia Geral") a ser reali-

zada, em primeira convocação, às 11:00 horas do dia 21 de setembro de

2017, na sede social da Companhia para examinar, discutir e votar a respeito da

seguinte ordem do dia: (i) a alteração do capital autorizado da Companhia;

(ii) a alteração e consolidação do estatuto social da Companhia para refletir a

deliberação (i) acima; e (iii) ratificar a eleição do Sr. Sameh Fahmy em reunião

deste Conselho realizada em 31 de agosto de 2017. Nos termos do artigo 126,

da Lei das S.A., para participar da Assembleia Geral, os acionistas deverão

apresentar à Companhia os seguintes documentos: (i) documento de identidade

(Carteira de Identidade Registro Geral), a Carteira Nacional de Habilitação

(CNH), passaporte, carteiras de identidade expedidas pelos conselhos profissio-

nais e carteiras funcionais expedidas pelos órgãos da Administração Públi-

ca, desde que contenham foto de seu titular; (ii) comprovante da titularidade

de ações expedido pela instituição responsável pela escrituração das ações da

Companhia, o qual recomenda-se tenha sido expedido, no máximo, 5 (cinco)

dias antes da data da realização da Assembleia Geral; (iii) procuração, em caso

de participação por meio de representante; e/ou (iv) relativamente aos acionis-

tas participantes da custódia fungível de ações nominativas, o extrato contendo

a respectiva participação acionária, emitido pelo órgão competente. Disposi-

ções Gerais: O representante da acionista pessoa jurídica deverá apresentar

cópia simples dos seguintes documentos, devidamente registrados no órgão

competente (Registro Civil de Pessoas Jurídicas ou Junta Comercial, conforme

o caso): (a) do contrato ou estatuto social; e (b) do ato societário de eleição do

administrador que (b.i) comparecer à assembleia geral como representante da

pessoa jurídica, ou (b.ii) outorgar procuração para que terceiro represente a

acionista pessoa jurídica. No tocante aos fundos de investimento, a representa-

ção dos cotistas na Assembleia Geral caberá à instituição administradora ou

gestora, observado o disposto no regulamento do fundo a respeito de quem é

titular de poderes para exercício do direito de voto das ações e ativos na cartei-

ra do fundo. Nesse caso, o representante da administradora ou gestora do fun-

do, além dos documentos societários acima mencionados relacionados à gesto-

ra ou à administradora, deverá apresentar cópia simples do regulamento do

fundo, devidamente registrado no órgão competente. Com relação à participa-

ção por meio de procurador, a outorga de poderes de representação para parti-

cipação na assembleia geral deverá ter sido realizada há menos de 1 (um) ano,

nos termos do artigo 126, § 1º, da Lei das S.A. Adicionalmente, em cumpri-

mento ao disposto no artigo 654, § 1º e § 2º do Código Civil, a procuração de-

verá conter a indicação do lugar onde foi passada, a qualificação completa do

outorgante e do outorgado, a data e o objetivo da outorga com a designação e a

extensão dos poderes conferidos, contendo o reconhecimento da firma do ou-

torgante. Vale mencionar que (a) as pessoas naturais acionistas da Companhia

somente poderão ser representados na Assembleia Geral por procurador que

seja acionista, administrador da Companhia, advogado ou instituição financei-

ra, consoante previsto no artigo 126, § 1º da Lei das S.A.; e (b) as pessoas juri-

dicas que forem acionistas da Companhia poderão, nos termos da decisão da

CVM no âmbito do Processo CVM RJ2014/3578, julgado em 4 de novembro

de 2014, ser representadas por procurador constituído em conformidade com

seu contrato ou estatuto social e segundo as normas do Código Civil, sem a

necessidade de tal pessoa ser administrador da Companhia, acionista ou advo-

gado. Os documentos dos acionistas expedidos no exterior devem ser notaria-

dos por Tabelião Público, legalizados em Consulado, traduzidos por tradutor

juramentado matriculado na Junta Comercial, e registrados no Registro de Ti-

tulos e Documentos, nos termos da legislação em vigor. No caso de documen-

tos emitidos por países signatários da Convenção sobre a Eliminação da Exi-

gência de Legalização de Documentos Públicos (Convenção da Apostila), de 5

de outubro de 1961, a legalização diplomática ou consular anterior a 14 de

agosto de 2016 deverá ser mandatoriamente substituída, a partir de 14 de feve-

reiro de 2017, pela aposição de apostila, nos termos da Resolução do Conselho

Nacional de Justiça nº 228, de 22 de junho de 2016. Desse modo, nenhum

documento expedido em país signatário da Convenção da Apostila será aceito

sem o devido apostilamento, independentemente da data de emissão, assinatura

ou expedição do documento. Para fins de melhor organização da Assembleia

Geral, a Companhia solicita, nos termos do artigo 14 do seu Estatuto Social,

aos senhores acionistas que depositem os documentos necessários para parti-

cipação na Assembleia Geral na sede da Companhia, tendo como destinatário o

Departamento Jurídico da Companhia, aos cuidados de Beatriz Primom de Or-

neles Cereza, e as cópias poderão ser enviadas ao e-mail ir@rumoall.com, ou

fax nº (+55 11) 3897-9798, aos cuidados de AGE RUMO SET/2017, com no

mínimo 48 (quarenta e oito) horas de antecedência. Ressalta-se que os acionis-

tas poderão participar da Assembleia Geral ainda que não realizem o depósito

prévio acima referido, bastando apresentarem tais documentos na abertura da

Assembleia Geral, conforme o disposto no § 2º, do Artigo 5º, da ICVM 481.

Os documentos pertinentes às deliberações a serem discutidas na Assem-

bleia Geral encontram-se à disposição dos acionistas na sede da

Companhia, nas páginas eletrônicas da Companhia (www.ri.rumoall.com),

da CVM (www.cvm.gov.br) e da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão

(<http://www.bmfbovespa.com.br>) na rede mundial de computadores, em con-

formidade com as disposições da Lei das S.A. e da ICVM 481.

Curitiba, 6 de setembro de 2017.

RUBENS OMETTO SILVEIRA MELLO

Presidente do Conselho de Administração

81361/2017

POSITIVO TECNOLOGIA S.A.

CNPJ/MF: 81.243.735/0001-48

Companhia Aberta

Ata da Reunião Ordinária do Conselho de Administração

Realizada em 01 de Agosto de 2017

1. Data, Hora e Local: No dia 01 de agosto de 2017, às 8:30 horas, na sede do Grupo Positivo, na Av. Candido Hartmann, 1400, Bigorrrilho, na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná. 2. Presença e Convocação: A convocação foi efetuada por meio eletrônico, estando presentes os Conselheiros: Glem Raduy Guimarães, Hélio Bruck Rotenberg, Rodrigo Cesar Formighieri, Pedro Santos Ripper, Fernando Soares Mitri e Francisco Tosta Valim Filho. 3. Mesa: Presidente: Fernando Soares Mitri; Secretária: Lorenza Martinez Guimarães Gloger. 4. Ordem do Dia: a) analisar os resultados da Companhia do mês de junho de 2017; b) apreciar a renúncia da Sra. Elaine Camargo Roginski Guetter ao cargo de Diretora Vice-Presidente de Tecnologia Educacional da Companhia; c) aprovar a eleição do Sr. Alvaro Luis Cruz para o cargo de Diretor Vice-Presidente de Tecnologia Educacional da Companhia. 5. Deliberações: Aberta a reunião, o Senhor Presidente convidou a mim, Lorenza Martinez Guimarães Gloger, advogada da Companhia, para secretariar a reunião e lavrar a presente ata. Passou-se então à discussão do tema da pauta, pela ordem: a) o Conselho analisou e discutiu os resultados da Companhia referentes ao mês de junho de 2017; b) o Conselho recebeu a renúncia apresentada pela Sra. Elaine Camargo Roginski Guetter, brasileira, casada, engenheira civil, portadora da Cédula de Identidade nº 1.440.738-3 SSP/PR, inscrita no CPF/MF sob o nº 544.853.209-87, residente e domiciliada na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná ao cargo de Diretora Vice-Presidente de Tecnologia Educacional da Companhia e agradece a Sra. Elaine pelos serviços prestados e suas contribuições à Companhia durante seu mandato; c) o Conselho elege por unanimidade para o cargo de Diretor Vice-Presidente de Tecnologia Educacional o Sr. Alvaro Luis Cruz, brasileiro, divorciado, arquiteto, portador de Carteira de Identidade nº 12.363.100-2 SSP/SP, inscrito no CPF/MF 073.420.358-66, residente e domiciliado em Curitiba/PR; d) consignar que o membro da Diretoria ora eleito terá o mesmo prazo de mandato dos membros que atualmente compõem a Diretoria da Companhia, qual seja, 2 (dois) anos, vigente até 30 de maio de 2019, permitida a reeleição, e tomarão posse mediante assinatura dos respectivos termos de posse lavrados em livro próprio. 6. Nada mais tratado lavrou-se a ata que foi lida, aprovada e assinada por mim Secretária e pelos Conselheiros da Companhia. Curitiba, 01 de agosto de 2017. Autenticação da Mesa: Secretária - Lorenza Martinez Guimarães Gloger. Junta Comercial do Paraná - Certifico o Registro em: 05/09/2017, sob número: 20176268804. Protocolo: 176268804, de 30/08/2017. Libertad Bogus - Secretária-Geral.

84412/2017

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE LICENÇA SIMPLIFICADA

PEDRO DE TONI MADEIRAS - ME torna público que irá requerer à Secretária Municipal do Meio Ambiente de Cascavel - PR, a Licença Simplificada para comércio varejista de madeiras e materiais de construção a ser implantada na Avenida Tancredo Neves, 2005, bairro Pioneiros Catarinenses, Município de Cascavel - PR.

84541/2017

83314/2017

POSITIVO TECNOLOGIA S.A.
CNPJ/MF: 81.243.735/0001-48
COMPANHIA ABERTA

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
REALIZADA EM 25 DE AGOSTO DE 2017

1. **Data, Hora e Local:** No dia 25 de agosto de 2017, às 8:30 horas, na sede do Grupo Positivo, na Av. Candido Hartmann, 1400, Bigorriho, na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná.
2. **Presença e Convocação:** A convocação foi efetuada por meio eletrônico, estando presentes os Conselheiros: Glem Raduy Guimarães, Hélio Bruck Rotenberg, Rodrigo Cesar Formighieri, Pedro Santos Ripper, Fernando Soares Mitri, Samuel Ferrari Lago e Francisco Tosta Valim Filho.
3. **Mesa:** Presidente: Fernando Soares Mitri
Secretária: Lorenza Martinez Guimarães Gloger
4. **Ordem do dia:** a) analisar os resultados da Companhia do mês de julho de 2017 e
b) apreciar a renúncia do Sr. Mauricio Roorda ao cargo de Diretor Vice-Presidente de Marketing e Vendas da Companhia,
5. **Deliberações:** Aberta a reunião, o Senhor Presidente convidou a mim, Lorenza Martinez Guimarães Gloger, advogada da Companhia, para secretariar a reunião e lavrar a presente ata. Passou-se então à discussão do tema da pauta, pela ordem:
 - a) o Conselho analisou e discutiu os resultados da Companhia referentes ao mês de julho de 2017;
 - b) o Conselho recebeu a renúncia apresentada pelo Sr. Mauricio Roorda, brasileiro, casado, engenheiro, portador de Carteira de Identidade nº 778.562-3 SSP/PR e inscrito no CPF/MF sob nº 040.910.698-43, Diretor Vice-Presidente de Marketing e Vendas da Companhia e agradece o Sr. Mauricio pelos serviços prestados e suas contribuições à Companhia durante seu mandato. O cargo de Diretor Vice-Presidente de Marketing e Vendas permanecerá vago até nova deliberação deste Conselho.




CERTIFICO O REGISTRO EM 21/09/2017 14:47 SOB Nº 20176337547.
PROTOCOLO: 176337547 DE 13/09/2017. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11703681858. NIRE: 41300071977.
POSITIVO TECNOLOGIA S.A.

Libertad Bogus
SECRETÁRIA-GERAL
CURITIBA, 21/09/2017
www.empresafacil.pr.gov.br

6. Nada mais tratado lavrou-se a ata que foi lida, aprovada e assinada por mim Secretária e pelos Conselheiros da Companhia.

Curitiba, 25 de agosto de 2017.

Autenticação da Mesa:



Secretária
Lorenza Martinez Guimarães Gloger

*Página de assinaturas da Ata da Reunião do Conselho de Administração da Positivo Informática S.A.
realizada no dia 25 de agosto de 2017.*

SÚMULA DE RECEBIMENTO DE LIC
Zelir Ribeiro Silva e Cia Ltda-ME torna público de Operação para Serraria instalada R F s/n, Dis Guaraniacu-PR.

SÚMULA DE RECEBIMENTO DE LIC
Ivo Jose Fagundes torna público que recebeu para Armazenamento e Secagem de graos insta KM603, Santa Tereza do Oeste-PR.

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE RENOVAÇÃO DA LICENÇA DE OPERAÇÃO
Ivo Jose Fagundes torna público que irá requerer ao IAP, a Renovação da Licença de Operação para Armazenamento e Secagem de graos instalada Fazenda Fagundes, BR-163 KM603, Santa Tereza do Oeste-PR.

95951/2017

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE RENOVAÇÃO DA LICENÇA DE OPERAÇÃO
Zelir Ribeiro Silva e Cia Ltda-ME torna público que irá requerer ao IAP, a Renovação da Licença de Operação para Serraria instalada R F s/n, Distrito Industrial Bento Gonçalves, Guaraniacu-PR.

95960/2017

POSITIVO TECNOLOGIA S.A.

Companhia Aberta - CNPJ/MF: 81.243.735/0001-48
ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 25 DE AGOSTO DE 2017
1. Data, Hora e Local: No dia 25 de agosto de 2017, às 8:30 horas, na sede do Grupo Positivo, na Av. Candido Hartmann, 1400, Bigorrrilho, na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná. **2. Presença e Convocação:** A convocação foi efetuada por meio eletrônico, estando presentes os Conselheiros: Glem Raduy Guimarães, Hélio Bruck Rotenberg, Rodrigo Cesar Formighieri, Pedro Santos Ripper, Fernando Soares Mitri, Samuel Ferrari Lago e Francisco Tosta Valim Filho. **3. Mesa:** Presidente: Fernando Soares Mitri; Secretária: Lorenza Martinez Guimarães Gloger. **4. Ordem do dia:** a) analisar os resultados da Companhia do mês de julho de 2017 e b) apreciar a renúncia do Sr. Mauricio Roorda ao cargo de Diretor Vice-Presidente de Marketing e Vendas da Companhia. **5. Deliberações:** Aberta a reunião, o Senhor Presidente convidou a mim, Lorenza Martinez Guimarães Gloger, advogada da Companhia, para secretariar a reunião e lavrar a presente ata. Passou-se então à discussão do tema da pauta, pela ordem: a) o Conselho analisou e discutiu os resultados da Companhia referentes ao mês de julho de 2017; b) o Conselho recebeu a renúncia apresentada pelo Sr. Mauricio Roorda, brasileiro, casado, engenheiro, portador de Carteira de Identidade nº 778.562-3 SSP/PR e inscrito no CPF/MF sob nº 040.910.698-43, Diretor Vice-Presidente de Marketing e Vendas da Companhia e agradece o Sr. Mauricio pelos serviços prestados e suas contribuições à Companhia durante seu mandato. O cargo de Diretor Vice-Presidente de Marketing e Vendas permanecerá vago até nova deliberação deste Conselho. **6. Nada mais tratado lavrou-se a ata que foi lida, aprovada e assinada por mim Secretária e pelos Conselheiros da Companhia.** Curitiba, 25 de agosto de 2017. **Autenticação da Mesa:** Secretária: Lorenza Martinez Guimarães Gloger. **Junta Comercial do Paraná** - Certifico o registro em 21/09/2017 sob o número 20176337547. Protocolo: 17/6337547 de 13/09/2017. Libertad Bogus - Secretária-Geral.

95973/2017

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE LICENÇA SIMPLIFICADA
AGUILAR SANTOS DE PAULA ME torna público que irá requerer ao IAP, a Licença Simplificada para produção de cavacos a ser implantada lote rural 113-A, gleba 01, imóvel Andrada, linha Barro Preto, Município Três Barras do Paraná-PR.

95892/2017

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE LICENÇA PRÉVIA
MION, DIAS & CIA LTDA torna público que irá requerer ao IAP, a Licença Prévia para LOTEAMENTO "TRENTO&SERVAT CONDOMÍNIO CLUB" a ser implantada NA CHÁCARA 360 localizada no Patrimônio Cidade de Santa Helena - Paraná.

95839/2017

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE LICENÇA PRÉVIA
M P COUTINHO CONFECÇÕES - EIRELI - ME, CNPJ: 26.246.230/0001-29 torna público que irá requerer ao IAP, a Licença Prévia para ESTAMPARIA E TEXTURIZAÇÃO EM FIOS, TECIDOS, ARTEFATOS TÊXTEIS E PEÇAS DO VESTUÁRIO a ser implantada RUA ARI BARROSO, 188 - VILA NOVA - APUCARANA - PR.

96177/2017

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE LICENÇA PRÉVIA
MRV ENGENHARIA E PARTICIPAÇÕES S/A torna público que irá requerer ao IAP, a Licença Prévia para HABITAÇÃO COLETIVA a ser implantada À RUA PEDRINA COSTA VISKY, SN. BAIRRO ITÁLIA. SÃO JOSÉ DOS PINHAIS/PR.

95916/2017

DOCUMENTO CERTIFICADO

CÓDIGO LOCALIZADOR:
740234717

Documento emitido em 11/10/2017 11:07:16.

Diário Oficial Com. Ind. e Serviços
Nº 10046 | 10/10/2017 | PÁG. 47

Para verificar a autenticidade desta página, basta informar o Código Localizador no site do DIOE:
www.imprensaoficial.pr.gov.br

PARANÁ BANCO S.A.

Companhia aberta
CNPJ/MF nº 14.388.334/0001-99
Rua Visconde de Nacar, nº 1.441 - Curitiba - PR

ato Relevante

Companhia"), em cumprimento ao disposto na es Mobiliários ("CVM") nº 358, de 3 de janeiro or solicitação dos Ofertantes, vem comunicar o slica de aquisição de ações em circulação para:) cancelamento do registro da Companhia para negociação de ações no mercado como emissora de valores mobiliários na categoria "A" e conversão para a categoria "B"; e (c) saída do Nível 1 de Governança Corporativa da B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão ("Oferta" ou "OPA"), nos termos do Edital da OPA, divulgado em 30 de agosto de 2017 e aditado em 25 de setembro de 2017 ("Leilão"). Como resultado do Leilão, os Ofertantes adquiriram Ações Objeto da Oferta na seguinte proporção:

Ofertante	Total pago pelo Ofertante (R\$)	Nº de Ações Objeto da Oferta Adquiridas	% de Ações Objeto da Oferta Adquiridas
Alexandre Malucelli	2.935.480,60	201.890	7,34%
Cristiano Malucelli	2.851.497,56	196.114	7,13%
Gabriel Malucelli	2.935.480,60	201.890	7,34%
Joel Malucelli	20.572.398,82	1.414.883	51,44%
Julia Malucelli	2.847.484,52	195.838	7,12%
Paola Malucelli de Arruda	2.795.504,02	192.263	6,99%
Rosaldo Malucelli	5.055.107,26	347.669	12,64%
Total	39.992.953,38	2.750.547	100,00%

As Ações Objeto da Oferta foram adquiridas pelo preço de R\$14,54 ("Preço por Ação"), totalizando o montante de R\$ 39.992.953,38. O total de Acionistas Concordantes foi equivalente a 100% (cem por cento) dos Acionistas Habilitados. Tendo em vista que o número de ações adquiridas pelos Ofertantes no Leilão supera o montante mínimo de 2/3 das Ações para Conversão de Registro, conforme definido no item 4.1 do Edital, a Companhia dará prosseguimento aos atos necessários para o cancelamento de registro como emissora de valores mobiliários categoria "A" e conversão para categoria "B", na forma e no prazo previstos na Instrução CVM nº 480 ("Conversão de Registro"). A partir de 6 de outubro de 2017, dia imediatamente após a conclusão do Leilão, as ações de emissão da Companhia deixarão de ser negociadas no Nível 1 da B3 e passarão a ser negociadas no segmento tradicional da B3 até a manifestação da CVM quanto ao deferimento da Conversão de Registro. De acordo com o parágrafo 2º do artigo 10 da Instrução CVM 361 e com o item 7.9 do Edital, durante os três meses seguintes à realização do Leilão, ou seja, de 6 de outubro de 2017 a 4 de janeiro de 2018 ou até a Assembleia de Resgate, o que ocorrer primeiro ("Período da Obrigação Adicional"), qualquer acionista remanescente que desejar vender suas Ações Objeto da Oferta aos Ofertantes poderá entregar um pedido ao setor de custódia da Itaú Corretora de Valores S.A., instituição financeira responsável pela escrituração das ações da Companhia para tal efeito ("Escrutador"). O Escriturador disponibiliza os telefones 3003-9285 (capital e regiões metropolitanas) e 0800-720-9285 (demais regiões) em dias úteis, nos horários das 09h00 às 18h00, para prestar informações sobre o procedimento do pedido de venda das ações durante o Período da Obrigação Adicional. Os Ofertantes adquirirão tais Ações Objeto da Oferta e pagarão aos respectivos titulares o Preço por Ação, em moeda corrente nacional, ajustado pela variação da Taxa SELIC desde a Data de Liquidação da Oferta até a data do efetivo pagamento, o qual deverá acontecer no máximo até 15 dias após a solicitação do titular para vender suas Ações Objeto da Oferta. Ainda, tendo em vista que a partir da Data da Liquidação da Oferta restarão em circulação menos que 5% do número total de ações emitidas pela Companhia, os Ofertantes convocarão uma assembleia geral de acionistas para aprovar o resgate pela Companhia das ações remanescentes, nos termos do artigo 4º, parágrafo 5º, da Lei nº 6.404/76 ("Assembleia de Resgate"). O preço do resgate será equivalente ao Preço por Ação pago na Data de Liquidação da Oferta, ajustado pela variação da Taxa do Sistema Especial de Liquidação e Custódia do Banco Central do Brasil ("Taxa SELIC") acumulada, *pro rata temporis*, desde a Data de Liquidação da Oferta até a data do efetivo pagamento do preço do resgate, o qual deverá ocorrer em até 15 dias após a data da assembleia geral extraordinária em que tal aprovação for obtida, em conformidade com o parágrafo 5º, artigo 4º da Lei das Sociedades por Ações e o artigo 20, III, da Instrução CVM 361. A Companhia informará aos acionistas e ao mercado em geral todos os demais detalhes sobre os procedimentos aplicáveis à aquisição e pagamento das ações remanescentes.

Curitiba, 5 de outubro de 2017

Paraná Banco S.A.

Laercio Schulze de Sousa

Diretor de Relações com Investidores

96185/2017

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE LICENÇA PRÉVIA
MRV ENGENHARIA E PARTICIPAÇÕES S/A torna público que irá requerer ao IAP, a Licença Prévia para HABITAÇÃO COLETIVA a ser implantada À RUA DOUTOR MOTTA JÚNIOR, BAIRRO ARISTOCRATA. SÃO JOSÉ DOS PINHAIS/PR.

95919/2017



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DO PARANÁ

COMARCA DE FAZENDA RIO GRANDE

TABELIONATO DE NOTAS DE FAZENDA RIO GRANDE

Marcelo Rodrigo Martins Silvério
Tabelião

Livro: 183-P

Folha: 54

Rubrica



TABELIONATO DE NOTAS
FAZENDA RIO GRANDE

Av. Paraná, 1408 - sala 63 - Fone (41) 3627-1364
A presente fotocópia é reprodução fiel do
documento apresentado neste Tabelionato.

28 NOV. 2018

FAZENDA RIO GRANDE - PR

MARCELO RODRIGO MARTINS SILVÉRIO
Tabelião

O SELO DE AUTENTICIDADE
FOI AFIIXADO NA ÚLTIMA FOLHA

Av. Paraná, 1.515 - Bairro Pioneiros - Tel: (41) 3627-1364 / Fax: (41) 3627-5859
CEP 83833-012 - Fazenda Rio Grande - PR.

PROCURAÇÃO PÚBLICA QUE FAZ: POSITIVO TECNOLOGIA S.A. A FAVOR DE MARIELVA ANDRADE SILVA DIAS E OUTROS NA FORMA ABAIXO:

S A I B A M, quantos este público instrumento de procuração virem, que aos vinte e cinco dias do mês de Maio do ano de dois mil e dezoito (**25/05/2018**), nesta Cidade e Comarca de Fazenda Rio Grande, Estado do Paraná, em Cartório, compareceu como outorgante: **POSITIVO TECNOLOGIA S.A.**, sociedade anônima aberta, inscrita no CNPJ/MF sob nº 81.243.735/0001-48, com sede na Rua João Bettega nº 5.200, bairro Cidade Industrial, na cidade de Curitiba/PR; Filial na Rua Javari nº 1.255, Lote 257-B, Distrito Industrial I, na cidade de Manaus/AM - CEP: 69.075-110, inscrita no CNPJ/MF sob nº 81.243.735/0019-77; e demais filiais; com seu Estatuto Social Consolidado registrado na Junta Comercial do Estado do Paraná sob nº 41300071977, em 26/05/1989, Ata da Reunião Extraordinária do Conselho de Administração realizada em 23/11/2017, registrada sob nº 20175796548, em 07/12/2017; as quais encontram-se arquivadas nesta Serventia, nas folhas 253 à 264 do livro 90 de arquivo de Contratos Sociais; Ata da Reunião Extraordinária do Conselho de Administração realizada em 27/03/2018, registrada sob nº 20181200945, as quais encontram-se arquivadas nesta Serventia, nas folhas 182/194 do livro 94 de arquivo de contratos sociais; Deliberação da Diretoria de 13 de Abril de 2018, arquivada sob nº 20182692752 em 02/05/2018; e, Certidão Simplificada emitida pela Junta Comercial do Estado do Paraná em 04/05/2018; as quais ficam arquivadas nesta Serventia, nas folhas 278 à 284 do livro 95 de arquivo de contratos sociais; neste ato, conforme Seção III, Artigo 25, parágrafo primeiro do mencionado Estatuto Social Consolidado, representada por seu Diretor Presidente: **HÉLIO BRUCK ROTENBERG**, brasileiro, casado, empresário, portador da cédula de identidade RG nº 1.217.176-5/PR, inscrito no CPF/MF sob nº 428.804.249-68, com endereço profissional na Rua João Bettega nº 5.200, bairro Cidade Industrial, na cidade de Curitiba/PR, ora de passagem por esta Cidade e Comarca; a presente e seu representante reconhecidos como os próprios por mim Escrevente e pelo Tabelião que esta subscreve, conforme documentos supra mencionados, do que dou fé. E, pela outorgante, na forma representada, me foi dito que, por este público instrumento nomeia e constitui seus bastantes procuradores: **MARIELVA ANDRADE SILVA DIAS**, brasileira, casada, engenheira civil, portadora da cédula de identidade RG nº 1.673.216-8/SSP-PR, inscrita no CPF/MF sob nº 450.779.329-72; **REBECA BERGER BARBALAT**, brasileira, casada, administradora de empresas, portadora da cédula de identidade RG nº 3.244.124-6/SSP-PR, inscrita no CPF/MF sob o nº 603.952.659-91; **MARIA HELENA PEREIRA**, brasileira, solteira, engenheira eletricista, portadora da cédula de identidade RG sob nº 6.110.420-8, inscrita no CPF/MF sob nº 021.075.919-46; **MARIA ELIANE RABEL CHEVONICA**, brasileira, casada, gerente administrativo, portadora da cédula de identidade RG sob nº 6.192.245-8/SSP/PR e inscrita no CPF/MF sob nº 018.686.339-00 e **LUÍS CLÁUDIO SIWEK**, brasileiro, casado, engenheiro civil, portador da cédula de identidade RG sob nº 6.055.631-8/SSP/PR e inscrito no CPF/MF sob nº 900.870.209-63; **HELOIZA REGINA DA SILVA**, brasileira, divorciada, diretora pedagógica, portadora da cédula de identidade RG nº 3.319.596-6/PR, inscrita no CPF/MF sob o nº 539.074.349-00, todos com endereço comercial na Rua João Bettega nº 5.200, bairro Cidade Industrial, na



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DO PARANÁ

COMARCA DE FAZENDA RIO GRANDE

TABELIONATO DE NOTAS DE FAZENDA RIO GRANDE

Marcelo Rodrigo Martins Silvério

Tabelião

Livro: 183-P

Folha: 55

Rubrica



Av. Paraná, 1.515 - Bairro Pioneiros - Tel: (41) 3627-1364 / Fax: (41) 3627-5859
CEP 83833-012 - Fazenda Rio Grande - PR.

cidade de Curitiba-PR; "aos quais" confere poderes ilimitados, **para agirem em conjunto ou isoladamente**, para representar a OUTORGANTE em processos com inexigibilidade de licitação ou em quaisquer procedimentos licitatórios, tais como pregões, tomadas de preço, leilões, convites, concorrências, conduzidos por quaisquer repartições, departamentos e órgãos públicos federais, estaduais e municipais, ou por quaisquer pessoas jurídicas integrantes da Administração Pública Indireta, como autarquias, sociedades de economia mista, fundações e outras instituições estatais e paraestatais, tanto no âmbito governamental como no corporativo, podendo, para tanto, representar técnica, jurídica e administrativamente em todas as fases do processo licitatório, nomear representantes, solicitar cadastros, comprovante de cadastros, registro de cadastros, renovação de cadastros, solicitar cópias de documentos, retirar editais ou cartas convites, assinar propostas técnicas e comerciais, formular lances e ofertas de preços, fornecer cotações, participar de sessões públicas de habilitação e julgamento, formular impugnações de qualquer ordem, manifestar intenção de recorrer e interpor recursos, renunciar ao direito de interposição de recursos, receber avisos e intimações, assinar pedidos, assinar atas, declarações, contratos, aditivos, nota de empenho e demais documentos relacionados aos mencionados procedimentos licitatórios, podendo, inclusive, assinar contratos decorrentes ou não de processos de inexigibilidade. Assinar propostas comerciais e cadastros comerciais de empresas privadas, públicas e de economia mista, bem como demais projetos corporativos que passam pela área de Comercial Governo, tudo, enfim, para o bom e fiel cumprimento do presente mandato. **É permitido substabelecer, com reserva de iguais poderes. A presente procuração tem o prazo de validade de 01 (um) ano, a contar da presente data.** O nome, a qualificação e identificação dos procuradores e os elementos relativos ao objeto do presente instrumento foram fornecidos e conferidos pela outorgante, que por eles se responsabiliza civil e criminalmente pelos elementos declaratórios e da autenticidade dos documentos fornecidos por ela, constantes neste instrumento, e que após a sua assinatura, são inalteráveis, isentando esta serventia de todas as responsabilidades decorrentes. **FICANDO RATIFICADOS TODOS OS ATOS PRATICADOS ANTERIORMENTE. (SOB MINUTA).** As partes apresentam ainda a Guia de Recolhimento do Funrejus nº 14000000003632162-7, no valor de R\$20,49 (vinte reais e quarenta e nove centavos), quitada nesta data. A PRESENTE PROCURAÇÃO FOI PROTOCOLADA SOB Nº 1096/2018 NESTA DATA, NO LIVRO DE PROTOCOLO GERAL Nº 10 (DEZ) DESTA SERVENTIA. E, de como assim disse do que dou fé, a pedido lhe lavrei o presente instrumento, o qual depois de lido e achado conforme, aceita, outorga e assina, ficando dispensadas a presença e assinatura das testemunhas de acordo com o artigo 676 do Código de Normas - Foro Extrajudicial - da Corregedoria-Geral da Justiça deste Estado. E eu Joelcio dos Santos, Escrevente, que a escrevi. E eu MARCELO RODRIGO MARTINS SILVÉRIO, Tabelião, que a subscrevi. Fazenda Rio Grande-PR, 25 de Maio de 2018. (a.a.) HÉLIO BRUCK ROTENBERG. Traslada em seguida, confere em tudo com a original, ao qual me reporto e dou fé. Emolumentos R\$81,95 - VRC 424,62 - Selo R\$0,80 - ISS: R\$4,10 - FADEP: R\$4,10.





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DO PARANÁ

COMARCA DE FAZENDA RIO GRANDE

TABELIONATO DE NOTAS DE FAZENDA RIO GRANDE

Livro: 183-P

Página: 3

Folha: 56

Prot: 62165

Rubrica

Marcelo Rodrigo Martins Silvério
Tabelião

Av. Paraná, 1.515 - Bairro Pioneiros - Tel: (41) 3627-1364 / Fax: (41) 3627-5859
CEP 82833-012 - Fazenda Rio Grande - PR.



EM TESTEMUNHO _____ DA VERDADE


LUIZ CARLOS APARECIDO DE SOUZA
ESCREVENTE HOMOLOGADO

**FUNARPEN - SELO
DIGITAL**

IEJm.YEWm.GtDJ2
Controle: 6qT9t.vTs6Y
Consulte esse selo em
<http://funarpen.com.br>


Luiz Carlos Aparecido de Souza
CPF 008.242.809-38
Escrevente



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DAS CIDADES
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRANSITO
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITACAO

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

1246941659

NOME: MARIA HELENA PEREIRA

DOC. ORIGEM: COMARCA=VITÓRIAS, VILA VELHA
C.NASC=3190, LIVRO=65A, FOLHA=181

DATA DE EXPEDIÇÃO: 25/01/2018

NOME: MARIA HELENA PEREIRA

FILIAÇÃO: ANTONIO CARLOS PEREIRA
MARIA CORDELIA AUXILIADORA COSER PEREIRA

NATURALIDADE: VITÓRIAS

DATA DE NASCIMENTO: 16/04/1977

DOC. ORIGEM: COMARCA=VITÓRIAS, VILA VELHA
C.NASC=3190, LIVRO=65A, FOLHA=181

ASSINATURA DO TITULAR

LOCAL: CURITIBA, PR

DATA EMISSÃO: 16/01/2016

ASSINATURA DO EMPREGADOR

DETRAN-PR (PARANÁ)

SELO FUNARPEN

Tabelionato de Notas
Exclusivo para
Autenticação de Cópia

FPE94562

07 NOV. 2018

FAZENDA RIO GRANDE - PR

MARCELO RODRIGO MARTINS SILVEIRO
Tabelião

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
E ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO DO PARANÁ

RG: 6.110.420-8

POLEGAR DIREITO

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL: 6.110.420-8

DATA DE EXPEDIÇÃO: 25/01/2018

NOME: MARIA HELENA PEREIRA

FILIAÇÃO: ANTONIO CARLOS PEREIRA
MARIA CORDELIA AUXILIADORA COSER PEREIRA

NATURALIDADE: VITÓRIAS

DATA DE NASCIMENTO: 16/04/1977

DOC. ORIGEM: COMARCA=VITÓRIAS, VILA VELHA
C.NASC=3190, LIVRO=65A, FOLHA=181

CURTEBA/PR

ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

SELO FUNARPEN

Tabelionato de Notas
Exclusivo para
Autenticação de Cópia

FPE94561

07 NOV. 2018

FAZENDA RIO GRANDE - PR

MARCELO RODRIGO MARTINS SILVEIRO
Tabelião

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

PSIU
CARTÃO

IMAGEM DIREITA

ASSINATURA DO TITULAR

CARTÃO DE IDENTIDADE

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO M-4.328.026 DATA DE EXPEDIÇÃO 23/11/98

NOME ALVARO PEREIRA LASSANCE

FILIAÇÃO ADHEMAR FERREIRA LASSANCE
ELISA PEREIRA

NATURALIDADE RIO DE JANEIRO-RJ DATA DE NASCIMENTO 09/08/69

DOC. ORIGEM CAS LV-278 FL-273V 3 SUB BHTE-MG

CNP 642026236-42

SELO HORIZONTE MG

ASSINATURA DO TITULAR

PIC-PSIU

LEI Nº 7.116 DE 25/08/71

LEI 12.228 de 18/07/2001

SELO FUNARPEN

Tabelionato de Notas
Exclusivo para
Autenticação de Cópia

FMZ73328

TABELIONATO DE NOTAS
MARCELO SILVÉRIO
Av. Paraná, 1503 - Fone (41) 3627-1364
A presente fotocópia é reprodução fiel do documento apresentado neste Tabelionato.

18 DEZ. 2017

FAZENDA RIO GRANDE - PR.

SELO MARCELO MORTINS SILVÉRIO
Tabelião

POSITIVO

DADOS DA EMPRESA POSITIVO TECNOLOGIA

Razão Social : **POSITIVO TECNOLOGIA S.A. (Matriz)**
Endereço : Rua João Bettega, 5200 – CIC – Curitiba – Paraná – CEP: 81.350-000
CNPJ : 81.243.735/0001-48
Inscrição Estadual : 101.730.24-73
Inscrição Municipal : 00214847-7
E-mail : editais.info@positivo.com.br
Site : www.positivotecnologia.com.br

DADOS PARA CORRESPONDÊNCIA

Endereço (matriz) : Rua João Bettega, 5200 - CIC, Curitiba - PR, 81.350-000

DADOS BANCÁRIOS

Titular : Positivo Tecnologia
Banco : Banco do Brasil N° do Banco : 001
Agência : 3306-5 / Corporate Paraná Conta Corrente : 211.210-8

DADOS PARA CONTATO

Acompanhamento de Resultados : **Heidy Goossen** – heidyg@positivo.com.br Tel: (41) 3239-7928

Contratos : **Cristiane Baldan** – Tel: (41) 3312-3677 (41) 3312-3670
contratosgov@positivo.com.br

Entregas : **Jucilene Kulik** – **Coordenadora de Administração de Vendas Governo**
Tel: (41) 3312-3633 jkulik@positivo.com.br

Pagamentos : **Ketlyn Alessi Stival** – Analista de Contas à Receber_Tel: (41) 3312-3650
e-mail: ketlyns@positivo.com.br

Garantia de equipamentos : **Ane Leise** – **Gerente de Serviços**
(41) 3239-7902 e-mail: anes@positivo.com.br

DADOS DAS PESSOAS RESPONSÁVEIS PARA ASSINATURA DO FUTURO CONTRATO

Nome : Álvaro Pereira Lassance **Cargo** : Representante Comercial
RG : M-4.328.020 SSP/MG **CPF** : 642.026.236-49
Telefone : (31) 3036-9301 / (31) 99955-0532

Nome : Benedito Antonio Cota **Cargo** : Representante Comercial
RG : M-264.427 SSP/MG **CPF** : 129.289.686-87
Telefone : (31) 3036-9300

Positivo Tecnologia S.A.

João Bettega, 5200 | CIC
81350 000 | Curitiba - PR
+55 41 3316 7700
www.positivotecnologia.com.br

Javari, 1255 | Distrito Industrial
69075 110 | Manaus - AM
+55 92 3183 7900